

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Caroline Lopes Knackfuss

**UM ROTEIRO DE LEITURA POSSÍVEL PARA O FUNDO  
DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY**

Santa Maria, RS  
2020

Knackfuss, Caroline  
UM ROTEIRO DE LEITURA POSSÍVEL PARA O FUNDO  
DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY / Caroline Knackfuss.  
2020.  
120 p.; 30 cm

Orientadora: Amanda Eloina Scherer  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2020

1. Arquivo pessoal 2. Fundos dosamentais 3. Discurso  
I. Scherer, Amanda Eloina II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CAROLINE KNACKFUSS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Caroline Lopes Knackfuss**

**UM ROTEIRO DE LEITURA POSSÍVEL PARA O FUNDO DOCUMENTAL  
ALDEMA MENINI MCKINNEY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

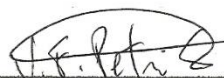
**Aprovada em 05 de junho de 2020:**



**Amanda Eloina Scherer, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



**Caroline Mallmann Schneiders, Dra. (UFFS) - Videoconferência**



**Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2020

## RESUMO

### UM ROTEIRO DE LEITURA POSSÍVEL PARA O FUNDO DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY

AUTORA: Caroline Lopes Knackfuss  
ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

Esta dissertação procura refletir sobre a possibilidade de diferentes formas de ler e interpretar o arquivo, representada pelo Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (FDAMM). Compreendemos que atualmente diversas pesquisas estão voltadas à importância da preservação de documentos e acervos de pesquisadores em Centros de Documentação e Fundos Documentais e tem ganhado cada vez mais notoriedade junto à UFSM a partir, principalmente, da criação de projetos que visam à preservação de uma memória disciplinar que nos ajuda a refletir sobre o processo de produção do conhecimento. Um desses projetos é o Centro de Documentação e Memória (CDM) que abriga, até o momento, três Fundos Documentais e um Acervo, quais sejam: Fundo Documental Neusa Carson, Fundo Documental Aldema Menini Mckinney, Fundo Documental Maria Luiza Ritzel Remédios e o Acervo Michael Phillips. Amparado na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa este estudo busca articular algumas reflexões com a Arquivologia, especialmente no que toca ao conceito de Arquivo. Realizando uma descrição do processo de constituição do FDAMM, elaborando o quadro de arranjo, para refletir sobre a constituição dos gestos de interpretação que constituem o Fundo Documental, nos amparamos também em pressupostos arquivísticos para construir nossos objetivos, ou seja, refletir sobre a constituição desse Fundo Documental, especialmente sobre os gestos de interpretação (do sujeito-titular e do sujeito-arquivista, sobretudo) que permeiam o processo de doação, seleção, organização e elaboração do quadro de arranjo colocado à disposição de futuros pesquisadores e demais interessados. Desta forma, oferecemos ao leitor um roteiro de leitura possível para adentrar o FDAMM, alertando-o das possíveis armadilhas do arquivo e dos gestos de interpretação que o arquivo carrega. Mostramos os bastidores da constituição de um Fundo Documental, considerando a importância dos processos e também dos sujeitos envolvidos. Pois assim esperamos que o estudo desenvolvido possa contribuir para fazer avançar as pesquisas sobre a importância de Centros de Documentação e Fundos Documentais, bem como estabelecer um diálogo com diferentes áreas do conhecimento, especialmente no que toca à preservação da memória e da constituição disciplinar.

**Palavras-chave:** Arquivo Pessoal. Fundos documentais. Discurso.

## ABSTRACT

### A POSSIBLE READING SCREENPLAY FOR THE ALDEMA MENINI MCKINNEY DOCUMENTAL BACKGROUND

AUTHOR: Caroline Lopes Knackfuss  
SUPERVISOR: Amanda Eloina Scherer

This dissertation seeks to reflect on the possibility of different ways of reading and interpreting the archive, represented by the Aldema Menini Mckinney Documentary Fund (FDAMM). We understand that currently several researches are focused on the importance of preserving documents and collections of researchers in Documentation Centers and Documentary Funds and have gained more and more notoriety with UFSC starting, mainly, from the creation of projects that aim to preserve a memory discipline that helps us to reflect on the knowledge production process. One of these projects is the Documentation and Memory Center (CDM), which houses, so far, three Documentary Funds and one Collection, namely: Neusa Carson Documentary Fund, Aldema Menini Mckinney Documentary Fund, Maria Luiza Ritzel Remédios Documentary Fund and the Collection Michael Phillips. Supported by the theoretical perspective of the Discourse Analysis of the French line, this study seeks to articulate some reflections with Archivology, especially with regard to the concept of Archive. Making a description of the process of constituting the FDAMM, elaborating the arrangement framework, to reflect on the constitution of the gestures of interpretation that constitute the Documentary Fund, we also rely on archival assumptions to build our objectives, that is, to reflect on the constitution of this Documentary Fund, especially on the gestures of interpretation (of the subject-holder and the subject-archivist, above all) that permeate the process of donation, selection, organization and elaboration of the arrangement framework made available to future researchers and other interested parties. In this way, we offer the reader a possible reading guide to enter the FDAMM, alerting him of the possible pitfalls of the file and of the interpretation gestures that the file carries. We show the behind the scenes of the constitution of a Documentary Fund, considering the importance of the processes and also of the subjects involved. So we hope that the study developed can contribute to advancing research on the importance of Documentation Centers and Documentary Funds, as well as establishing a dialogue with different areas of knowledge, especially with regard to the preservation of memory and the disciplinary constitution.

**Keywords:** Personal archive. Funds. Discourse

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte do mural/painel de Juan Amoretti, no Teatro Caixa Preta – Espaço Rozane Cardoso .....	25
Figura 2 – Processo de construção da logomarca do Laboratório <i>Corpus</i> e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM .....	25
Figura 3 – Folder do 1º Seminário de Trabalho <i>Corpus</i> .....	27
Figura 4 – Imagem das instalações do Laboratório <i>Corpus</i> : Laboratório de Fontes de estudos da Linguagem .....	28
Figura 5 – Folder do 4º Seminário <i>Corpus</i> , cujo tema referia-se ao “Arquivo” .....	29
Figura 6 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória – Centro de Artes e Letras, prédio 40 .....	34
Figura 7 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória – Centro de Artes e Letras, Prédio 40 .....	35
Figura 8 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória ao chegar na Unidade Multidisciplinar em Silveira Martins .....	36
Figura 9 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória ao chegar na Unidade Multidisciplinar em Silveira Martins .....	37
Figura 10 – Termo de doação que serve como base para as aquisições de Fundos Documentais do Centro de Documentação e Memória .....	39
Figura 11 – O conjunto de materiais doados após a chegada do Fundo Documental no Centro de Artes e Letras/ CAL UFSM .....	42
Figura 12 – As atuais instalações do Arquivo e sala de pesquisa do CDM .....	45
Figura 13 – Frame da gravação realizada durante a doação do Arquivo que constitui hoje o Fundo Documental Aldema Menini Mckinney .....	46
Figura 14 – A versão preliminar da Cartilha “Aprendendo com a Natureza” (Esta cartilha é construída em Português e em Macuxi) .....	48
Figura 16 – Exemplo de documento recebido presente no Fundo Documental Aldema Menini Mckinney .....	61
Figura 18 – Logo que marca a presença do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney .....	72
Figura 19 – Imagem de um dos diários pessoais doados pela professora Aldema Menini Mckinney ..	74
Figura 20– Frame da gravação realizada pela equipe do Laboratório <i>Corpus</i> com a professora Aldema Menini Mckinney .....	77
Figura 22 – Comunicação de sua eleição, como secretário executivo, para o Círculo de Pais e Metres do referido Instituto, documento datado de 1973 .....	80
Figura 23 – Parte uma cartilha produzida por alunos indígenas da professora Aldema Menini Mckinney .....	83
Figura 24 – As três séries bases identificadas por Helen Samuel (1995) .....	88
Figura 25 – Recorte de jornal impresso selecionado e arquivado pela professora Aldema Menini Mckinney .....	94

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES INICIAIS</b> .....	13
1.1 Um percurso pessoal até o arquivo .....	14
<b>CAPÍTULO 2 - DISPOSITIVO TEÓRICO</b> .....	17
2.1 A Universidade Federal de Santa Maria e seu Arquivo .....	19
2.2 O Laboratório Corpus e o Centro de Documentação e Memória .....	23
2.3 Política de Implementação de Fundos Documentais.....	40
<b>CAPÍTULO 3 - DA NÃO TRANSPARÊNCIA DE UM ARQUIVO PESSOAL</b> .....	50
3.1 O Arquivo como um espaço para guarda e preservação.....	54
3.2 As nossas diferentes compreensões sobre Arquivo.....	59
<b>CAPÍTULO 4 - GESTO ANALÍTICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA</b> .....	65
4.1 O processo discursivo do/no/para o Arquivo Pessoal .....	69
4.2 A escrita tira do anonimato, a escrita traz visibilidade .....	76
<b>CAPÍTULO 5 - UMA POSSIBILIDADE PARA ANÁLISE</b> .....	85
<b>REFLEXÕES FINAIS - PARA EFEITO DE CONCLUSÃO</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE A – QUADRO DE ARRANJO DO FUNDO DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY</b> .....	107
<b>APÊNDICE B – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO FUNDO DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY</b> .....	116

## INTRODUÇÃO

Eni Orlandi destacou, no prefácio do livro *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2015), como é enganoso pensar que realmente há uma forma de introdução para adentrar nos estudos da Análise de Discurso. No entanto, afirma ainda que as introduções servem também para “supor uma unidade, ou uma homogeneidade, para um texto científico” (ORLANDI, 2015, p. 7). A referida autora, uma das responsáveis por repensar e propor uma leitura acurada sobre e da Análise de Discurso de linha francesa no Brasil, junto de outros autores, sustenta que sempre haverá muitas maneiras de apresentar a disciplina e sempre a partir de diferentes perspectivas. Vejamos, então, qual início, se é que seria possível determiná-lo, estamos projetando.

Essa pesquisa, que parte da perspectiva de uma arquivista que busca se apropriar dos pressupostos teóricos metodológicos da Análise de Discurso, é motivada, sobretudo, pelas atividades desenvolvidas anteriormente, entre elas, a experiência como bolsista FIEX - Fundo de Incentivo à Extensão (UFSM), de julho de 2015 a julho de 2016, sob orientação da Profa. Dra. Taís Martins. Através de chamada de Edital Institucional, o FIEX tem como objetivo selecionar e fomentar atividades de extensão, da Universidade Federal de Santa Maria, articuladas ao ensino e à pesquisa aplicada, a serem desenvolvidas nas unidades, propiciando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de ações de extensão com aporte de recursos institucionais. O projeto *Programa de Extensão de Formação Permanente de Jovens Pesquisadores: Laboratório Corpus fase II*, que proporcionou a experiência de bolsista de extensão, estava vinculado ao Laboratório *Corpus*<sup>1</sup> – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem – ligado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, foi responsável por permitir um contato com os Fundos Documentais sob a custódia desse laboratório. Assim como as atividades desenvolvidas nesse projeto e, posteriormente, na criação do Centro de Documentação e Memória (CDM) da UFSM – Silveira Martins<sup>2</sup>, foi possível também, de certa forma, articular teorias e métodos do campo arquivístico na organização desses Fundos Documentais.

---

<sup>1</sup> <https://www.ufsm.br/laboratorios/corpus/>

<sup>2</sup> O CDM é um dos projetos desenvolvidos junto ao Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, em Silveira Martins.



Outro aspecto que também motivou e possibilitou essa pesquisa foi a leitura, principalmente, das teses de Doutorado da Linha de Pesquisa Língua, Sujeito, História, o qual também somos parte. A começar pela tese de Cervo (2012), intitulada *Língua, patrimônio nosso*, que apresenta como foco de análise o Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo – SP, espaço que dava visibilidade à Língua Portuguesa como patrimônio na condição de objeto simbólico, atravessada pelo político. Além disso, a referida tese traz questões acerca de conceitos como: patrimônio, museu e, também, arquivo.

Igualmente, a tese de Pedrazzi (2016), intitulada *O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX*, apresenta uma pesquisa através de tipos documentais, como: atestados de óbito produzidos/recebidos pela Intendência Municipal e mantidos no acervo do Fundo Intendência do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; registros de óbito realizados e guardados no Arquivo da Arquidiocese da mesma cidade; assim como registros feitos nos livros de cartórios municipais. Através dessas materialidades, que constituíram o seu arquivo de pesquisa, a autora realizou recortes e sequências discursivas que formaram o seu *corpus* discursivo, no qual analisou o discurso sobre a morte. Certamente, trabalhos como esses aproximam ainda mais as relações da Análise de Discurso (doravante AD), a História das Ideias Linguísticas e a Arquivística.

Além disso, a constituição do Fundo Documental Neusa Carson (FDNC), o primeiro fundo documental tratado e organizado pelo Centro de Documentação e Memória, ainda na época em constituição, também possibilitou uma aproximação entre diferentes áreas do conhecimento. O referido Fundo foi abordado, através da perspectiva arquivística, pela professora Rosani Pivetta da Silva<sup>3</sup> e pela bolsista Carla Saldanha da Silva, ambas do curso de Arquivologia da UFSM. Tais trabalhos permitiram uma abertura às possibilidades de contribuição da relação entre a AD e o campo da Arquivística.

Por conseguinte, o objeto de estudo desta dissertação é o Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (FDAMM). Doador pela própria professora e educadora, Aldema Mckinney, o FDAMM é constituído por um conjunto de documentos produzidos e recebidos por ela. Nele, encontram-se textos didáticos, textos pessoais, livros, diários de viagem, relatórios técnicos-científicos e um grande número de

---

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Documentação – Centro de Ciências Sociais e Humanas/UFSM.

materiais produzidos durante o período em que a professora atuou diretamente na política de alfabetização indígena como, por exemplo, cartilhas, livros produzidos por comunidades indígenas, entre outros<sup>4</sup>.

Tal Fundo Documental no atentou para as diferentes pesquisas voltadas à importância da preservação de documentos e acervos de pesquisadores em Centros de Documentação e Fundos Documentais tem ganhado cada vez mais notoriedade junto à UFSM a partir da criação de projetos que visam à preservação de uma memória disciplinar que nos ajuda a refletir sobre a processo de produção do conhecimento. Um desses projetos é o Centro de Documentação e Memória (CDM) que abriga, até o momento, três Fundos Documentais e um Acervo, quais sejam: Fundo Documental Neusa Carson, Fundo Documental Aldema Menini Mckinney, Fundo Documental Maria Luiza Ritzel Remédios e o Acervo Michael Phillips.

Tendo como objetivo refletir sobre a constituição desse Fundo Documental, especialmente sobre os gestos de interpretação (do sujeito-titular e do sujeito-arquivista, sobretudo) que permeiam o processo de doação, seleção, organização e elaboração do quadro de arranjo colocado à disposição de futuros pesquisadores e demais interessados observamos que tanto os objetivos deste estudo, quanto a nossa questão de pesquisa estão na busca por compreender como esse Fundo (FDAMM), enquanto arquivo, entendido aqui como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 51), sua organização e suas seleções realizadas no momento da doação, significa o sujeito e suas práticas de arquivamento.

“Compreender” é tomado aqui enquanto um conceito teórico tal como propõe Orlandi (1988), na perspectiva discursiva, ou seja, compreender “não é atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação” (ORLANDI, 1988, p. 115). Temos como objetivos específicos: refletir sobre as posições-sujeito que permeiam esse arquivo pessoal, interessa-nos, também, identificar o gesto, no percurso da constituição do arquivo pessoal, que se manifesta em um desejo de preservar a memória documental.

Ao propormos uma reflexão sobre a articulação entre campos do conhecimento, Análise de Discurso e Arquivologia, alguns desconfortos teóricos foram

---

<sup>4</sup> MARTINS, T. S. A história disciplinar da linguística a partir da implementação de uma política de Fundos Documentais. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 37, p. 81-96, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11055/pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

suscitados e foram importantes para promover reflexões a respeito da noção de “arquivo” através da AD. Para Nunes (2007, p. 373), analistas de discursos não somente trabalham com conceitos que podem estar sob o efeito de estabilização, mas também outros que, em muitos casos, estão à margem da teoria e podem vir a permitir “significar novos fatos ou demarcar o lugar de um campo de saber em relação a outros” (NUNES, 2007, p. 373). O arquivo, que não é um conceito à margem da teoria, não é, entretanto, um conceito já estabilizado. Portanto, arquivo será tomado aqui como uma materialidade discursiva, conforme pontuou Nunes (2007, p. 374), capaz de trazer as marcas da constituição de sentidos no campo teórico da AD.

É bom lembrarmos também que as disciplinas cursadas durante o primeiro ano do Mestrado em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria, fazendo parte da Linha de Pesquisa: Língua Sujeito e História, com certeza, proporcionaram a contemplação de uma possível aproximação entre o arquivo e o Fundo (FDAMM), de forma que nos propomos a dar um novo direcionamento para questões pertinentes a esta pesquisa. Podemos afirmar, ainda, que as indagações suscitadas, durante as disciplinas, trouxeram a necessidade de realizar uma busca mais aprimorada sobre o conceito de *arquivo*, que se estendeu até a sua etimologia, pois a separação e diferenciação do conceito nos diferentes campos de investigação em que nossa pesquisa se inscreve foram um imperativo para sairmos de nossa zona de conforto e trabalhar o arquivo também como um objeto discursivo.

Se por um lado, na Arquivologia, busca-se compreender melhor a organização do arquivo pessoal, prevendo as possíveis intervenções de seu titular<sup>5</sup>, por outro lado, na Análise de Discurso, questionamos como, através da organização arquivística, pode materializar-se a discursividade do arquivo pessoal a partir do gesto interpretativo daquele que seleciona, cataloga, produz um certo arranjo dele. Trazemos à baila alguns conceitos que acreditamos estar ligados diretamente a nossa questão de pesquisa e a nossos objetivos. Com base nos conceitos que propomos revisitar e, conseqüentemente, trabalhá-los em conjunto ao nosso objeto teórico, apresentaremos um percurso que, podemos dizer, terá início com a relação sujeito-titular e o nome do sujeito dado ao referido Fundo. Tal abordagem se apresenta como

---

<sup>5</sup> O termo *titular* será utilizado para referir-se ao sujeito-titular que produz o acervo para doação. Esse termo foi encontrado em bibliografias referentes ao trabalho e estudo de Arquivistas e Historiadores acerca do arquivo pessoal.

importante e necessária, pois trazemos em nosso trabalho uma relação muito estreita com esse sujeito que permeia o pessoal de nosso Fundo Documental em estudo.

Ao redirecionar nosso olhar ao Fundo Documental e tentar identificar esses traços no processo de construção do arquivo pessoal, sabemos, de antemão, como aponta Luz (2011, p. 34), que “cada sujeito tem seu processo de leitura, compreensão, direcionado pelo seu ponto de vista, discursivizado sobre seu campo de conhecimento”. Dessa forma, cabe ressaltar que a inclusão de autores da Arquivologia e da História, por exemplo, também farão parte do referencial desta dissertação, pois, como bem ressaltou Luz (2011), o processo de construção e organização do material de análise está intimamente ligado às questões pertinentes do analista.

Para dar conta dessas questões pertinentes ao analista de discurso e dos demais questionamentos que permeiam esta dissertação, organizamos a escrita desse texto em capítulos que irão abordar questões teóricas relacionadas à nossa pesquisa. O Capítulo 1, denominado **REFLEXÕES INICIAIS**, parte posterior à Introdução, tem finalidade de apresentar um roteiro, um trajeto pessoal e acadêmico no qual descrevemos o percurso dessa analista de discurso em formação, desde a primeira graduação até as atividades do mestrado no que toca ao referido Fundo.

No Capítulo 2, **O DISPOSITIVO TEÓRICO**, apresentamos e contextualizamos nosso aporte teórico, mesmo incluindo autores da Arquivística ao longo do texto, inserimo-nos na Análise de Discurso e é através dela que compreendemos os espaços de delimitação da problemática de pesquisa, ou seja, como chegamos à constituição do espaço do Centro de Documentação e Memória (CDM) e como, este, possibilitou o desenvolvimento de diversas atividades que fundamentam essa pesquisa. Passamos pela organização do arquivo institucional, da UFSM, à constituição do Laboratório *Corpus* e sua importância na produção e circulação do conhecimento e da história da Linguística no Sul do País.

No Capítulo 3, **DA NÃO TRANSPARÊNCIA DE UM ARQUIVO PESSOAL**, refletimos sobre como a noção de arquivo circula em diferentes campos teóricos. A partir da designação *arquivo pessoal*, apresentamos, também, nossa compreensão acerca da noção de arquivo linguisticamente elaborada. Nesse mesmo capítulo, apresentaremos ainda as diferentes compreensões sobre os arquivos, especialmente aquela, do ponto de vista da Arquivística, do arquivo como um espaço de guarda e preservação.

No Capítulo 4, **DO DISPOSITIVO ANALÍTICO À PROCURA (AINDA) DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA**, tratamos de apresentar nosso dispositivo de análise, bem como, os processos que constituem a análise do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (FDAMM), além da elaboração de um quadro de arranjo, instrumento arquivístico de organização, e a nossa pesquisa no referido Fundo. Apresentaremos, também, nossa dificuldade de definir e delimitar o *corpus* de pesquisa (na ilusão de um todo possível). E por fim, será apresentado um pouco do que “sabemos” sobre a titular do Fundo Documental em um breve relato, que entendemos como primordial, sempre a partir de nosso quadro de arranjo.

Já no capítulo 5, intitulado **UMA POSSIBILIDADE PARA ANÁLISE**, após esse caminho percorrido acerca da constituição do FDAMM, apresentaremos o quadro de arranjo elaborado por nós, enquanto arquivista, e também uma análise possível, enquanto analista de discurso, do processo discursivo. E por fim, em **REFLEXÕES FINAIS – Para efeito de conclusão**, retomamos uma leitura do caminho percorrido pelo Fundo a fim de dar a conhecer o que pode ser encontrado no FDAMM para inspirar novas e futuras pesquisas.

## CAPÍTULO 1 REFLEXÕES INICIAIS

Saliento que minha pretensão aqui não é contar minha jornada acadêmica, porém, acredito que seja importante mencioná-la, a fim de realizar uma introdução do caminho, do processo que percorri e que me fez chegar ao Mestrado em Letras, na área de concentração em Estudos Linguísticos, e à escrita desta dissertação.

Costumo afirmar que a ideia de guardar para “o depois” sempre foi algo presente em minha vida. Em casa, era recorrente ouvir a expressão “*quem guarda sempre tem o que precisa*” e, talvez, essa tenha sido uma das grandes motivações para trabalhar em arquivos: o guardar. Além disso, acredito que há, ainda, o fascínio pelas possíveis descobertas que ele, o arquivo, pode proporcionar quando nos propomos a compreendê-lo.

Muitas vezes questionada pelas reviravoltas da vida acadêmica, tive uma certa noção do que era um trabalho em arquivos ainda durante minha primeira graduação. Na Faculdade de Psicologia<sup>6</sup>, a primeira que cursei, tive o feliz encontro com a Arteterapia e com o Museu das Imagens do Inconsciente, criado pela psiquiatra Nise da Silveira, derivado dos trabalhos realizados com seus pacientes, os ditos loucos do Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro. O que me fez buscar, na época, a compreensão daquilo que o sujeito guarda de si e, em diversos casos, só alcança uma forma de expressão através da arte. Como afirma Silveira (1981), ao recorrer à expressão artística, podemos revelar muito mais do que seria declarado em um nível verbal, de modo que, através desse processo de criação, teremos um autorretrato das condições psíquicas em que se encontra o sujeito/paciente. Nesse sentido, ao materializar essas imagens da situação psíquica, elas tornam-se “mais visíveis” para o psicólogo, possibilitando também que o sujeito lide com seus conteúdos inconscientes e possa, posteriormente, elaborá-los.

Posso afirmar que nada disso me soava estranho, filha de artista plástica, conhecia de perto aquela compreendida como a “melhor” forma de expressar os sentimentos do/pelo mundo: a arte. Durante as atividades desenvolvidas no Espaço da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), em Porto Alegre (RS), compreendi que seria necessário (de minha parte) uma estrutura

---

<sup>6</sup> Formação em Psicologia de 2005 a 2010, pelo Centro Universitário Franciscano, atualmente Universidade Franciscana, localizada na cidade de Santa Maria/RS.

emocional reforçada para a realização das atividades com aqueles sujeitos “esquecidos” pela sociedade naquele hospital. Foi assim que parti, junto com outros profissionais, para uma pequena aventura que acontecia no andar de cima da oficina de criatividade, espaço onde encontrei, em diversos sentidos, **o Arquivo** que tanto procurava (sem saber) e me interessava.

Em uma antiga sala de cirurgia do HPSP, os residentes dos cursos de História, Artes, Psicologia, dentre outras áreas afins, coordenados pelos poucos Arteterapeutas do hospital, guardavam as obras de arte (expressões plásticas) feitas por seus pacientes. Ali entendi a importância da guarda daquelas obras, pois, na maioria das vezes, sem a menor pretensão estética, não se apresentavam apenas como um vestígio significativo de saúde mental que se manifestava, mas também como uma forma dos pacientes se fazerem presentes, como sujeitos, em um espaço físico que já fora destinado, não ao abrigo, mas ao confinamento daqueles que a sociedade em geral considerava como loucos.

Pouco tempo, após o término dessa experiência, no ambiente de “loucura”, já tocada pelas questões de arquivo, embora ainda sem conhecimento acadêmico sobre ele, iniciei minha trajetória, no ano de 2013, no curso de Graduação em Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria. Entendo que, como requisito desse curso e buscando conhecer os diferentes tipos de acervos e arquivos, não foi difícil encontrar o **Arquivo Pessoal** como objeto de estudo.

## 1.1 UM PERCURSO PESSOAL ATÉ O ARQUIVO

Para introduzir a narrativa sobre como essa arquivista de formação encontra a Análise de Discurso, retomo aqui um texto que me tocou de forma singular: trata-se do texto *A Casa Miticamente Comum* (SCHERER, 2013), no qual a autora questiona-se sobre qual o “seu lugar” na história disciplinar da Análise de Discurso, se não pertenceria também àquela “casa miticamente comum”. Após uma atenta leitura desse texto e reconfortante identificação, pude me colocar a mesma questão sobre o que significava adentrar no campo da Análise de Discurso, dada a minha formação prévia como psicóloga e arquivista.

Em diálogo com a inquietação expressa por Scherer (2013), não me sentia pertencente a essa área de estudos que, inicialmente, parecia tão distante de minhas práticas acadêmicas anteriores. Acredito que, ao seguir os caminhos manifestados

pela autora, acabei, revisitando meu percurso acadêmico e pessoal, procurando compreender essa nova “casa miticamente comum” (SCHERER, 2013, p. 251) na qual tenho me inserido há um certo tempo.

Retomar os caminhos percorridos, enquanto acadêmica e mestrandia, aponta para o que observa Scherer (2013): o processo de se conhecer e de refletir sobre a “história social do pesquisador e sua relação com a produção do conhecimento” (SCHERER, 2013, p. 252). É por esse caminho que, entendendo a AD como disciplina de entremeio, e mesmo que ainda nesse início de jornada nos estudos discursivos, reconheço a necessidade de refletir e questionar constantemente sobre os conceitos e conhecimentos compartilhados.

Por conseguinte, retomo as considerações de Robin (2016), quando afirma que sua memória pode ser infiel, porém, persistente. Assim como a autora, acredito que, se minha memória não falha, encontrei a AD durante a graduação em Psicologia. Olhando retrospectivamente, durante a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Psicologia, um texto em particular chamou-me muito a atenção. Trata-se do texto intitulado *Incerteza e invenção: um percurso da criação artística à psicanálise*<sup>7</sup>, que apresenta, em sua base teórica, algumas problemáticas que se inscrevem na Análise de Discurso. No referido artigo, as autoras abordam também a relação entre a arte e a psicanálise. Foram realizadas entrevistas com três artistas plásticos da cidade de Santa Maria, visando compreender como ocorre o processo de criação e sua relação com a prática clínica, sob uma perspectiva psicanalítica. Os dados obtidos, através das entrevistas, foram descritos e interpretados por meio do dispositivo da AD.

Quando, no ano de 2015, ao ingressar como bolsista do projeto *Programa de Extensão de Formação Permanente de Jovens Pesquisadores: Laboratório Corpus fase II*, sob orientação da Profa. Dra. Taís Martins, lembrava constantemente desse texto, pois estava adentrando em um espaço, o Laboratório *Corpus*, que me permitia “um encontro com o arquivo” e com a AD. Logo compreendi, também, que muitas das atividades propostas por esse projeto circulavam pelo campo da AD. Compreendi também que refletir sobre a AD, disciplina de entremeio, seria entender que é partir da experiência e do contato com trabalhos fundamentados nessa teoria, que se

---

<sup>7</sup> BIAZUS, Camilla Baldicera; CEZNE, Graziela Oliveira Miolo. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 135-149. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1698>. Acesso em: mar. 2019.



compreende que ela não aparece nessas pesquisas apenas para dar conta de uma investigação e de seus objetivos. Conforme destaca Biazus e Cezne (2009), não buscamos um fechamento através da AD e, sim, uma possibilidade de produção de diferentes sentidos e interpretação.

À época, também comecei a ler mais textos amparados no aporte teórico da AD e trago aqui uma das minhas primeiras anotações com base no texto de Orlandi (2010): cada análise feita, sob a luz da AD, é uma análise que difere das demais conforme o material a ser analisado, as questões propostas pelo analista, a configuração do dispositivo teórico e metodológico, entre tantos outros fatores, movem sentidos ao longo da análise. Dessa forma, como sublinha Petri (2013), a AD não possui uma metodologia única ou de fácil descrição, uma vez que a disciplina está em constante construção e reconfiguração de seu dispositivo experimental. Assim, “aquele que aceita o desconforto de estar trabalhando com a incompletude e com a contradição” (PETRI, 2013, p. 41) entende que é necessário respeitar a teoria, conhecer suas noções teóricas para mobilizá-las, possibilitando a produção de novas significações.

## CAPÍTULO 2

### DISPOSITIVO TEÓRICO

É preciso estabelecer e delimitar nossos pontos de ancoragem teóricos a partir da perspectiva discursiva na qual esse trabalho se inscreve, e apresentar quais noções auxiliam, para que, além de nos posicionarmos teoricamente, também seja possível lembrar que nossa formação marca um deslocamento de bases teóricas que necessita ser destacado no percurso de escrita dessa dissertação.

Como bem assinalamos durante a introdução, nosso aporte teórico-metodológico partiu de questões arquivísticas e firmou-se nas propriedades da AD de linha francesa. Nessa perspectiva, entendemos que o processo de formulação dessa dissertação iniciou-se após uma série de questionamentos que tomou corpo em nossa questão de pesquisa. Parafraseando Orlandi (2015, p. 15), em seu dizer “há muitas formas de se estudar a linguagem”, compreendemos que há muitas formas de se refletir sobre o arquivo, especialmente pelo viés da AD sem abandonar, por outro lado, àquele de nossa formação.

Como sabemos, a AD constitui-se como “uma disciplina que não acumula conhecimentos meramente” (ORLANDI, 2015, p. 23), ela se propõe a discutir seus pressupostos de forma contínua e tem como objetivos construir uma metodologia de compreensão de objetos da linguagem, uma disciplina de entremeio, “um lugar particular entre a linguística e as ciências das formações sociais” (ORLANDI, 2015, p. 25). Luz (2010) entende que a AD produz um outro lugar, devido sua especificidade, e, enquanto disciplina de entremeio, não produz separação entre a linguagem e a exterioridade.

Portanto, parece-nos que delimitar as condições de produção da escrita dessa dissertação faz-se importante para estabelecer um efeito de começo. Definida por Pêcheux (1993), a noção de condições de produção são as “determinações que caracterizam um processo discursivo” e, mais especificamente, como pontuou Orlandi (2015, p. 28), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e as situações, bem como, a memória, capaz de acionar a produção de um discurso”. Em nossas palavras, compreendemos que elas são as situações que fazem parte da construção de nossa base teórica e de pesquisa. Inclusive, Orlandi (2015) ressalta que essas condições de

produção, que incluem a situação e o sujeito, podem ser consideradas em contexto imediato e/ou contexto sócio-histórico ideológico.

A autora acrescenta que não podemos separar o contexto imediato e o contexto sócio-histórico pois estes contextos funcionam conjuntamente em toda situação de linguagem. Para fins de exemplificação, compreendemos, segundo os apontamentos de Orlandi (2010) que

“Em uma situação de sala de aula, a situação imediata, as circunstâncias de enunciação compreendem o contexto da sala de aula com o professor e os alunos; a situação no sentido amplo compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, isto é, uma sociedade como a nossa o saber é distribuído por uma rede institucional hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder. Assim, o que acontece na sala de aula não está desvinculado do contexto mais amplo e é assim que se adquire sentido”

Com relação aos nossos objetivos, o conceito de condições de produção vem para nos auxiliar a entender o processo de constituição dos Fundos Documentais e do Centro de Documentação e Memória, levando em conta as questões ideológicas institucionais até a realização, de fato, de um espaço para pesquisa como o que temos na atualidade.

Outro conceito que, indispensavelmente, revisitamos, na escrita desta dissertação, é o de discurso, tomando como base nos estudos de Orlandi (2015) compreendemos o distanciamento desta noção do esquema elementar da comunicação que constitui-se de emissor, receptor, código, referente e mensagem, para a AD o discurso não se trata apenas de uma transmissão de informações “nem há essa linearidade na disposição dos elementos” (ORLANDI, 2015, p. 19), em nossas palavras, compreendemos que essas etapas apresentadas pela comunicação ocorrem ao mesmo tempo realizando o processo de significação, ou seja “o discurso vai muito além da transmissão de informações, é considerado efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2015, p. 20).

Ainda, o discurso pode ser entendido como “funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 2015, p. 20). Dessa forma, o discurso se constitui pela inscrição de um sujeito em uma formação discursiva e não em outras. Orlandi (1999) sustenta que o discurso é uma constante desconstrução e reconstrução, posicionando-se acerca do discurso enquanto ação social e afirmando que, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento” (ORLANDI, 1999, p. 15). Partindo da premissa que a

materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, a autora considera a relação língua, discurso e ideologia, pois “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999, p. 17).

## 2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E SEU ARQUIVO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) conta com o Departamento de Arquivo Geral (DAG)<sup>8</sup> para implementar e realizar as políticas e funções arquivísticas pertinentes aos arquivos da Instituição. Esse departamento tem a finalidade de coordenar e supervisionar o Sistema de Arquivos da UFSM (SIARQ/UFSM), responsabilizando-se pelos procedimentos técnicos aplicados, bem como, por desenvolver a

Política de gestão arquivística da Instituição, mantendo sob custódia os documentos de caráter permanente, oriundos das atividades dos órgãos administrativos e das unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Visa também garantir a produção, a preservação e o acesso dos documentos arquivísticos mantendo-os confiáveis e autênticos<sup>9</sup> (DAG, 2019).

O DAG possui a seguinte estrutura: a diretoria, a secretaria de apoio administrativo, a divisão de protocolo, a seção de movimentação, a divisão de apoio técnico aos arquivos setoriais e a divisão de arquivo permanente. A diretoria, que tem a responsabilidade de coordenar e supervisionar a gestão de arquivística da Universidade; a *secretaria de apoio administrativo*, que tem a finalidade de auxiliar nas atividades administrativas, como, por exemplo, redigir e emitir documentos, organizar e manter os arquivos dos diferentes departamentos, controlar as férias dos servidores, bem como, vir a providenciar a aquisição de materiais permanentes e de consumo das unidades, além de outras atividades pertinente ao serviço.

Já a *divisão de protocolo* tem por finalidade a coordenação e supervisão das atividades que envolvem as correspondências e demais documentos institucionais. Trata-se da seção de registro e controle, que serve para proceder a autuação de processos que requeiram análise e decisões das diversas unidades/subunidades da

---

<sup>8</sup> Informação disponível em: <http://w3.ufsm.br/dag/index.php/sistema-de-arquivos-da-ufsm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

<sup>9</sup> Informações retiradas da nota de apresentação do Departamento de Arquivo Geral no site da UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/>. Acesso em: 20 set. 2019.

Universidade. Em resumo, essa divisão atua para: a) controlar a tramitação de processos e documentos em geral; b) atender aos usuários internos e externos quanto à consulta e tramitações de processos e documentos; c) realizar diversas atividades referentes ao uso e controle dos processos; d) elaborar normas e manuais de serviço, de acordo com a legislação vigente; e) executar outras atividades inerentes a sua área de atuação.

Por outro lado, a *seção de movimentação* está destinada a distribuir as correspondências e demais documentos; coletar e entregar documentos, encomendas, volumes e outros, interna e externamente; controlar os serviços de correio e malotes; e executar outras atividades inerentes a sua área de atuação.

A *divisão de apoio técnico aos arquivos setoriais* possui a finalidade de coordenação e supervisão de atividades nos Arquivos Setoriais. Trata-se dos arquivos de cada Centro da UFSM, ou seja, fornece orientações e acompanhamento para a organização dos arquivos correntes e intermediários das unidades/subunidades da Universidade. Dessa forma, oferece a padronização dos procedimentos técnicos e orienta o levantamento da produção documental com vistas à elaboração dos instrumentos de gestão, os planos de classificação e as tabelas de temporalidade de documentos, bem como, elaborar normas operacionais para os arquivos setoriais, atendendo às peculiaridades de cada arquivo; promover a capacitação dos responsáveis pela execução das atividades nos arquivos setoriais; prestar apoio técnico à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no processo de avaliação documental; e atender aos usuários do sistema de arquivos.

Por fim, a *divisão de arquivo permanente* possui a seção de processamento técnico, a seção de estudos e pesquisas no laboratório de reprografia (microfilmagem), uma comissão permanente de avaliação de documentos. Sua estrutura de acervos documentais está organizada de forma a atender os documentos de Guarda Permanente do DAG que são caracterizados como documentos referentes à origem, aos direitos e às razões da existência da Instituição, bem como seus objetivos, seus atos de criação, sua constituição, modificação ou extinção do órgão produtor, suas leis, decretos, portarias e resoluções.

O DAG possui, ainda, a guarda de documentos de direitos patrimoniais; documentos legislativos, de jurisprudência e ações judiciais; documentos relativos à administração pessoal e ao patrimônio em geral. Há, também, documentos que respondem a questões técnico-científicas relativas às atividades específicas do órgão;

documentos de divulgação ou de promoção do órgão, dos quais um exemplar, pelo menos, deve ser preservado como amostra; documentos da vida; e, também, documentos de valor artístico e cultural. Cabe ressaltar que esses documentos podem ser diferentes materialidades (escrita, iconográfica, sonora).

O acervo documental do DAG, atualmente, contempla os seguintes acervos: a) Fundos de Inventário da Gestão Prof. Derblay Galvão (1977 a 1981); b) Inventário Documental da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo; c) Inventário Documental do Curso de Farmácia e Bioquímica; d) Inventário Documental do Fundo IPREMEC; e) Inventário Documental do Fundo Projeto Rondon; f) Índice Alfabético de Assentamento Individual de Servidor e Estagiário; g) Índice Cronológico de Reportagens em Jornais sobre a UFSM (1963-2017); h) Índice Cronológico de Projetos Institucionais (1974-1997); i) Catálogo dos Documentos Resultantes da Desapropriação de Terras para a Construção do Campus da UFSM – 1ª fase; j) Índice de Reportagens em Periódicos Informativos da UFSM (1954-2012); e l) Catálogo Seletivo dos Diários de Classe da Disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros da UFSM – Acervo Memória Acadêmica/DAG.

O DAG, também, é responsável por desenvolver e aplicar instrumentos de pesquisa, guias e publicações que auxiliam o trabalho arquivístico dentro da UFSM, como, por exemplo, o inventário do Fundo Mariano da Rocha; o Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da UFSM; a Tabela de Temporalidade de Documentos da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRRH); uma Política de Arranjo Documental para a Universidade Federal de Santa Maria; o Manual de Normas e Procedimentos Gerais para Controle de Processos; e o Catálogo Seletivo de Fotografias; concretizando, assim, um ideal: a cidade universitária da UFSM de 1960 a 1973.

Os objetivos do sistema de arquivos, proposto pela UFSM, segundo Ciscato et al. (2011), constituem-se de forma a suprir a instituição de todas as informações necessárias ao processo de análise e de tomada de decisões; racionalizar a produção documental; garantir a implementação de uma política de avaliação de documentos; e preservar o Fundo Documental da UFSM como parte integrante dos fundos da Administração Federal. Compreendendo a estrutura do Departamento de Arquivo Geral da UFSM (DAG), podemos considerar que os Fundos Documentais, sob a custódia do Centro de Documentação e Memória, não se encaixam, diretamente, no conceito de documentação administrativa ou corrente, proposto pelo DAG e sistema

de arquivos da UFSM, pois, esses eles são conjuntos de documentos bem específicos e que têm por objetivo principal reunir documentos que possam constituir a história disciplinar contemporânea no tocante aos estudos da linguagem.

Com isso, a diversidade de tipos físicos e a grande massa de informação levam ao surgimento de Centros de Documentação, não só na UFSM, mas em várias instituições brasileiras, abrangendo diversas atividades de diferentes áreas, visando a um tratamento documental diferencial em acordo com os seus objetivos. Esses tipos de Fundos Documentais, em Centros de Documentação, assim como a sua política, possuem “a missão comum de tornar acessíveis as informações contidas nos respectivos acervos” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 19). Os terrenos arquivísticos que nos permitiram adentrar com essa pesquisa levam-nos a refletir sobre a necessidade de lugares de memória (NORA, 1993), pois são lugares de histórias vividas e experienciadas, marcadas pela historicidade por uma certa áurea simbólica como nos ensina o historiador:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22).

O que vemos é o quanto uma política de memória pode contribuir para uma reflexão sobre o que seria um lugar de memória. O que não é nosso caso, aqui, nesta dissertação. No entanto, fica a questão em aberto, pois a guarda dessa história e de como as questões institucionais interferem no processo de construção desta dissertação, ou seja, o "de pensar relações de filiação, de memória (estruturada pelo esquecimento), de discursividade" (ORLANDI, 2009, p. 87) do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney e do espaço onde está inserido. Logo, isso é indispensável para toda pesquisa que se propõe a trabalhar com esse referencial, pois contribui para sedimentar uma coerência necessária, pois, conforme Orlandi:

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito (ORLANDI, 2015, p. 68).

## 2.2 O LABORATÓRIO CORPUS E O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA<sup>10</sup>

Para nós, é preciso apresentar, antes de adentrarmos no Fundo que queremos analisar, o percurso de constituição e construção do Laboratório *Corpus* – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem, pois entendemos que, a partir de seus ideais e de seus participantes, tornou-se possível a elaboração de um projeto que, atualmente, concretiza-se como Centro de Documentação e Memória. O Projeto de criação do Laboratório *Corpus* é o mesmo enviado ao EDITAL CT–INFRA/Institucional: FINEP 01/2001, suas informações estão contidas nos arquivos do próprio Laboratório, hoje, em pleno funcionamento na sala 3302, Prédio 16.

A ideia do Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem – Laboratório *Corpus* surge a partir da proposta de um grupo de pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, através de suas práticas intelectuais e sua busca por afinidades e pelas convergências desse grupo, tanto no plano teórico como no plano prático de trabalho sobre a história da língua e o que resulta destas pesquisas.

Portanto, é possível considerar, ainda que de forma inicial, que foi a necessidade da definição do campo de atividades desses pesquisadores que determinou a criação e fundação do Laboratório. Dessa forma, o grupo tomou por base a reflexão acerca de questões fundamentais para todo investigador na área de Letras e Linguística, ou seja, a constituição de seus objetos de investigação e a determinação de um *corpus* de estudo, fundamentado pela cooperação intelectual dos professores do Mestrado em Letras, articulou ações e atividades de pesquisa, com vistas a afirmar um espaço de referência para a sua grande área.

Esse laboratório, em sua fundação, previu a sistematização das principais fontes que originaram o desenvolvimento da Linguística e da Literatura, bem como,

---

<sup>10</sup>Informações extraídas do site da Instituição. Disponível em: <http://corpus.ufsm.br>. Acesso em: 12 set. 2015.



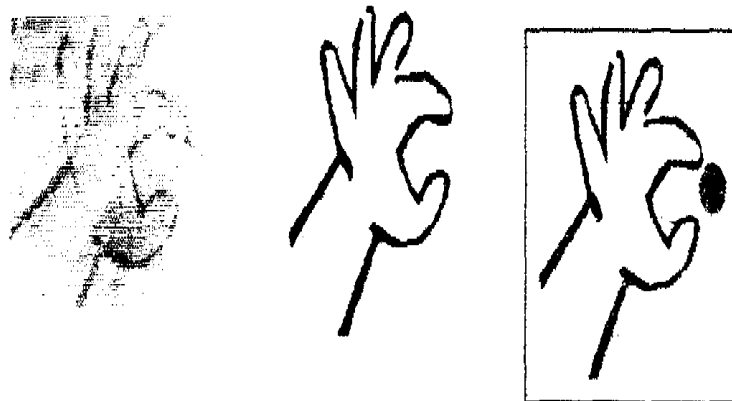
constituiu-se (e ainda o é) como um espaço de pesquisa pronto para disponibilizar à comunidade interessada a produção do conhecimento sobre a linguagem no Rio Grande do Sul e no sul do país. A logomarca do Laboratório Corpus foi inspirada no mural *Quinhentos Anos de Invasão da América*, do artista plástico Juan Amoretti, fixado na parede externa do Teatro Caixa Preta – Espaço Rozane Cardoso. O mural foi inaugurado em 1992, ano de comemoração dos quinhentos anos de “descobrimento” das Américas. Como o nome sugere, o mural sinaliza uma crítica à comemoração dessa data controversa legitimada pelo discurso do colonizador e representa a destruição da cultura inca pelos colonizadores europeus. A logomarca do Laboratório Corpus foi inspirada, mais especificamente, a partir de um recorte desse mural: a figura humana alada, situada no alto do canto direito do mural, que tenta alcançar a luz, como pode ser visto na Figura 1 e na Figura 2.

Figura 1 – Recorte do mural/painel de Juan Amoretti, no Teatro Caixa Preta – Espaço Rozane Cardoso



Fonte: Projeto Retalhos da Memória de Santa Maria.

Figura 2 – Processo de construção da logomarca do Laboratório *Corpus* e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM



Fonte: Projeto de criação do Laboratório *Corpus*. Cópia digital.

A partir da delimitação da proposta de criação e de seu logo, os pesquisadores do Laboratório *Corpus* determinaram seus objetivos estratégicos, ou seja: 1) mapear

o perfil dos estudos linguísticos e literários na região, considerando o desenvolvimento histórico e suas tendências presentes; 2) desenvolver ações de ensino e de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, que visam à produção e transferência do conhecimento; e ainda 3) promover práticas relacionadas à pesquisa que podem ser desenvolvidas em cursos e seminários de extensão, promovendo um intercâmbio entre universidade e sociedade. O projeto geral do Laboratório *Corpus* nasceu em torno de um núcleo de interesse de pesquisa:

O estudo de questões enunciativas e discursivas que sejam capazes de instrumentalizar análises específicas de linguagem; estudo do quadro da Formação em Letras na Região Sul do Brasil, incluindo programas de Pós-Graduação, de graduação, revistas especializadas, manuais de ensino e as gramáticas e por fim, o estudo das modificações históricas das relações entre Letras e Linguística a partir dos anos de 1950 na Região Sul do Brasil (PROJETO LABORATÓRIO CORPUS).

Ainda hoje, muitas das pesquisas de integrantes do Laboratório *Corpus* fazem relação com esse núcleo, abrindo espaço para pesquisadores de outros campos teóricos integrarem suas pesquisas ao Laboratório. A fim de concretizar suas propostas iniciais, o I Seminário *Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica* (Figura 3) foi realizado, no ano de 1999, em Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine – Rio Grande do Sul, no qual estiveram presentes pesquisadores das áreas de Estudos Linguísticos e de Estudos Literários. Convictos de que a criação de um laboratório poderia prover a instauração de uma cultura de pesquisa entre áreas de Literatura e Linguística, os grupos de pesquisa (GRPesq/CNPq: Linguagem, Sentido e Memória e GRPesq/CNPq Literatura e História) traçaram uma inter-relação de pesquisas consistentes em ações relacionadas aos estudos sobre a linguagem.

Figura 3 – Folder do 1º Seminário de Trabalho Corpus



Fonte: (Laboratório Corpus – Fotografia de Caroline Lopes Knackfuss).

Ademais, os resultados desse primeiro seminário, pelo nível das propostas de pesquisa desenvolvidas pelos membros do grupo que constitui este Laboratório, eram um sinalizador seguro de que o Mestrado em Letras da UFSM já apresentava condições favoráveis para a instalação do nível de Doutorado. Podemos ressaltar, em questões de impactos da criação e construção do Laboratório *Corpus*, o desenvolvimento de atividades de cooperação universitária através de redes interativas, bem como, o estabelecimento de intercâmbio entre pesquisadores de diferentes centros, grupos ou laboratórios de pesquisa de instituições europeias e latino-americanas e, sobretudo, a formação de novos pesquisadores.

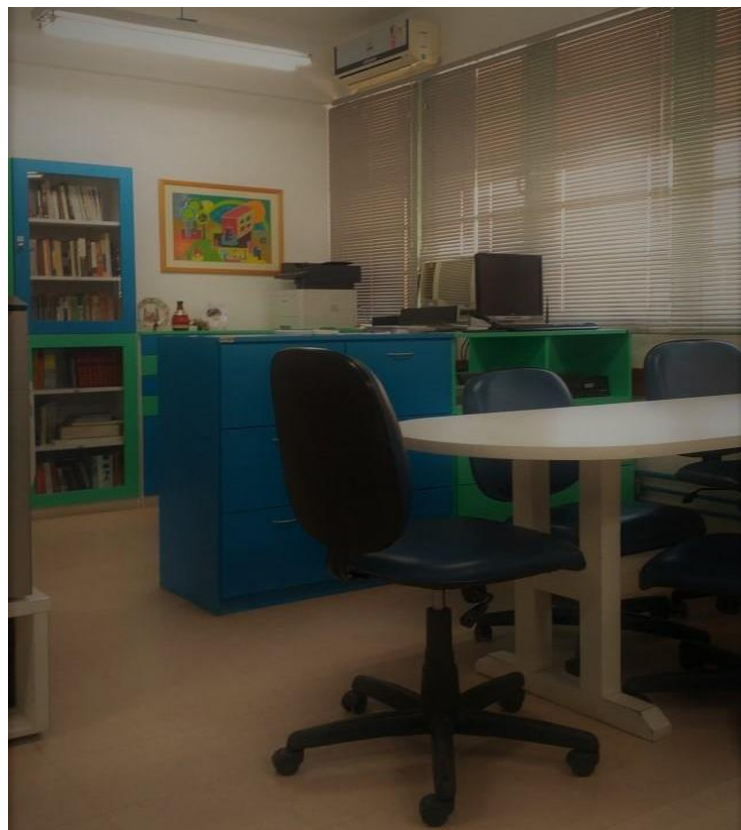
Foi a partir dos levantamentos previstos lá no início de sua criação, que se passou também a considerar uma nova necessidade: a de tentar estabelecer mecanismos de intercâmbio entre grupos de pesquisa no Brasil e no estrangeiro, possibilitando, assim, uma troca de experiências em pesquisa na área de Linguística e de Literatura, com a pedra fundamental de disponibilizar acesso a um acervo em seu banco de dados. Além de proporcionar atividades de pesquisa e extensão no

interior da Universidade, Laboratório também tem proporcionado também tem proporcionado a divulgação científica e o aprofundamento de trabalhos já iniciados pelo grupo de pesquisadores que o fundaram.

Como consequência, dedica-se, às atividades de pesquisa relativas à sua natureza e reúne pesquisadores ligados a diversos grupos de pesquisa de instituições nacionais e internacionais. O *Corpus*, como é conhecido, tem entre seus principais objetivos o incentivo ao trabalho de recuperação de fontes, do ponto de vista gráfico e editorial, e a formação e disponibilização de acervos e bancos de dados na *web*.

As instalações (desde a sua fundação) do Laboratório *Corpus* ficam no Prédio 16 – Centro de Educação da UFSM, sala 3302, terceiro andar (conforme Figura 4). Já com algumas modificações em sua aparelhagem técnica, o ambiente do Laboratório permanece, em sua maioria, semelhante à sua estrutura inicial.

Figura 4 – Imagem das instalações do Laboratório *Corpus*: Laboratório de Fontes de estudos da Linguagem



Fonte: Fotografia de Mirela Klein.

O Seminário *Corpus*, evento destinado à mostra de pesquisas, debates e produção do conhecimento dos pesquisadores do Laboratório *Corpus*, é uma das marcas das diversas atividades propostas pelo grupo de integrantes, tendo se ocupado em diversas vezes de retomar reflexões acerca de diferentes temas. Destacamos, aqui, pelo interesse posto em jogo por essa dissertação, o 4º Seminário *Corpus* (Figura 5), evento que possibilitou uma reflexão acerca do conceito de arquivo e seu impacto na pesquisa linguística e na literária. No folder do referido seminário, do ponto de vista da historicidade das relações estabelecidas entre os membros fundadores do Laboratório *Corpus* e o grupo de pesquisadores do IEL-LABEURB – UNICAMP, há a reprodução de anotações e esquemas manuscritos de Eni Orlandi, produzidos durante sua passagem no Laboratório em entrevista concedida aos mestrandos e aos alunos de Iniciação Científica<sup>11</sup>.

Figura 5 – Folder do 4º Seminário *Corpus*, cujo tema referia-se ao “Arquivo”



Fonte: Folder do IV Seminário *Corpus*. Projeto de Design produzido pela Profa. Dra. Simone de Mello de Oliveira, quando mestranda do PPGL (Fotografia de Caroline Lopes Knackfuss).

<sup>11</sup> Entrevista disponível em: ORLANDI, E. P. História das ideias X História de vida. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 7, p. 11-51, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/issue/view/362/showToc>. Acesso em: 03 set. 2019.

Em consonância com os objetivos que nortearam a fundação do Laboratório *Corpus*, de incentivar a pesquisa e a formação acadêmica de novos pesquisadores, tem-se também a criação do Centro de Documentação e Memória (CDM), espaço pensado para melhor adequar, em um lugar mais confortável, a pesquisa e a consulta sobre os acervos já adquiridos. Visando a essas questões, e considerando a dificuldade de acesso às documentações dos acervos, os pesquisadores do Laboratório entenderam a necessidade de um espaço mais amplo, para abrigar os novos tipos documentais que começaram a ser incorporados ao acervo existente.

A partir desses pontos historicizados, entra em cena a constituição de uma Política de Memória, que abarca a criação dos Fundos Documentais já existentes, como também, traz um novo espaço de guarda, o Centro de Documentação e Memória, em que os limites entre os vários campos do conhecimento e as diversas relações estabelecidas entre eles contribuíram para o aumento da complexidade dos tipos documentais encontrados para consulta e novas pesquisas.

Arquivisticamente, um Centro de Documentação tem o objetivo de coletar a documentação, organizá-la e disseminar informações, além de ter ainda a função de pensar na trajetória política e histórica da instituição, em suma, os Centros de Documentação representam, segundo Tessitore (2017), uma mescla das entidades de custódia do patrimônio, não somente, mas na sua grande maioria, documental. Embora, sem se identificar com nenhuma delas, como arquivos, bibliotecas e museus, os Centros de Documentação podem reunir “documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana” (TESSITORE, 2017, p. 20).

Em termos de realidade brasileira, foi “diante do vazio historiográfico existente sobre o passado político” (NEDEL, 2013, p. 152) que despertou a abundância na produção de uma escrita sobre a história contemporânea, apontando para o surgimento de espaços especializados, dentro de Centros de Documentação, na proteção e recuperação de arquivos em geral e, sobretudo, os pessoais. Segundo Nedel (2013, p. 152), em um intervalo, considerado curto, de três anos, de 1971 a 1973, no Brasil, “concentrou-se em um tipo de documentação que até ali despertara pouca ou nenhuma curiosidade científica” e, segundo a autora, muito dessa “volta” deu-se devido à censura e ao autoritarismo político desse período.

De acordo com Barros e Tognoli (2011), é pelo valor e importância dada aos acervos a serem recolhidos que serão determinadas quais e que tipo de instituições

poderão custodiá-los. Portanto, a partir de marcos nacionais relacionados aos arquivos, bem como, àqueles arquivos pessoais, que tem legislações, como, por exemplo, o Decreto, DSN 07/04/2006, de 07 de abril de 2006, sobre o acervo documental de Glauber Rocha; os Decretos de 20 de janeiro de 2009, sobre os acervos documentais de Berta Gleizer e Darcy Ribeiro; o Decreto de 16 de abril de 2009, sobre o acervo documental de Oscar Niemeyer; o Decreto de 16 de junho de 2010, sobre o acervo documental de Abdias do Nascimento; e, mais recentemente, o Decreto de 1º de junho de 2011, sobre o acervo documental de César Lattes, que deriva da disposição dos arts. 12, da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e 22, do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Tais ações e afirmativas vêm para reafirmar a importância de pessoas que contribuíram de alguma forma na sociedade brasileira (e não só) e que podem ter seus arquivos preservados a fim de salvaguardar o patrimônio, em nosso caso, documental e histórico.

Enfatizamos que o entendimento de patrimônio tomado aqui parte das reflexões que propõe Cervo (2012) em sua tese de doutorado. A autora afirma que o “objeto simbólico terá valor excepcional no rastro de uma memória” (CERVO, 2012, p. 33), sendo merecedor de sua preservação e transmissão, se funcionar como um dispositivo de lembrança, não individual, de algo que não se quer esquecer. Dessa forma, o Centro de Documentação e Memória (CDM)<sup>12</sup> desenvolve-se a partir das pesquisas realizadas por integrantes do Laboratório *Corpus* cujas pesquisas estão voltadas para a produção do conhecimento linguístico e literário e seus modos de formulação e circulação no Brasil. Dentre seus resultados, tais pesquisas desenvolvem-se em uma reflexão construída e constituída sob forma de um arquivo do conhecimento, determinado por esses diferentes gestos de leitura e de interpretação na/pela história social brasileira.

Com o objetivo de disponibilizar acervos, incentivar o trabalho de recuperação de fontes e desenvolver uma dinâmica de seminários, exposição de material, reuniões de estudo e de trabalho, enfim, apresenta-se como um espaço propício à formação de jovens pesquisadores e de desenvolvimento de pesquisas na área de Letras e Linguística, através da temática história, língua e memória<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Projeto registrado no Gabinete de Projetos do Centro de Artes e Letras – GAP/CAL 031241.

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <https://www.ufsm.br/laboratorios/corpus/>. Acesso em: 7 jan. 2020.



Por outro lado, os arquivos pessoais, em espaço público, caracterizam-se como uma nova fonte de pesquisa, fomentando o surgimento, a criação ou a adequação de espaços destinados ao tratamento arquivístico, para recebê-los a cada nova experiência de sucesso compartilhada. Esses arquivos são considerados como “lugares de memória” (NORA, 1993), tornando-se responsáveis pela guarda, resgate e preservação dos laços de continuidade de um determinado grupo de um pesquisador.

O CDM tem como finalidade fomentar uma política de criação de Fundos Documentais no interior da Instituição e propõe-se a visar algo maior nas relações que se estabelecem entre as diferentes áreas de produção do conhecimento e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, que dedicam toda uma vida profissional em prol da Universidade e têm de fato um imenso legado histórico que precisa ser preservado. Tais Fundos atendem à Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), editada com o intuito de proteger e dispor sobre acervos pessoais transferidos ou depositados em instituições de memória, concretizando a “declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2003, s/p).

Portanto, por meio das atividades dos pesquisadores do Laboratório *Corpus*, constituídos e vinculados ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, foi possibilitado um novo direcionamento dado aos Fundos Documentais, fomentando a ideia da criação e implementação do Centro de Documentação e Memória (CDM), abarcando os Fundos criados e a serem criados futuramente. Foi, também, graças à produção de tais pesquisadores e sua visibilidade nacional e estrangeira que o resultado das pesquisas em foco pôde tomar corpo e forma. Podemos citar, por exemplo, a pesquisa realizada sobre a história da AD no Brasil que resultou, entre outros, no artigo *O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil*, de Scherer et al. (2014). As autoras apontam para o início do processo de disciplinarização dos estudos sobre o discurso no Brasil, datando-o no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, e uma das causas seria o retorno de pesquisadores brasileiros do estrangeiro, dando início ao desenvolvimento de pesquisas, em nível universitário. Sublinham, ainda, a importância de se pensar a AD e seu movimento inicial no Brasil, a fim de compreender esse espaço de produção e circulação de conhecimento teórico para

“tentar melhor apreender aquela própria à das regiões Sul e Sudeste do país” (SCHERER, et al., 2014, p. 15), onde estamos particularmente inseridos.

Compreendemos, também, que é a partir desse contexto de pesquisa e desenvolvimento acadêmico que o CDM se insere em um espaço para a pesquisa e que representa, segundo Scherer et al. (2014), um exemplo de interesse sobre arquivos e também sobre arquivos pessoais. Isso se dá, em grande parte, pelo fato de que a Universidade está recebendo acervos de familiares de profissionais que fazem ou fizeram parte de seu corpo docente e/ou administrativo. E, como sabemos, o CDM tem uma política relativa à história do fazer disciplinar da Linguística através da criação de Fundos Documentais, em que o sujeito produtor do acervo é também o detentor do foco desse espaço.

Nos anos de 2014 e 2015, o CDM ocupava as salas: 1104, no primeiro andar, e a 1200, no segundo andar, do Centro de Artes e Letras – CAL, sendo, esta última, responsável por guardar o acervo e parte da biblioteca do Fundo Maria Luiza Ritzel Remédios, bem como, alguns materiais como móveis expositores, vindos da exposição realizada do Fundo Neusa Carson em 2013, além de outros materiais referentes ao Laboratório *Corpus*. A sala 1104 foi responsável por acomodar a documentação, já higienizada (Figura 6), em suas estantes deslizantes para guarda permanente.

Figura 6 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória – Centro de Artes e Letras, prédio 40



Fonte: Caroline Lopes Knackfuss.

O espaço, apesar de ter potencial para guarda dos fundos e suas respectivas bibliotecas, ainda não era o ideal para acomodar um acervo documental do porte da época, nem para a realização de pesquisas e consultas por futuros usuários. O ambiente equipado com ar condicionado, janelas amplas, com nível de umidade seco, era um dos poucos espaços apropriados para receber as estantes deslizantes (Figuras 6 e 7), o que demonstra um grande esforço da Coordenação do CDM em aprimorar suas instalações físicas, bem como seus acervos.

Figura 7 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória – Centro de Artes e Letras, Prédio 40



Fonte: Caroline Lopes Knackfuss.

A estruturação física do CDM, mesmo antes da alocação e instalação completa de seu acervo, no Espaço Multidisciplinar da UFSM, em Silveira Martins, apresenta boa organização do material armazenado, produtividade, além de redução de esforços e segurança. A coordenação do CDM, bem como, seus colaboradores, acredita que esse espaço está proporcionando, cada vez mais, a reflexão a respeito de suas contribuições acadêmicas, sociais e científicas, de forma que possa se tornar um espaço de mais pesquisas e ainda que proporcione uma visitação mais frequente por parte da comunidade externa.

De acordo com Scherer et al (2014), os fundos documentais estão servindo como base para uma reflexão a respeito da importância de reunir, em um mesmo local, “documentos muitas vezes esparsos e fragmentários” (SCHERER et al., 2014, p. 381) que, em diversos casos, possuem valor teórico, histórico e analítico para a

compreensão da própria história institucional. A figura a seguir, mostra o espaço de transição do CDM, do CAL à Unidade Multidisciplinar, em que foram acomodadas as documentações referentes aos Fundos Documentais (Figura 8). Foram realizadas as atividades de organização e higienização, segundo os procedimentos técnicos da Arquivística, ao serem transferidos para as primeiras instalações do CDM, na Unidade Multidisciplinar em Silveira Martins.

Figura 8 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória ao chegar na Unidade Multidisciplinar em Silveira Martins



Fonte: Fotografia de Caroline Lopes Knackfuss.

Camargo e Goulart (2015) defendem muito além da arte da organização arquivística (seja em ordem alfabética, seja de gênero documental), uma ordem que dialogue, de alguma forma, também com as questões de memória institucional, pois é fundamental para dar sentido àquilo que faz parte da experiência de vida de outros

sujeitos. A figura 9 ilustra a primeira organização dada aos livros que compõem a biblioteca do Fundo Documental Maria Luiza Ritzel Remédios. Após a verificação, os livros foram catalogados e separados nas estantes conforme seu pertencimento arquivístico (Figura 9).

Figura 9 – As primeiras instalações do Centro de Documentação e Memória ao chegar na Unidade Multidisciplinar em Silveira Martins



Fonte: Caroline Lopes Knackfuss.

Na literatura arquivística, em alguns casos, podemos ver que, como ensina Troitiño (2012), muitas vezes, a transmissão da custódia de arquivos se mostra como uma possibilidade de solução de problemas referentes à preservação e à manutenção de documentos que talvez já não fossem de uso corrente aos atuais custodiadores do acervo. Por isso, com responsabilidade social, acadêmica e científica, o Laboratório *Corpus*, quando da criação do CDM, prontificou-se a assumir a custódia da

documentação de profissionais da Instituição, dentro da sua política de aquisição e recebimento, a fim de preservá-la através da possibilidade de construção de novos significados a esses conjuntos que constituem os referidos Fundos.

Para garantir o acesso de pesquisas futuras, o CDM apoia-se em termos legais, com relação ao que já foi doado, e baseia-se no termo de consentimento e termo de doação (Figura 10). Esse termo, na época de sua elaboração, foi elaborado sob o amparo legal da Advogada Carolina Salbego Lisowski (à época, doutoranda em Letras - Estudos Linguísticos e integrante do Laboratório Corpus).

Figura 10 – Termo de doação que serve como base para as aquisições de Fundos Documentais do Centro de Documentação e Memória

### TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, ora designado DOADOR, de outro lado, a Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Documentação e Memória, localizado na Rua Francisco Guerino, nº 407, Centro, Silveira Martins-RS, doravante denominado DONATÁRIO, neste representado pela Profª. Drª. Amanda Scherer (Diretora do CDM), celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO. Os bens estão sendo doados, espontaneamente, sem coação ou vício de consentimento por livre e espontânea vontade. Os objetivos de doação destinam-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão. E assim, por estarem de acordo com a presente DOAÇÃO é lavrado o presente termo que vai devidamente assinado pelas partes testemunhas.

\_\_\_\_\_  
DOADOR

\_\_\_\_\_  
DONATÁRIO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome e CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome e CPF:

\_\_\_\_\_  
Local e Data

Fonte: Política do Centro de Documentação e Memória.

Essa medida fez-se necessária por uma questão de segurança para ambas as partes: a do doador, que se sente parte de algo maior, com a garantia da valorização do seu acervo ou de familiar; e para quem recebe, pois assim poderá, a partir de então, tratar a documentação dentro das concepções do referido espaço institucional, sem sofrer a interferência direta de seu produtor ou familiares, representando uma maior liberdade nesse tratamento.



Dessa forma, entra em cena uma relação de confiança necessária entre quem recebe e quem está doando a documentação, para que os titulares que doam seus arquivos possam, de fato, acreditar que seus trabalhos e atividades desempenhadas ao longo da vida tenham sido úteis. É comum, como ressalta Gomes (1998), entender que o arquivo e ainda o arquivo pessoal se aproximam de dimensões de vida relegadas ao esquecimento por se inscreverem, sobretudo, na fluidez espontânea do cotidiano, do tempo vivido. No entanto, para o autor, os arquivos pessoais permitem tocar o caráter individual e subjetivo das tramas de tais sujeitos, possibilitando ao pesquisador “dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes” (GOMES, 1998, p. 125).

### **2.3 POLÍTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DE FUNDOS DOCUMENTAIS**

A Política de Criação e Implementação de Fundos Documentais, iniciada pelo Laboratório *Corpus* e, hoje, levada a cabo pelo CDM, constitui o contexto sócio-histórico-ideológico, além das condições de produção do Fundo em estudo, o que pressupõe, a partir de ações no contexto acadêmico desse Laboratório, ser possível a concretização dessa dissertação. Com a responsabilidade acadêmica e científica do CDM, prontifica-se a assumir a custódia da documentação de profissionais, com grandes contribuições para o ensino na Instituição e, dessa forma, preservar e dar significado a esses conjuntos que constituem os Fundos Documentais.

O Laboratório *Corpus* vem auxiliando, em uma contínua busca, na construção de um traçado, nunca retilíneo (SCHERER; PETRI, 2013, p. 14), do processo de recuperação da História do Conhecimento Linguístico no Brasil, a fim de desenvolver uma Política de Fundos Documentais que não visa dar conta de todas as questões de história e memória, mas permite dar início a um trabalho necessário de criação, conservação e “circulação de arquivos pessoais” (SCHERER et al., 2014, p. 383), bem como, “refletir sobre a constituição da língua nacional, seja no tocante às línguas que revelam a heterogeneidade constitutiva do sujeito e da história” (SCHERER et al., 2014, p. 115).

Por outro lado, o arquivo, segundo Tessitore (2017), enquanto uma unidade administrativa ou institucional, é entendido como um órgão receptor, ou seja, “os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória, e, portanto, proveniente de uma única fonte geradora” (TESSITORE, 2017, p. 14). Assim, em

relação a esses arquivos (estamos nos referindo aqui aos arquivos que compõem os Fundos Documentais), não se pensa, por enquanto, em uma política de aquisição, pois entende-se que a constituição desse acervo, o FDAMM, já está pré-definido pela entidade/instituição produtora. A autora, no entanto, ressalta que os arquivos, públicos e privados, já têm se empenhado para recepção de conjuntos documentais que possam vir a complementar o respectivo acervo de caráter obrigatório.

Propondo-se a auxiliar na construção institucional “dos estudos da linguagem no ensino superior na região Sul” (SCHERER; PETRI, 2013, p. 14), a implementação da Política de Fundos Documentais pelo CDM tem tido grande visibilidade, expandindo-se para além dos muros da UFSM, possibilitando a formação da “história disciplinar da Linguística e dos estudos da linguagem, no geral, construídos na relação história pessoal *versus* história cultural na origem do fazer acadêmico” (SCHERER; PETRI, 2013, p. 14).

Ao colocar em prática a Política de Fundos Documentais, o CDM teve auxílio de um grupo de pesquisadores, incorporado por diferentes profissionais da Instituição, que, em conjunto, propuseram-se a refletir acerca da institucionalização e transformação dessas documentações em um material de pesquisa. Mesmo compreendendo que o arquivo não é um conjunto de documentações deixados por uma sociedade à outra, é necessário se ter em vista que o desenvolvimento de novas pesquisas “no tempo presente, promove o avanço da ciência para um tempo futuro” (SCHERER; PETRI, 2013, p. 15).

Dessa forma, a implementação de uma Política de Fundos Documentais pelo CDM é pensada com a finalidade de fomentar uma política de criação de Fundos Documentais no interior da Instituição, projetada, inicialmente, na história disciplinar da Linguística, que é o objeto principal de estudo, mas visando algo maior nas relações que se estabelecem entre as diferentes áreas de produção do conhecimento e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que dedicam toda uma vida profissional em prol da universidade e têm, de fato, um imenso legado histórico que precisaria ser preservado, tratado, arranjado para estar disponível à consulta dos novos e outros pesquisadores.

Tratando-se de acervos, ao negociar a doação de um arquivo particular para uma instituição de preservação, “a nossa recusa ou o nosso aceite pode determinar um ‘apagamento’ ou uma ‘perpetuação’ de representações de um passado linear ou ideal” (DOLAK, 2008, p. 218). Quando se aceita do titular a primeira remessa, está

sendo sinalizada a perpetuação de sua produção, através desse acervo, como algo permanente, além do que, como ressaltam Scherer e Petri (2013), é necessário buscar, nos “processos de construção do conhecimento, o ‘como’ se fazia pesquisa científica” (SCHERER; PETRI, 2013, p. 15), em diferentes momentos sócio históricos, formas de fornecer subsídio para dar continuidade às pesquisas em tempos atuais.

A figura 11 (a seguir) ilustra a doação de um conjunto de documentos e materiais doados pela professora e pesquisadora Aldema Menini Mckinney. Após a entrega pela referida professora, que foi realizada no interior da cidade de Alegrete/RS, onde a titular possui uma propriedade rural, as doações chegaram ao seu local provisório no Centro de Artes e Letras/ CAL da UFSM.

Figura 11 – O conjunto de materiais doados após a chegada do Fundo Documental no Centro de Artes e Letras/ CAL UFSM



Fonte: Fotografia de Caroline Lopes Knackfuss.

Também é importante sublinhar, conforme sustentado por Scherer e Petri (2013), que não se pode entender que a produção de um pesquisador estará determinada pelo seu produto final, seja um capítulo de livro ou um artigo científico

produzido por esse sujeito; é necessário também entender a importância de se refletir sobre a “discursividade própria deste pesquisador” (SCHERER; PETRI, 2013), ação que se torna possível ao receber um acervo, dentro dessa política de fundos, possibilitando a multiplicação e derivação de pesquisas em âmbito acadêmico e científico.

Nesse caso, como considera Sousa (2019), o fato de um arquivo, um arquivo pessoal, ter sido adquirido por uma instituição, justificado pela sua importância, traz a necessária reflexão acerca da busca pela racionalidade sobre a aquisição de tais acervos, considerando os aspectos jurídicos e teóricos; os tratamentos técnicos; a logística; os recursos humanos especializados; os recursos tecnológicos; e o acesso envolvidos no processo. Para Camargo e Goulart (2015), é em meio aos documentos recebidos que realizamos a leitura de materialidades que promovem uma aproximação cada vez maior a um possível real do sujeito envolvido.

Para Scherer e Petri (2013), a criação de uma política de fundos documentais está relacionada com a metáfora, assim postulada por Michel Pêcheux (1993), mostrando-se como um “processo de constituição de sentidos no qual há possibilidade de substituição de uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra” (SCHERER; PETRI, 2013, p. 16). Consequentemente, para as autoras, foi possível refletir sobre a possibilidade de “sentidos outros para os documentos”, através do redirecionamento do olhar do pesquisador aos materiais. Muitas vezes, tais materiais são inéditos, esboços, rascunhos dos titulares dos fundos documentais, propondo questões outras a partir do que já foi proposto.

Refletir sobre outros sentidos dos documentos, conforme Scherer e Petri (2013), estava também relacionado com a falta de uma política de memória, dentro da Instituição, que abrangesse não somente as questões administrativas. No entanto, entendemos que as universidades, normalmente, não têm como missão recolher e preservar arquivos de uma proveniência privada, a não ser aqueles originários de suas atividades. Por isso, a Política de Fundos Documentais, proposta pelo Laboratório *Corpus* e, hoje, sob a custódia do CDM, constitui-se por uma ação política e de pesquisa que possibilite, também, a compreensão da luta pelo fazer científico que é tão caro ao pesquisador ainda nos dias atuais.

Visando à concretização da Política de Fundos Documentais, Scherer et al. (2013) destacam que através do trabalho acadêmico-científico desenvolvido no espaço do Laboratório *Corpus*, foi proporcionado o contato com o primeiro Fundo

Documental amparado pelas questões dessa política. Afirmam, ainda, ao trazerem um pouco da história do CDM, o seguinte:

[...] nos últimos tempos, estamos concebendo um projeto de criação de um Centro de Documentação e Memória composto por vários setores, entre eles, o de Fundos Documentais e Acervos. O primeiro fundo a ser pensado e criado foi o Fundo Documental Neusa Carson (FDNC), designado pelo nome de uma importante linguista do sul do país, que viveu e trabalhou na UFSM e na PUC/RS nas décadas de 70 e 80, contribuindo para a institucionalização e disciplinarização da Linguística entre nós e tendo uma participação nacional e estrangeira importantíssima no desenvolvimento de pesquisas no campo da descrição de línguas indígenas, mais precisamente o Macuxi, em Roraima (SCHERER et al., 2013, p. 114).

Segundo as autoras, após a constituição do Fundo Documental Neusa Carson (FDNC), foi possível iniciar a captação de outros acervos e arquivos pessoais para compor o espaço do CDM e, dando continuidade a essa implementação da política de Fundos Documentais, foi possível participar de vários editais, por exemplo, CAPES – Edital Pró-Equipamentos; e FAPERGS – via o Edital Pesquisador Gaúcho (Figura 12 a seguir).

Figura 12 – As atuais instalações do Arquivo e sala de pesquisa do CDM

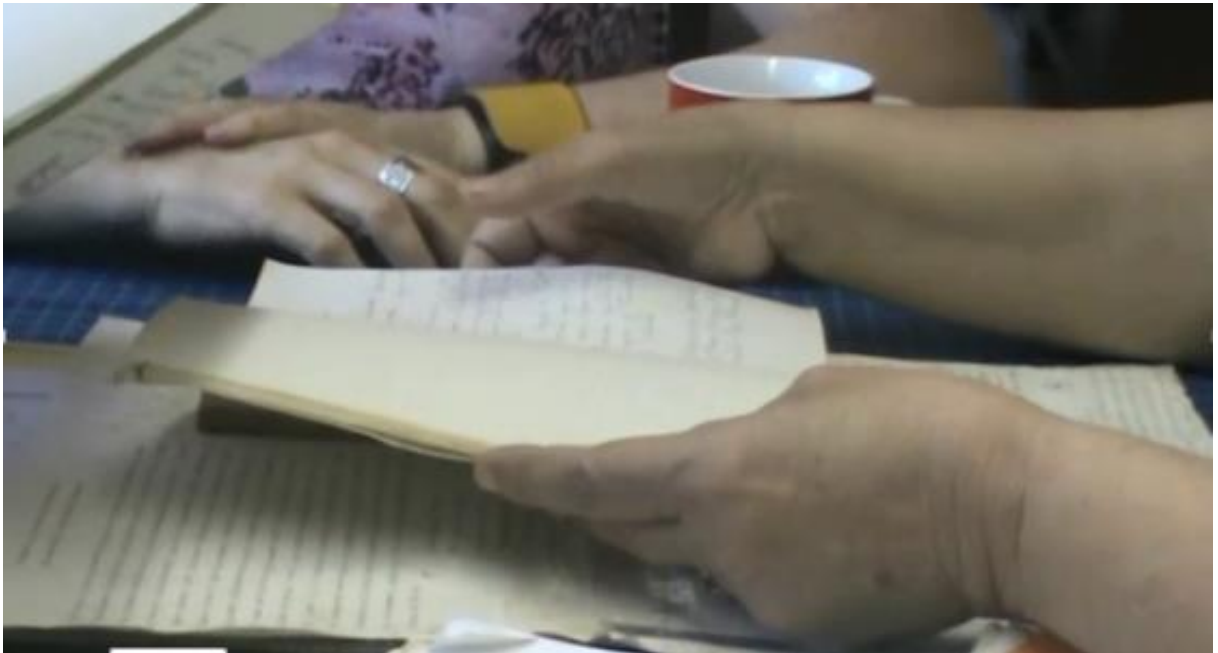


Fonte: Caroline Lopes Knackfuss.

Por meio dessa doação, os documentos da professora Aldema Menini Mckinney deslocam-se do espaço privado, a residência da professora, para o espaço público. Segundo Marques (2015), é esse movimento que se configura como o momento do arquivo a instauração e abre possibilidades para pesquisas a partir de um gesto de construção e de constituição de certa memória. A Figura 13, a seguir, ilustra o momento dessa doação e foi, a partir de uma entrevista realizada nesse dia,

que se pode compreender, através das falas e comentários da titular, a organicidade dos materiais doados.

Figura 13 – Frame da gravação realizada durante a doação do Arquivo que constitui hoje o Fundo Documental Aldema Menini Mckinney



Fonte: Gravação realizada no momento da doação.

Os gestos como o de seleção, recorte e classificação configuram-se como operações de arquivo, uma vez que “o arquivo não é uma realidade pronta e acabada” (MARQUES, 2015, p. 204). Ele poderá ser construído e desconstruído pelo gesto de leitura do arquivista, que, ao cumprir um itinerário, segundo Marques (2015), deixa seus vestígios nesse espaço. E, ainda, pelo efeito de arquivo, na concepção discursiva, há, segundo Barbosa Filho (2019), um entendimento “do real da história no arquivo, que faz com que o arquivo seja concebido como uma expressão do acontecimento” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 31), não o acontecimento em si.

Segundo Martins (2013, p. 84), que se debruçou sobre aqueles documentos que compõem o FDAMM num primeiro momento, um dos “poucos momentos de trabalho dos quais as duas professoras da UFSM, pesquisadoras e linguistas, mas com trajetórias distintas, Neusa Carson e Aldema Menini Mckinney, estariam interligadas”.

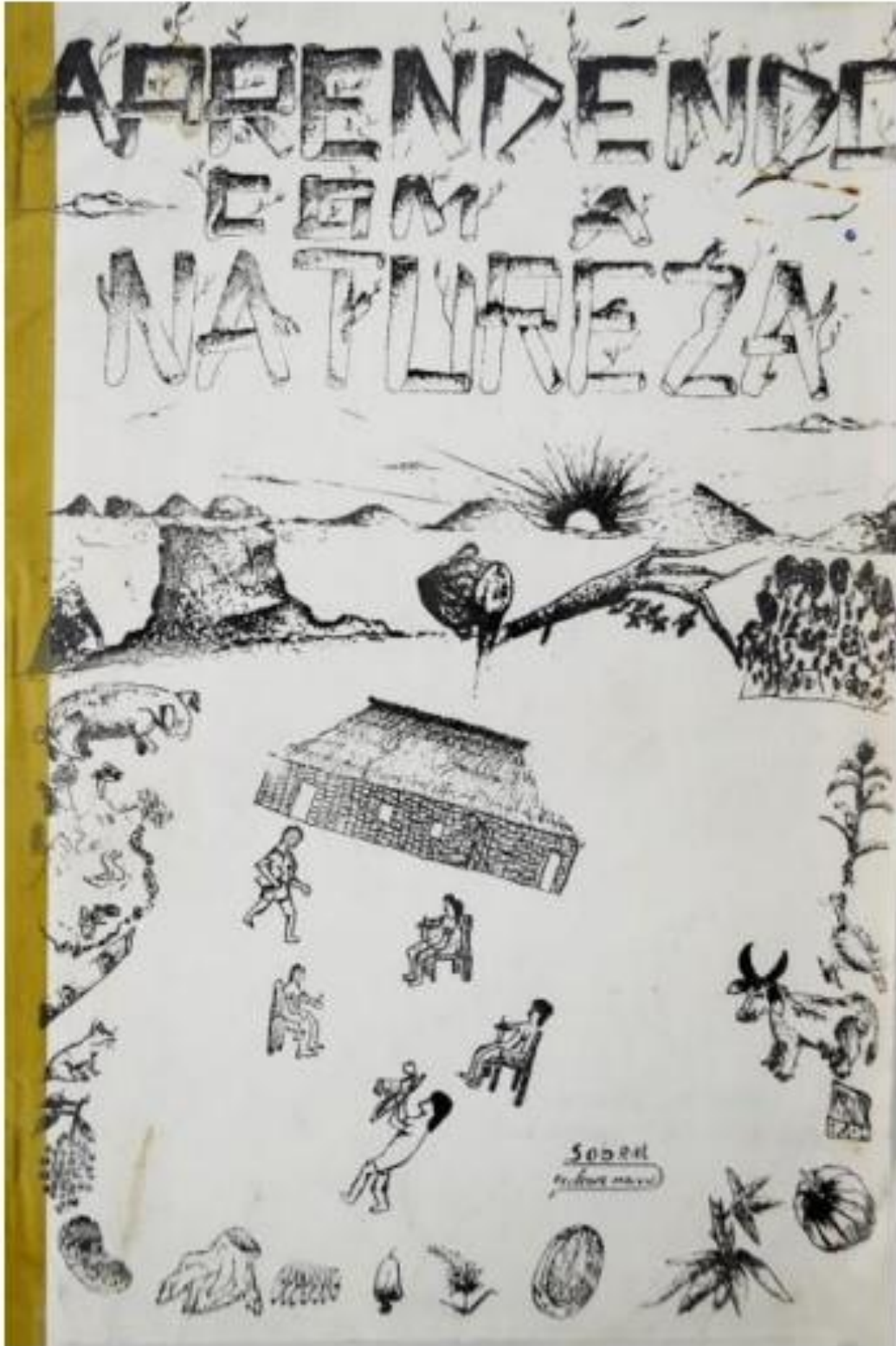
Os Fundos Documentais de Neusa Carson e Aldema Menini Mckinney poderiam estar interligados pela questão indígena no que se refere à descrição e ao ensino da língua Macuxi, pois encontramos, nos dois fundos, a produção de cartilhas sustentadas por “um projeto de formação de professores indígenas, no ano de 1987, que culminou na constituição de um projeto de alfabetização bilíngue” (MARTINS, 2013, p. 84). A elaboração desse material de ensino constitui uma visão amplamente difundida nos anos anteriores a 1980 acerca do ensino/aprendizagem da língua. Conforme aponta Mortatti (2000), foi no início de 1980 que se passou a questionar a necessidade e a qualidade da cartilha de alfabetização, deslocando “discussões do *como se ensina* para o *como se aprende* a língua escrita” (MORTATTI, 2000, p. 51).

Pudemos observar também, nos documentos e materiais que constituem o Fundo Documental, que a assessoria prestada pela educadora e linguista, Aldema Menini Mckinney, forneceu elementos necessários para elaboração das cartilhas, em Macuxi e em língua portuguesa, adaptadas à realidade indígena. Segundo Martins (2013), o objetivo principal do curso, realizado pelas assessoras, culminaria com a elaboração de material didático, voltado para os 23 professores indígenas, dando início ao processo de elaboração de cartilhas (Figura 14), pois:

Os documentos oficiais a que tivemos acesso buscam evidenciar que o papel das assessoras (Neusa Carson e Aldema Menini Mckinney) foi restrito à coordenação das discussões e à concessão de informações solicitadas pelos professores indígenas, autores legítimos dos materiais (MARTINS, 2013, p. 85).



Figura 14 – A versão preliminar da Cartilha “Aprendendo com a Natureza” (Esta cartilha é construída em Português e em Macuxi)



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (fotografia de Caroline Lopes Knackfuss).

Portanto, a partir da implementação dessa Política de Fundos Documentais, o CDM consegue retomar a devida importância ao trabalho de duas pesquisadoras, cada uma delas, em seu campo de atuação profissional, tornou possível o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma educação indígena, no campo da alfabetização. E, ainda, os fundos do CDM, vão constituindo uma pequena parcela da multiplicidade de novas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por pesquisadores do Laboratório *Corpus*, e permitem, da mesma forma, uma valiosa reflexão sobre as questões educacionais internas e externas da Instituição.

## CAPÍTULO 3

### DA NÃO TRANSPARÊNCIA DE UM ARQUIVO PESSOAL

A problemática do arquivo, enquanto conceito teórico, não é uma questão qualquer, tanto na Arquivologia quanto na Análise de Discurso, e exerce uma função central. Dada a importância dessa noção para diferentes campos teóricos, compreendemos a necessidade de traçar um percurso de constituição do conceito de arquivo a partir da perspectiva da AD. Por outro lado, pensar sobre o *arquivo* e o *arquivo pessoal* foi um movimento inicial nosso para desestabilizar aquilo que se apresentava para nós como transparente. A partir das noções e conceitos apontados pela Arquivística, redirecionamos nosso olhar para a designação *arquivo pessoal*; recorreremos a esse enfoque pela necessidade de mostrar como os efeitos dessa designação nortearam nossa pesquisa e nosso gesto quando da elaboração do quadro de arranjo e sua descrição.

Convém trazer, inicialmente, que a designação *arquivo pessoal*, muito aceita na comunidade arquivística, talvez fosse melhor compreendida se substituída por *arquivo de pessoa*. Camargo (2009), ao analisar a questão, aponta para, pelo menos, três situações distintas, nas quais o uso da designação pode ser questionado, como, por exemplo, os arquivos de pessoas em ambiente institucional, como fichas cadastrais; ou então, os documentos de fato acumulados por pessoas e, ainda, os documentos normalmente caracterizados por *identitários*. A inadequação, proposta por Camargo (2009), não poderia passar despercebida quando se trata de trabalhar com um Fundo Documental de uma pessoa, em nosso caso, o de Aldema Menini Mckinney.

Durante a escrita dessa dissertação, utilizamos a designação *arquivo pessoal* – e, aqui, tomamos designação como significação de um nome, conforme proposto por Guimarães (2005), aquela própria de uma relação linguística tecida pelo real, tomada pela história – para relatar, refletir e analisar sobre o trabalho realizado em um Fundo Documental, que contém um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por um sujeito, considerando a problemática de sua construção.

Essa designação vem sendo retomada por nós, a fim de fazer ressoar uma memória, muito em um caráter quase que estabilizado e transparente, “como se, ao ser enunciada, todos soubessem do que se trata” (COSTA, 2012, p. 17). Ao trazermos

a designação *arquivo pessoal*, cada reformulação inscreve-se em uma nova rede de conhecimentos no qual o sentido apreendido não é único e, conforme ressalta Guimarães (2005, p. 28), “o sentido de uma expressão não é construído pelo sentido de suas partes. O sentido é constituído pelo modo de reação de uma expressão com outras expressões do texto”.

Da mesma forma, ao compreendermos que o *arquivo pessoal* não será apenas um simples documento onde poderão ser encontradas referências, compreendemos que “ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016, p. 162). O que nos interessa, ao refletirmos, também, sobre a questão da definição, é que ela “repousa sobre o pressuposto teórico da não transparência da linguagem e da produção de efeitos de evidência” (COSTA, 2012, p. 69).

Assim, para nós, não há a possibilidade de uma relação natural entre palavra e sentido, pois compreendemos que uma palavra não tem um sentido que lhe seja próprio, uma vez que esta poderá ter seu sentido modificado dentro de uma expressão ou, no caso do *arquivo pessoal*, dentro de um campo teórico. Ao ressaltarmos que não há transparência, compreendemos, conforme Pêcheux (2008, p. 53), que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferentemente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar outro”.

Dessa maneira, partimos do pressuposto de que as diferentes definições atribuídas ao conceito de *arquivo* estão inscritas nos campos teóricos da Análise de Discurso e da Arquivologia. Apoiamo-nos, assim, nas palavras de Dias (2019), pois não podemos conceber que o sentido de uma palavra estará colado a ela, é necessário considerá-la na história, sobretudo, “de onde advém a herança de uma linguagem comunicacional” (DIAS, 2019, p. 40). Portanto, as palavras não são pertencentes unicamente a este ou aquele campo teórico, o que nos permite dar abrangência à pesquisa em arquivo – entendido aqui como – pessoal, tornando possível que essas mesmas palavras venham a significar de forma diferente “conforme a posição daqueles que as empregam” (COSTA, 2012, p. 69).

No campo da Arquivística, Paes (2004) utiliza a definição usual de arquivo encontrada em dicionários de Língua Portuguesa e, dessa maneira, a partir de sua leitura e interpretação, expõe que o termo e o conceito de arquivo, assim como a designação de um nome para esse espaço, poderia vir da “antiga Grécia, com a denominação *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados” (PAES, 2004, p. 19) e que

teria evoluído para “*archeion*, local de guarda e depósito dos documentos” (PAES, 2004, p. 19).

De acordo com Nunes (2006, p. 64), “a nomenclatura de dicionário pode ser considerada sob um duplo ponto de vista, o da representação da língua e o da relação com o discurso”. Para o autor, enquanto representada pelo/no dicionário, “a nomenclatura produz um discurso sobre a palavra, o qual incide sobre aspectos ortográficos/fonológicos, de categorização gramatical e de significação” (NUNES, 2006, p. 64). Já, enquanto representada através do discurso, “a nomenclatura é significada em determinados domínios discursivos, por meio das definições, dos exemplos, das citações, das marcações de domínio” (NUNES, 2006, p. 64).

A definição utilizada por Paes (2004) encontra-se, por exemplo, no **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, o verbete *arquiv(o)* elemento composto, vindo do Latim tardio, derivado da palavra *archivum*: “palácio; tribunal; lugar onde se guardam papéis e documentos antigos” (HOUAISS, 2001, p. 11), bem como, o termo *arquivo*, definido como um substantivo masculino, possuindo seis definições (HOUAISS, 2001, p. 11),

1. conjunto de manuscritos, gráficos, fotográficos etc. produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada, usado inicialmente como instrumentos de trabalho e posteriormente conservados como prova e evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais e informativos.
2. conjunto de documentos relativos à história de um país, região, cidade, instituição, família ou pessoa.
3. *p.met.* recinto onde se guardam esses documentos.
4. *p.met.* móvel de escritório que facilita a guarda sistemática de documentos ou papéis.
5. *p.ext.* lugar onde se guarda qualquer coisa.
6. INF. conjunto de dados digitalizados que pode ser gravado em um dispositivo de armazenamento.

As definições e conceitos mais direcionados ao contexto brasileiro, sobre arquivo, somente foram apresentados aos pesquisadores da área da Arquivologia após a publicação da Apostila do Curso de Organização e Administração de Arquivos, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente, subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas.

A definição moderna e mais conhecida pela Arquivística é a de Souza (1950, p.19) que afirma que o “arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros”. Segundo Paes (2004, p.20), até aquele momento, durante os anos de 1950, o trabalho de preservação, organização e gestão de arquivo estava “bastante relacionado ao aspecto de legalidade, mantendo sempre a relação com os direitos das instituições ou indivíduos”.

Apesar do desenvolvimento de atividades voltadas ao tratamento e à gestão do conteúdo documental brasileiro, foi apenas em 1991, sob a presidência de Fernando Collor, que se instaurou a chamada Lei de Arquivos: a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Considera-se, conforme essa lei, que são chamados de arquivos os:

Documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

No ano de 2005, o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e conhecido como o órgão máximo de autoridade na área da Arquivologia, o Arquivo Nacional, retoma, após alguns anos de discussões e reformulações da área arquivística, um dicionário de terminologia arquivística, que tem como finalidade ser um “instrumento de fundamental importância para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico” (BRASIL, 2005, p. 5).

A Arquivologia, a partir de então, enquanto disciplina, passou a contar com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - o DBTA (2005) que apresenta quatro definições para arquivo, que são aprendidas durante a graduação nos cursos de Arquivologia e são a base de todas as atividades e trabalhos realizados por arquivistas. São elas:

- (1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
- (2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
- (3) Instalações onde funcionam arquivos;

(4) Móvel destinado à guarda de documentos. (BRASIL, 2005, p. 27).

A partir das definições sobre arquivo, compreendemos que as diferenciações são decorrentes das diversas atividades no qual o arquivo se propõe.

### 3.1 O ARQUIVO COMO UM ESPAÇO PARA GUARDA E PRESERVAÇÃO

A Arquivologia, enquanto disciplina no Brasil, teve em suas bases conceituais, para a realização de um trabalho sobre arquivo, algumas obras estrangeiras tomadas como fundamentais, pois a busca pela modificação do trabalho sobre arquivo, no Brasil, começava a se delimitar a partir de instrumentos de estudos como o *Manual dos arquivistas holandeses* (1898), escrita por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, que apresenta princípios e regras sobre como organizar um arquivo. Ele serviu, por anos, como uma das bases para a organização de arquivos no contexto brasileiro. Nesse manual, os autores advertem que, oficialmente, não serão tidos, como parte dos arquivos, documentos recebidos ou produzidos por outros que não o órgão administrativo. Os autores do manual, Muller et. al (1898), apontam que os conjuntos documentais que são

recebidos ou produzidos a *outro* (grifos do autor) título, pelos membros de um órgão administrativo, ou pelos seus funcionários, e frequentemente encontrados no arquivo, não lhe pertencem. Da mesma forma, as cartas particulares a funcionários deles não fazem parte (Muller et. al, 1898, p. 15).

A necessidade em resolver os problemas dos arquivos públicos levava as instituições a uma busca para encontrar soluções para a gestão de documentos, preconizando o pensamento de separação da documentação produzida por uma instituição e por uma pessoa. Contudo foi, também, resultado dos esforços de profissionais de arquivo que levaram à adoção das obras elaboradas por Theodore Roosevelt Schellenberg, arquivista estadunidense, criador dos conceitos de valor primário e secundário dos documentos e autor do livro *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (1974). O autor foi um dos primeiros a ser traduzido para o português e apresenta uma proposta de reflexão teórica sobre os arquivos públicos e privados. A literatura da área de Arquivologia privilegiava as discussões teóricas em torno dos arquivos públicos, mas não explorava do mesmo modo os arquivos privados.

Segundo Cook (1998, p. 132), enquanto os arquivos públicos ou institucionais são apresentados como acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preservaria de “modo imparcial, neutro e objetivo”, o arquivo pessoal encontra-se como uma subcategoria dos arquivos privados, aqueles que, definidos por exclusão, distingue os bens públicos e não são pertencentes da União, Estados ou municípios. São aqueles emanados por pessoa física ou jurídica de direito privado. Portanto, a noção e a definição de arquivo pessoal estão atreladas a sua característica de ter sido produzido a partir de regras e costumes advindos da vida privada.

O autor propõe que, para tratar dos arquivos privados e dos arquivos de pessoas, é necessário que “se livre dos mitos da objetividade e imparcialidade deste pensamento” (COOK, 1998, p. 134), que prevalecia no campo arquivístico inicial, dessa forma, deixa-se de ter motivos para não integrar os arquivos públicos e os pessoais dentro de um enfoque teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva. Nas palavras de Cook (1998, p. 133),

Os arquivos eram tradicionalmente criados pelo Estado, para servir ao Estado, como parte da estrutura hierárquica e da cultura organizacional do Estado. Assim, a teoria, os princípios e as metodologias arquivísticas popularizadas ao redor do mundo refletiram de modo nada surpreendente a natureza inerente dos documentos governamentais e de seus criadores institucionais oficiais, com os quais os autores estavam intimamente familiarizados. Com exceção, em parte, de Schellemborg, os arquivos pessoais foram, conseqüentemente, largamente ignorados.

O arquivo não pode ser definido apenas como um depósito, pois a existência de um sistema informacional já havia se estruturado. O arquivo é, assim, um espaço para a guarda dos atos, dos sentimentos e dos conhecimentos do homem, passando a ser materializadas a memória coletiva e individual. No entanto, a Concepção Arquivística Brasileira, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, considera arquivos privados “os conjuntos documentais que foram produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrer de suas atividades” (BRASIL, 1991). Os arquivos que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Assim, no momento que os arquivos privados são identificados como de interesse público, não poderão ser alienados ou dispersados, e o acesso a essa documentação poderá ser liberado, mediante a autorização de seu titular.



Para Bellotto (1998, p. 202), os “arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito a sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser”. No entanto, foi no contexto brasileiro, dos anos 1970 e 1980, que se presenciou uma grande busca e resgate de reconstrução da memória e da história nacional. Fortalecidos e influenciados pelos ideais de redemocratização do país, os arquivos esperavam, com a possibilidade da abertura política, uma reconstrução de memórias individuais e coletivas.

Naquele momento de transformações sociais e políticas, segundo Borges e Murguia (2014), almejava-se a compreensão e o reconhecimento, por parte da sociedade, da importância desses lugares como territórios onde o direito à informação arquivística se realizava e estava assegurada. Passava-se, então, para uma abertura, como fonte de pesquisa para o cidadão ou para o profissional, para o testemunho oral ou escrito que estava destinado a manter registros de uma memória do vivido e, também, como vestígio de algo que foi perdido ao longo do tempo. Vogas (2011) indica que, no Brasil, a ausência de vasta literatura dedicada ao arquivo pessoal despertou um forte investimento do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC), órgão vinculado à Fundação Getúlio Vargas, sobretudo no tocante à metodologia de organização de fundos.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>14</sup> surgiu em 20 de dezembro de 1944 e seu objetivo inicial era a preparação de pessoal qualificado para a administração pública e privada do Brasil<sup>15</sup>. Ao longo de seu desenvolvimento, enquanto instituição de gestão, estabeleceu com a Arquivologia uma relação bastante forte. Conhecida atualmente como umas das referências na pesquisa e produção do conhecimento acerca de arquivo pessoal, muito pelo seu trabalho com os fundos documentais do ex-Presidente Getúlio Vargas, a referida fundação utiliza sempre a designação no plural – arquivos pessoais, sendo a mais utilizada na bibliografia arquivística. Vejamos como ela define tal designação:

Arquivos pessoais são definidos como conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma

---

<sup>14</sup> Sua missão social e educacional estava centrada em avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo ideias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, pensando e contribuindo para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional.

<sup>15</sup> Informações disponíveis em: <https://portal.fgv.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS)<sup>16</sup>.

Atualmente, a Lei nº 8.159 já faz referência a arquivos de pessoa física e versa acerca dos arquivos privados, no seu Capítulo III; e, em seu artigo 11, define que são considerados arquivos privados “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991). Além do capítulo que remete a arquivos de natureza privada, a definição usualmente utilizada para definir arquivos, no sentido geral da arquivística, já inclui a possibilidade de tratamento dos arquivos pessoais.

Por tais movimentos, ao nosso ver, o *arquivo pessoal* desponta como um espaço de cuidado com uma certa memória. Nesse sentido, o *arquivo pessoal* caracteriza-se como fontes primárias, de forma que se acredita que é um espaço possível de significar atividades do sujeito em âmbito particular, o que proporciona ao pesquisador uma sensação única de transporte no tempo e na vida de personagens, pois, segundo Silva e Silva (2013), os arquivos pessoais traduzem uma história possível. Assim, temos a ideia de que o arquivo pessoal pode ser visto como um projeto autobiográfico, proposta por Fraiz (1998), no qual o processo de organização está interessado na documentação, com vistas a realizar a construção de uma imagem condizente com aquela que o sujeito pretende apresentar à alteridade.

Tal abordagem necessita, claramente, de um debate mais aprofundado acerca dessa questão, no entanto, tratamos de retomar a diferença que caracteriza o arquivo pessoal, sendo a busca recuperar as “conexões lógicas e formais que ligam um documento ao outro” (CAMARGO, 2007, p. 107), o que irá diferenciá-lo da documentação de arquivos públicos, pois necessitará de uma teia de relações para estabelecer os nexos internos entre essa documentação.

Tornando-se, assim, um espaço de guarda e múltiplos construtos em que, “no mesmo espaço, o sujeito defende e se opõe a uma ideia de si e do outro” (HOBBS, 2016, p. 314), como também, contesta, convence e elabora uma representação. Como ressaltam Romão et al. (2012), a “marca-mestre” do arquivo (e aqui inserimos o arquivo pessoal) é disponibilizar esse equilíbrio entre dualidades, levando em consideração as circunstâncias de sua produção. Ao intervir e articular seu passado, o sujeito manifesta, também, o desejo de vencer o tempo.

---

<sup>16</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Nome do material referenciado. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 7 abr. 2016.

Proporcionam um contato com a história já vivida, ou seja, é como deparar-se com um universo de lembranças exteriorizadas e que traduzem a representação do sujeito que produz em relação aos eventos que originaram a produção da documentação. Tais gestos, quando visualizados no interior do arquivo, são importantes, pois tratam das relações sociais desse sujeito titular, e apresentam a forma que este presta conta de sua vida. Para Mckemmish (2013), é através do arquivamento e da guarda de uma certa memória, de experiências vividas que esse sujeito constrói sua identidade pessoal.

Acreditamos que o *arquivo pessoal* possa dizer sobre o seu titular de muitas formas, assim como, a organização desse arquivo, coloca o arquivista na posição de realizar operações, escolhas e recortes que já são de alguma forma teóricos e técnicos e possuem o compromisso com a interpretação daquele sujeito-titular, para que sua documentação venha a servir ao propósito, principalmente, da pesquisa.

Portanto, consideramos que cada *arquivo pessoal* conta diferentes e muitas histórias e permite a construção de uma análise a partir de determinados pontos de vista. Parafraseando as palavras de Travancas (2013, p. 232), não é necessário que o arquivista esteja “na pele do outro”, mas “é preciso que ele desenvolva uma capacidade, habilidade ou mesmo aptidão que possibilite sua compreensão desse outro”. Além disso, é interessante que o arquivista procure ficar atento a informações sobre o sujeito-titular, pois elas dizem algo acerca de como ele irá dispor o documento na gestão da documentação que se propõe a organizar. E, sendo assim, um verdadeiro desafio para o tratamento arquivístico.

A construção de um *arquivo pessoal* traz a necessidade de realizar diferentes operações, conscientes e inconscientes, desse sujeito-titular, levando a refletir sobre a importância de uma leitura do arquivo para compreender as modalidades de enunciação desse espaço. No entanto, à luz do que afirma Heymann (1997), não se pode, também, negar a relação que ali transparece como pista para retomar o trajeto da vida de um sujeito, pois todo documento existe por um motivo específico, podendo cobrir uma variedade de necessidades cotidianas do sujeito.

Inclusive, Oliveira (2013) justifica que o conjunto de documentos pessoais acumulado expressa, também, as redes de relação entre os documentos e o que representam, sendo assim, são produzidos no decorrer das atividades e no escopo das funções sociais de seu titular, por imposições legais, algumas vezes, e serão de fácil identificação dentro de um arquivo. No entanto, a mesma autora (2013), ressalta

que o *arquivo pessoal* não reflete somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como veem e experimentam suas vidas.

### 3.2 AS NOSSAS DIFERENTES COMPREENSÕES SOBRE ARQUIVO

Um arquivo pessoal não é algo da ordem da transparência, não é algo dado, mesmo que, em muitos casos, pareça engessar uma certa memória, por isso, é urgente compreender o porquê deste arquivo ser tomado como pessoal, o qual pode assumir um efeito de representação da vida do seu produtor, bem como suas relações pessoais ou profissionais, impedindo a “equivocação sempre presente na memória histórica” (MARIANI, 2010, p. 86).

Se o sujeito se propõe a constituir um arquivo, o seu arquivo, pode-se dizer, é, de alguma forma, um meio para marcar a sua posição a partir de uma certa posição-sujeito, ou seja, esse processo de constituição de um arquivo também demarca como esse sujeito se coloca, como menciona o seu lugar, sua posição numa dada construção social. Portanto, esse sujeito é entendido como aquele que é “afetado pelo inconsciente e identificado com uma ideologia” (INDURSKY, 2006, p. 69), ou seja, estamos direcionando nosso pensar para um sujeito que

Age sob a ilusão de estar na origem do seu dizer, mas que de fato, precisa imergir no interdiscurso para poder dizer, pois aí reside o repetível, a memória discursiva que lhe permite dizer (INDURSKY, 2006, p. 69).

A doação do arquivo, da professora Aldema Menini Mckinney, torna-se um gesto de interpretação que, ao estar inscrito em uma instituição pública de ensino, apresenta indícios de lugares de memória (NORA, 1993) necessários para a preservação e guarda do trabalho de autoria da referida professora. Mesmo a maneira como os documentos desse arquivo foram acumulados e, previamente, organizados para a doação, já constitui um gesto importante que tem muito a dizer (Figura 15). Para nós, ao tratar os arquivos simplesmente como coleções de palavras e números, deixamos de perceber as questões que compõem as condições de historicidade que dizem da produção desse arquivo pelo sujeito-titular.

Para Orlandi (2002), ao realizar uma leitura de documentos do arquivo, somos conduzidos a explicitar os gestos de interpretação, procurando evitar a reprodução de uma história já dada e mostrando seu processo de construção. Para nós, a

institucionalização desse Fundo Documental, embora acabe por produzir uma certa memória institucional, ainda produz espaço para novas leituras pois como pontua Dela-Silva (2013) compreendemos que a constituição de um arquivo pode nos levar a estabilizar sentidos e a estabelecer o que há para ser dito em um determinado momento histórico.

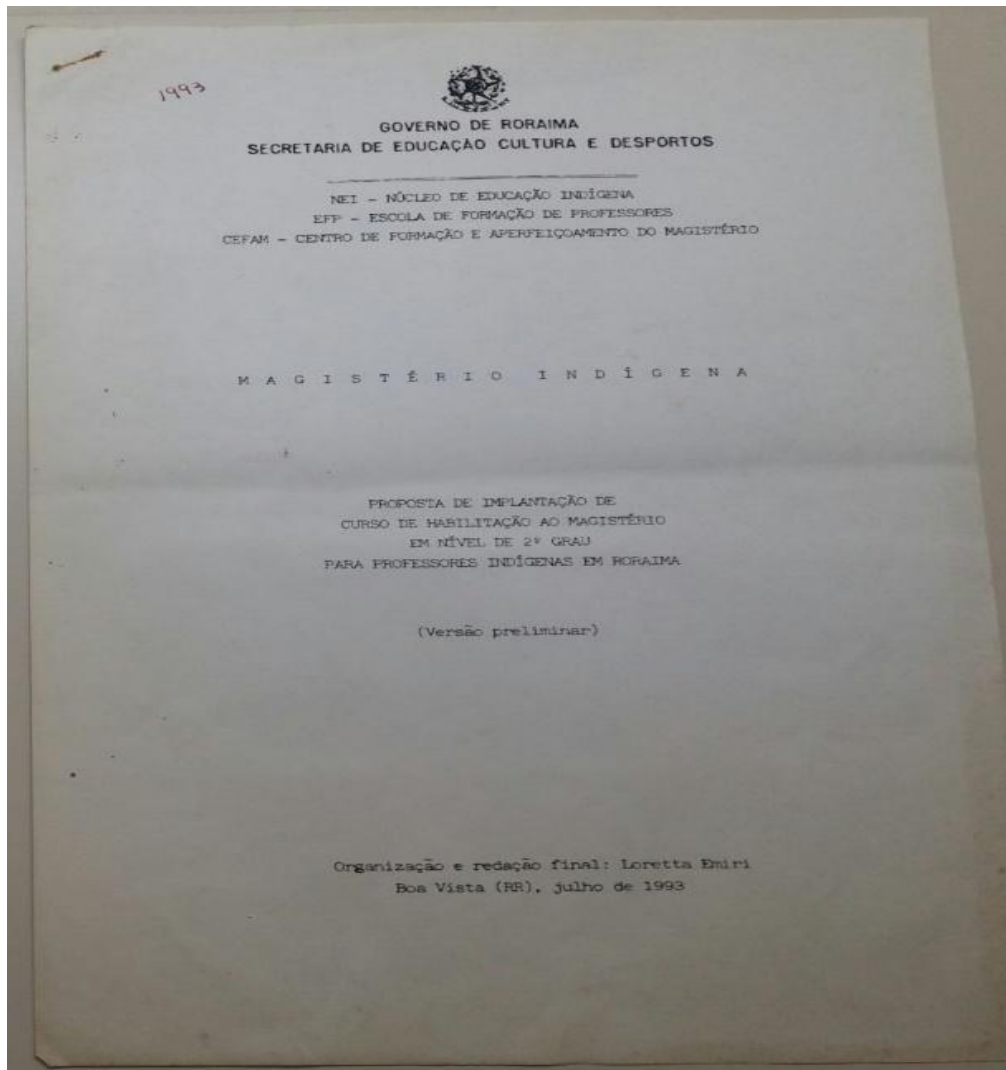
Por outro lado, o Fundo Documental da professora Aldema Menini Mckinney está inscrito nos padrões da arquivística como sendo um conjunto de documentos que foi produzido pela professora Aldema e, também, um conjunto de documentos recebidos por ela. Seu Fundo Documental apresenta diversos documentos institucionais (Figura 16) que atestam sua participação em bancas examinadoras, comissões, pró-reitorias, e que produzem um efeito de sentido de informar ao pesquisador do fundo, além de seu ambiente social acadêmico, que esse sujeito esteve em plenas condições de produção profissional e pessoal.

Nas palavras de Scherer et al (2013, p. 118),

ao tomar os documentos que compõe um fundo documental como algo em movimento, disperso e descontínuo, trata-se de um exemplar de discurso que não pode ser observado apenas em sua organização interna, mas sim na relação que o discurso estabelece com a língua, com a história e com a exterioridade que o envolve”

Ao realizarmos uma leitura desse fundo documental, produzindo um quadro de arranjo, explicitamos também um “desejo” de controlar o acesso aos documentos existente no fundo documental, bem como, possibilitar a resignificação de um percurso da titular Aldema Menini Mckinney na história da linguística no sul do País, produzindo, através da exposição desses documentos no fundo, novos sentidos.

Figura 15 – Exemplo de documento recebido presente no Fundo Documental Aldema Menini Mckninney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckninney (Fotografia: Caroline Knackfuss)

Como vemos, a instituição acaba legitimando e estabelecendo um lugar daquilo que pode/que deve/que não pode/que não deve se constituir como memória. São gestos de uma certa direção de sentidos que supõe uma certa compreensão desses documentos e suas relações com outros documentos, nesse caso, são diversos documentos que produzem efeitos de sentido e discursivizam a respeito da, e sobre a professora Aldema, enquanto educadora e linguista. Lembrando com Orlandi (2010) que:

A memória institucional é aquela que não esquece, ou seja, a que as instituições praticam, alimentam, normatizando o processo de significação,

sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010, p. 4).

Compreendendo as palavras da autora, esta relação se estabelece, porque o arquivo constitui suas regras para funcionamento, como pontuaram Romão et al (2011, p. 12), “o arquivo se constitui a partir de uma conjuntura sócio-histórica em que certas interpretações podem ser tomadas como únicas pelo efeito ideológico de evidência”. Portanto, compreendemos que de alguns documentos, ao se distanciarem de uma certa formação ideológica, a qual o arquivo se filia, podem surgir inquietações daqueles sentidos dados como oficiais. Dessa maneira, interessa-nos refletir sobre o processo de discursivização da doação de um arquivo dado como pessoal, pois, sendo doado por uma pessoa física a uma Instituição Pública de Ensino Superior, para fins de guarda, difusão e pesquisa acadêmica, ele, o arquivo, poderia ceder a uma forma mais direcionada a essas questões.

Por outro lado, a constituição de um arquivo também nos proporciona refletir a respeito da história, da memória e do arquivo em si como um espaço que se presta para preservação destas. A relação de duplicidade do arquivo, as novas parcerias que ele poderia dispor, segundo Scherer et al. (2014), são relações que, aos poucos, vão se rearranjando no intuito de compreender essa nova forma de trabalho. As autoras, também, ressaltam que mobilizar a noção de arquivo em AD parte de um necessário deslocamento, dado também pela perspectiva em relação ao arquivo, que é ao mesmo tempo uma materialidade e um recorte. Assim, acreditam que “ao tomar o arquivo, torna-se necessário refletir sobre a constituição de uma outra tomada de posição sujeito” (SCHERER et al., 2014, p. 116).

E, ainda, de acordo com as autoras, assim como existe um sujeito pesquisador que “pensa sobre o arquivo, recorta o arquivo, analisa o arquivo” (SCHERER et al., 2013, p. 116) há, também, o sujeito-titular, que antes do pesquisador, analisou, recortou e refletiu – conscientemente ou não – sobre uma documentação que viria a disponibilizar para doação.

Além disso, aportar reflexões a essa discussão a partir da noção de arquivo, estabelecida por Michel Pêcheux (1993, p. 57), em que, para o autor, o arquivo é “[...] entendido em sentido amplo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, e, ainda, explicita que há duas tradições de trabalho de arquivo:

(1) a literária e (2) a científica, em que tradicionalmente os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas são os fabricantes das novas tecnologias e sustentadores das leituras dos literatos.

Por tradição, segundo o autor, os “literatos”, considerados por ele como historiadores, filósofos, pessoas de Letras, têm “o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto porque praticam cada um deles sua própria leitura construindo seu mundo de arquivo” (PÊCHEUX, 2014, p. 60). Já a segunda vertente da leitura de arquivo trataria de uma leitura silenciosa e anônima, “sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal, (...) mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades regulam a memória coletiva” (PÊCHEUX, 1993, p. 57).

Ao ter a ideia de ler um arquivo e interpretar os documentos que ele materializa, o analista já leva em consideração que as materialidades, dentro desse arquivo, “são fatos da língua” (ROMÃO et. al., 2011, p.13), e passa a assumir um ponto de vista, um gesto interpretativo que vai de “encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1993, p. 17). A esse propósito, Orlandi (2002, p. 11) nos ensina que:

O arquivo em Análise de Discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que constitui ao longo de toda uma história de experiências da linguagem

Tal definição proposta por Orlandi (2002), a respeito do arquivo, também nos encaminha a refletir acerca da memória e de como o arquivo se presta como um lugar para a uma certa guarda dessa memória. Em vista disso, outra noção que trazemos à baila é o de memória, entendida na AD de forma diferente daquela da Arquivística. Pêcheux (2015, p. 50) ressalta que a memória não deve ser entendida em sentido individual, sob o olhar psicologista, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Assim, na Análise de Discurso,

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015, p. 46).



Orlandi (2006) vai mais longe, distinguindo três noções de memória: a primeira, denominada pela autora como memória discursiva, ou interdiscurso, seria “uma voz sem nome” (COURTINE, 1999), constituída através do esquecimento, pelo efeito do “já-dito”. A segunda, a memória institucional ou a memória de arquivo, é aquela que não esquece, sendo alimentada pelas instituições, “normalizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental” (ORLANDI, 2006, p. 5). E a terceira é a memória metálica, a memória da máquina, da televisão, do computador que não se produz pela horizontalidade, em que “o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação” (ORLANDI, 2006, p. 5).

Ainda segundo Orlandi (2015), a questão da memória é uma questão fundamental em Análise de Discurso, sendo um espaço possível para retomadas de dizeres já postos, já em circulação. Portanto, é “na memória discursiva que passa a existir a possibilidade de toda formação discursiva produzir e atualizar formulações anteriores, que já foram enunciadas” (ORLANDI, 2015, p. 33). O arquivo, além de ser considerado uma memória institucional, uma memória cristalizada, também, retoma discursos anteriores e, através dos documentos considerados importantes para o sujeito-titular, na montagem de seu próprio arquivo, o que temos é uma relação de força daquilo que seria para guardar, para certos lugares de memória.

## CAPÍTULO 4

# GESTO ANALÍTICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Para compreender o lugar, entre os campos, no qual nos situamos e para percorrer nosso dispositivo analítico, é nos preceitos da AD que nos ancoramos, marcando nossa posição enquanto sujeito-analista-arquivista que, por meio da leitura, da compreensão e da interpretação, procura entender o funcionamento de um possível quadro arranjo (APÊNDICE A) do *arquivo pessoal* aqui compreendido como Fundo Documental. Partimos da discussão de Orlandi (2015) acerca do *dispositivo teórico* e *dispositivo analítico* de interpretação, sendo o primeiro aquele que encampa o segundo, incluindo-o; já o dispositivo analítico é construído pelo analista a cada análise, ou seja:

Quando nos referimos ao dispositivo analítico estamos pensando no dispositivo teórico já individualizado pelo analista em uma análise específica. Daí dizemos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas o dispositivo analítico não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise (ORLANDI, 2015, p. 25).

Entendemos, assim, que nosso trabalho de análise se faz em um lugar teórico de entremeio, como já vimos assinalando, pautado nas formulações de Scherer (2008). Segundo a autora, ao discursivizar sobre seu processo de formação como pesquisadora, toma como metáfora a metáfora do lugar, afirmando que é próprio dos estudiosos e dos cientistas delimitar as fronteiras daquilo que desenvolvem e produzem. Dessa forma, partimos da ideia de um lugar de arquivo – físico, no sentido arquivístico – para passarmos a compreender o arquivo nesse entremeio teórico, que é constituído entre diferentes domínios de saber, em direção a um (ou mais) gestos de interpretação.

Este dispositivo de análise, a interpretação, tem como peculiaridade “colocar o dito em relação ao não dito, que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro” (ORLANDI, 2015, p. 57), pois a AD não está em busca de um sentido verdadeiro, a interpretação, assim como o sujeito, constitui-se em processos em que “há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos controle” (ORLANDI, 2015, p. 58).

No movimento de constituição de nosso dispositivo analítico, compreendemos que o analista “deve explicitar os processos de identificação pela sua análise” (ORLANDI, 2015, p. 58), pois o dispositivo construído por ele deve ser capaz de levar em conta a ideologia e o inconsciente. O que se espera da construção de um dispositivo de análise é que ele permita uma certa forma de trabalho em que seja possível transpor o efeito de transparência da linguagem, investindo, sobretudo, no ponto de vista da opacidade da linguagem. Para Orlandi (2015), a construção desse dispositivo vai resultar na mudança de posição “do leitor para o lugar construído pelo analista”, lugar que apresenta a leitura outra que se pode produzir, sendo o analista capaz de teorizar e descrever os efeitos da interpretação.

Um dos pontos cruciais que se deve considerar, durante a trajetória da escrita desta dissertação, como base nas análises que vamos apresentar, é a constituição de nosso *corpus* de pesquisa. Muito embora nossa ideia inicial fosse pesquisar *sobre* a constituição do *arquivo pessoal*, com uma grande influência das atividades arquivísticas anteriormente desenvolvidas junto ao Fundo Documental Aldema Menini Mckinney, entendemos que, para dar continuidade à escrita desta dissertação e suas análises, foi necessário o estabelecimento de um *corpus*.

Um *corpus* que fosse para além das questões de organização do arquivo, visto à luz da teoria arquivística, que, como trazemos anteriormente, ocupa-se muitas vezes do *discurso do arquivo pessoal*, ou seja, aquele que *vem a partir de uma certa organização pessoal* deste arquivo.

Entendemos que a partir dessa organização, vista como uma leitura interpretativa do referido arquivo, mesmo admitindo que os aparelhos de poder (a instituição, por exemplo) podem tentar dar uma direção à memória coletiva, provocando um possível método de tratamento em massa do arquivo, sem considerar a possibilidade de o sujeito poder interpretar, podemos, sim, produzir análises sem o apagamento do sujeito.

Dessa forma, a tomada de um *corpus* de pesquisa leva-nos à realização de recortes dentro dessa organização e estes apontam para possíveis caminhos interpretativos no *arquivo pessoal* em questão. Retomamos nossa questão de pesquisa: é possível que esse arquivo, entendido como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 51), signifique um sujeito e suas práticas? De qual sujeito estamos nos referindo? Eis a grande questão que nos instiga ainda: a) seriam as questões constitutivas do que tratamos

anteriormente como arquivo pessoal? Ou seriam as questões relativas ao arquivista e seu quadro arranjo (técnico)?

Como sabemos, em uma constituição de identificações, os sujeitos buscam diferenciar-se uns dos outros, por isso, consideramos importante refletir sobre as peculiaridades de cada acervo, dentro de nosso arquivo, enquanto Fundo Documental e enquanto espaço físico institucional. Dessa forma, que documentos são pertinentes para significar um sujeito e suas práticas? Que documentos podem dizer daquele sujeito na posição sujeito-titular? Suas práticas nas posições-sujeito assumidas, durante a trajetória acadêmica e pessoal, irão significá-lo em um lugar-teórico ou mesmo em um lugar institucional?

Compreendemos que, enquanto tratamento arquivístico, a prioridade estaria centrada naqueles documentos que se constituem como “testemunhos de relações sociais”, como se diria em nossa formação em Arquivologia. O arquivista, enquanto parte da gestão de uma instituição, preconizará a leitura das demandas institucionais, para, após, voltar-se à leitura de arquivo de forma mais ampla e menos teórica, pois, o diferencial do *arquivo pessoal* se dá, também, na possibilidade de afastamento do freio institucional que está vinculado a ele.

Tais questões, para a constituição do *corpus* de pesquisa, também nos fizeram refletir sobre qual sujeito e que práticas serão, se possível, significadas dentro desse arquivo. Para nós, todo o arquivo repousa sobre um já-dito, e as formações imaginárias, que o constituem, dependem de determinadas condições de produção para que elas sejam sustentadas. Constituído através da identificação dos documentos do FDAMM, que tem, em sua maioria, materiais ainda não divulgados, não registrados e que abriga em seu efeito de totalidade: livros, documentos acadêmicos, documentos institucionais, cartas, diários de viagem, entre outros tipos documentais pertencentes à educadora e linguista, foi fundamental nos determos para refletir sobre nosso *corpus*.

Por outro lado, nossa questão de pesquisa nos levou a desmembrar alguns conceitos e noções necessárias para “acalmar angústias” suscitadas durante a escrita desta dissertação. Ressoou, em nós, por diversas vezes a tese de Pedrazzi (2016), que relatou muito bem a dificuldade de sair de uma posição de conforto teórico e técnico, sendo, esta saída, um possível movimento tomado pela resistência do próprio sujeito arquivista.

Sabemos de antemão que nosso *corpus* está no arquivo, naquilo que estamos designando como *arquivo pessoal*, assim, queremos compreender o que nesse arquivo significa o sujeito-titular do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney. Como bem pontuou Mittmann (2007), a passagem da seleção de textos do *corpus* empírico até uma organização de sequências discursivas que podem ser analisadas, formando o corpus discursivo, não é algo dado da ordem do natural, é preciso realizar uma reflexão daquilo que foi apreendido na prática da pesquisa com aquilo que compreendemos teoricamente.

Selecionar, recortar, descrever e interpretar para constituir um corpus é “mais do que observar as relações sintáticas entre enunciados, é (era) preciso compreender como essas relações produzem sentidos ao constituir discursos, levando em conta, além do linguístico, o fator histórico” (BRANCO, 2019, p. 23). E eis que nos encontramos aqui, no nosso “excesso de arquivo” versus, talvez, um excesso de *corpus*.

Como sabemos, um fundo não se contenta apenas com um certo conjunto de textos, nem tão pouco com documentos impressos ou de outra natureza, ele nos surpreende com os relatos do “sujeito por ele mesmo” e que se tornam, quer queira, quer não, importantes para a sua organização documental, para que fosse possível uma compreensão inicial da doação desse material ao Centro de Documentação e Memória.

Pêcheux e Léon ([1982], 2014) descrevem três condições cruciais para estabelecer a delimitação de um *corpus* para análise: a leitura, não somente como tomada de informações; a estrutura de dados, em que o arquivo textual não é um banco de dados, mas sim um sistema diversificado, laminado e internamente contraditório; e o enunciado, que considera que a sequência discursiva não deve ser considerada como uma simples articulação de informação.

Então... afinal, qual é o nosso *corpus*?

No caso a leitura de arquivo deu-se através da identificação dos documentos existente no conjunto doado pela professora Aldema Menini Mckinney. Esse conjunto documental, assim como os demais Fundos existentes no CDM, possibilitou, como apontam Scherer et al. (2014), a construção de uma história disciplinar contemporânea, marcando o arquivo como um vestígio de fatos, vivências, histórias produzidas no passado, mas com possibilidade de “recuperação” no tempo presente. A historicidade que se constrói em torno desses Fundos Documentais não se resume

às formulações ou apenas à descrição do conjunto documental, ela se expande para a constituição de uma memória e de acontecimentos a serem lembrados (e/ou esquecidos).

Na leitura desse arquivo, assumimos um ponto de vista, que é o de arquivista, para construir o *quadro de arranjo*, e uma organização, para facilitar o acesso à pesquisa, à consulta em si, ou seja, um roteiro possível de leitura desse Fundo documental. Para nós, esse Fundo Documental mobiliza a guarda de uma parte relevante da história e das atividades desenvolvidas, na e pela UFSM, no contexto de ensino e aprendizagem de línguas, no Brasil e no Mercosul, bem como “um momento particular da cena política educacional da UFSM” (MARTINS, 2013, p. 83).

O *quadro de arranjo* (APÊNDICE A), que propusemos, visa à busca, tentando reduzir a espessura, daquele efeito de completude e estabilização, tão caro ao arquivista. Compreendemos, dessa forma, que é onde se materializa o processo discursivo do arquivo pessoal, ou seja, olhar para os seus processos e a produção de sentidos que ele dispõe, que nos interessa. Portanto, o *arquivo pessoal* está muito mais no plano do arquivista do que propriamente no do titular.

#### **4.1 O PROCESSO DISCURSIVO DO/NO/PARA O ARQUIVO PESSOAL**

Na descrição de Flores (2019), entendemos que a noção proposta para processos discursivos permite que palavras e expressões possam receber sentidos distintos, isso porque não possuem um sentido que lhe é próprio. Nesta dissertação, compreendemos que o processo discursivo do/no arquivo, compreendido como pessoal, materializa-se na figura do quadro de arranjo, instrumento de organização e pesquisa arquivística que estabelece esse efeito de ordem ao Fundo Documental em estudo. Asseguramo-nos em Pêcheux (2009, p. 161) quando ele traz a seguinte reflexão:

Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ter o mesmo sentido, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido.

Sabemos que uma questão basilar para a Análise de Discurso, o arquivo envolve, como bem ressaltou Dias (2018, p. 67), uma questão sobre “as instituições, a memória, as subjetividades e a interpretação”, portanto, predominantemente, envolve uma demanda de leitura e de seu processo. Através de um olhar direcionado para o nosso objeto, importou, inicialmente, uma leitura de arquivo mais voltada para a quantidade de documentos sobre determinado assunto e a sua separação e ordenação de acordo com as séries documentais estabelecidas tecnicamente.

Em nosso gesto de leitura desse *arquivo pessoal*, enquanto arquivista, entendemos a necessidade de considerar que, no arquivo, há um sujeito que nos leva a refletir acerca de seu imaginário e daquilo que guarda, pois, como ressaltava Scherer (2017), esse sujeito e suas práticas não são neutros. Ao mobilizar a noção de arquivo, em Análise de Discurso, partimos de um necessário deslocamento, pois, como ressaltam Scherer et al. (2014), esse deslocamento se dá também pela perspectiva em relação ao arquivo, que é, ao mesmo tempo, uma materialidade e um recorte. Para as autoras, “ao tomar o arquivo, torna-se necessário refletir sobre a constituição de uma outra tomada de posição-sujeito” (SCHERER et al., 2014, p. 116).

Portanto, a posição do sujeito-titular do arquivo, ou seja, aquele que, muito antes do pesquisador e do arquivista, analisou, recortou e refletiu (como já dissemos, consciente ou inconscientemente) sobre a doação de uma certa documentação que viria a disponibilizar. Quanto ao pesquisador, aquele que, segundo Scherer et al. (2014, p. 116), “pensa sobre o arquivo, recorta arquivo, analisa arquivo”, produz uma outra leitura do arquivo. Em nosso caso, o sujeito pesquisador (arquivista) produziria, também, uma leitura outra, embora já institucionalizada pelo próprio de sua formação.

Como já podemos inferir, pelo que foi trazido até então, o Fundo Documental que estamos estudando nesta dissertação carrega o nome da pesquisadora, professora, linguista e educadora, Aldema Menini Mckinney, que atuou na UFSM durante vinte e cinco anos, em diversos programas e projetos relacionados, não só à temática educacional indígena, como também à temática rural e fronteira, além de exercer cargos administrativos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e realizar assessoramento técnico e pedagógico a outras Instituições do país. A partir disso, é Guimarães (2005) que nos ajuda a refletir sobre o nome dado a tal fundo:

[...] o nome próprio de pessoa é, na nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que já nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio (GUIMARÃES, 2005, p. 35).

Entendemos, portanto, que todo arquivo é identificado pela presença de um nome, de uma data ou pelo lugar que ele ocupa em um conjunto de séries, em um conjunto com *efeito* de séries, pressupondo, assim, uma ideia de interferência do arquivista. E, conforme afirma Mariani (2014, p. 132),

Todos nós temos alguma história para contar sobre nosso nome próprio, nome que nos inscreve em uma linhagem, em uma cultura, na lei. Nome que porta algum discurso que nos antecede e nos inscreve em uma escrita, funcionando como uma marca inicial que nos especifica e nos determina

Como destacou Pedrazzi (2015), é a presença dessa identificação, desse nome, que poderemos localizar e consultar outros documentos a fim de fundamentar as informações já conhecidas. Como aponta a Figura 18, o logo do FDAMM é a forma de representação, a marca de uma posição, de uma possível identificação. É importante informar que a logo do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney foi produzida pelo bolsista do Laboratório *Corpus*, estudante de Artes Visuais da UFSM, Estevan Garcia, no ano de 2013, em que a fez a partir da descrição dos documentos que compunham o Fundo, mas é, sobretudo, pela sua perplexidade com a problemática indígena que, segundo ele, se sobressai no referido acervo.



Figura 16 – Logo que marca a presença do Fundo Documental Aldema Menini Mckinney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney.

Compreendemos que não apenas a documentação desse Fundo merece nossa atenção, mas o sujeito no/desse arquivo também, o que nos leva a refletir sobre o conceito de sujeito que está ligado intimamente com a constituição e doação do Fundo Documental que serve de base para esta pesquisa. Como podemos observar, nas palavras de Scherer et al. (2014, p. 117),

(...) pensar um fundo documental e/ou a constituição de um acervo a partir de um nome, de uma história de vida pessoal e profissional, não é tornar esse sujeito igual a tantos outros que têm um fundo com seu nome; é, ao contrário, dar a ele uma singularidade, é promover a emergência da diferença, da diferença constitutiva da história.

Em nosso caso, o sujeito pesquisador é, também, o arquivista, aquele que organiza e reflete sobre sua organização. Como afirma Farge (2009), esses arquivos são conjuntos orgânicos que guardam histórias e personagens, ressalta, ainda, que um arquivo dessa forma pode dar a ver as condutas, os julgamentos e os discernimentos de uma coletividade, mas não é uma prova definitiva de uma verdade

qualquer. Ou seja, o *arquivo pessoal* não pode ser entendido apenas como os documentos ali guardados, mas como parte de toda a historicidade que perpassa esses arquivos (fundos documentais).

Para nós, o arquivo é um lugar em que se é possível reorganizar as construções simbólicas e intelectuais do passado e que, segundo Farge (2009), produz-se ali um discurso sobre, em um falar do outro. Na constituição de um *arquivo pessoal*, essa questão também é bastante observada, pois, aquilo que guardamos, enquanto sujeitos, diz muito “de uma memória discursiva na qual o ‘dizer de si’ se produz enquanto inscrição do sujeito no mundo [...]” (DIAS, 2018, p. 157).

Do gesto de guardar a documentação pessoal como um testemunho dessa inscrição no mundo, partimos da concepção de Mckemmish (2013) de que o sujeito (empírico) prestaria conta de sua vida através do arquivamento e da preservação da memória de experiências vividas, da mesma forma que constrói sua identidade pessoal. Caberá ao sujeito, na posição de arquivista, organizar essa documentação, respeitando as particularidades do sujeito-titular<sup>17</sup>.

O que diferencia da maneira como a Análise de Discurso concebe o sujeito, conforme Orlandi (2015), de uma concepção do sujeito pela enunciação, em que esse “é origem de si, ou mesmo, na argumentação em que o sujeito é sujeito psicossocial, sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras” (ORLANDI, 2015, p. 47). Consideramos, ainda, que o sujeito, segundo Pêcheux (1993), constitui-se pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Para o autor, a constituição desse sujeito se dá por dois esquecimentos: o esquecimento proposto como número 1 está centrado no fato de que “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1993, p. 173); enquanto que o esquecimento número 2 está nos processos de enunciação, em que, a fim de explicitar aquilo que disse, o sujeito reformula “o que pensa” de forma mais adequada, promovendo a ilusão de que consegue escolher suas palavras.

A fim de refletir e abordar novas possibilidades de leitura e compreensão do sujeito, que se constitui na leitura da configuração daquilo que compreendemos como sujeito-titular do arquivo, trouxemos à baila outro conceito basilar para Análise de Discurso, o de sujeito. A categoria de sujeito empírico é abandonada, e assim

---

<sup>17</sup> Destacamos que o termo *titular* a essa altura da escrita de nossa dissertação incomoda-nos pelas questões do âmbito jurídico que permeiam o termo.

passamos a trabalhar com um sujeito dividido, “com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas” (FERREIRA, 2007, p. 43). No fundo documental, a posição sujeito-titular do arquivo pessoal apresenta-nos diferentes posições ocupadas por Aldema Menini Mckinney: posições de professora e pesquisadora, mas também as posições de filha, mãe, esposa, mulher.

As marcas dessas diversas posições-sujeito assumidas pela professora Aldema Menini Mckinney são evidenciadas ao longo das doze caixas de arquivo que, atualmente, guardam e preservam a documentação doada por ela. Como exemplificado na Figura 19, a titular dedicava-se a escrever e descrever suas atividades para além do exercício profissional, em forma de diários, construídos a partir de suas experiências em viagens.

Figura 17 – Imagem de um dos diários pessoais doados pela professora Aldema Menini Mckinney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (Fotografia de Caroline Lopes Knackfuss).

Por outro lado, considerando que o sujeito-titular se propõe a constituir um arquivo, o seu arquivo, podemos dizer que isso é, de alguma forma, um meio para marcar uma posição, a partir de uma posição-sujeito, ou seja, esse processo de constituição de um arquivo também nos dá a ver como esse sujeito coloca-se, como menciona o seu lugar, a sua posição, em uma certa construção social.

A noção de gesto, que estaremos trazendo, vincula-se, de acordo com Orlandi (2004, p. 18), ao deslocamento da noção de “ato” para o *gesto*, *gesto de interpretação*, nesse caso, do arquivista, pois, para nós,

O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição interpreta. O sujeito-leitor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção de sua leitura, compreende (ORLANDI, 1999, p. 116).

Assim, como traz Venturini (2017), é preciso considerar o processo também daquele que está responsável pela organização do espaço ou “das memórias em funcionamento” (VENTURINI, 2017, p. 64), pois este o faz, como pontua a autora, filiado a determinados grupos, a determinadas memórias e a certos percursos ideológicos. Portanto, ao constituir um arquivo, parte-se do movimento sobre as possibilidades das materialidades lidas no arquivo, para que elas possam continuar “prenhes de sentidos” (SCHERER et al, 2013, p. 383). Inclusive, segundo Scherer et al. (2013), ao nos propormos a refletir sobre a constituição de um fundo documental, estamos proporcionando também “abrir a possibilidade de que se reconstruam caminhos já percorridos e marcados por acontecimentos discursivos em diferentes pontos da caminhada do pesquisador que dá nome ao fundo” (SCHERER et al., 2013, p. 118). Para nós, se existe um primeiro gesto de interpretação, mesmo que inconsciente, será sempre aquele do sujeito-titular do arquivo, e o que o arquivista realizará, após, não será apenas uma leitura de ordem técnica, mas também uma interpretação da organização daquilo que foi elaborado pelo sujeito-titular.

Mariani (2010), ao afirmar que a organização de um arquivo, em qualquer momento histórico, terá esse discurso do profissional, de dedicar-se a organizá-lo, ajuda-nos a fomentar o que queremos defender. Entendemos, por sua vez, que os sentidos que vão se estabelecendo, através daquilo que já foi dito ou já está construído, têm possibilidade de retomar discursos em forma de paráfrase,

reproduzindo novos sentidos, mesmo em um quadro de arranjo com sua estruturação técnica.

## **4.2 A ESCRITA TIRA DO ANONIMATO, A ESCRITA TRAZ VISIBILIDADE**

A trajetória<sup>18</sup> da professora e linguista Aldema Menini Mckinney, no estado de Roraima, durou em torno de dezoito anos, prestando assessoramento, durante o período de 1984 a 2001, à Secretaria de Educação de Roraima para a implementação da proposta “Aprendendo com a Natureza”. Por sua vez, entre os anos de 1993 a 2000, ocupou o lugar de Consultora do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Indígena.

Nas palavras da própria titular do fundo documental, foi através do contato profissional e pessoal com a coordenadora do CDM, a professora e pesquisadora Doutora Amanda Eloina Scherer, considerada pela titular “um exemplo de competência teórica e de seriedade e produtividade acadêmica”, que soube da viabilidade da constituição desse espaço para a pesquisa e preservação documental.

Como já indicamos, anteriormente, não somente compõe o Fundo Documental em estudo, uma parcela de 12 caixas de arquivos, acondicionadas em estantes deslizantes, abrigadas em uma sala no andar térreo do Prédio B da Unidade Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM - Silveira Martins, mas, também, a gravação de uma entrevista (Figura 20), realizada no momento da doação do acervo da professora Aldema Menini Mckinney, concedida aos membros participantes do que hoje conhecemos como Centro de Documentação e Memória, que se torna relevantes, principalmente, em questões de forma de organização do FDAMM.

Fazendo uso dessa gravação, que possui um acondicionado de informações a respeito de seus projetos e questões pessoais que o sujeito-titular acredita que possa ter relevância social, mas, sobretudo, no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo sujeito-titular junto à educação indígena e à educação em zona fronteira foi possível propormos um quadro de arranjo que se apresentasse como um instrumento de consulta e de guia para novas leituras e pesquisas.

---

<sup>18</sup> Essas informações foram retiradas das gravações com a professora Aldema Menini Mckinney, quando doou sua documentação ao CDM, sob a coordenação da professora Dr. Amanda Eloina Scherer.

Figura 18– Frame da gravação realizada pela equipe do Laboratório *Corpus* com a professora Aldema Menini Mckinney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney – FDAMM.

Ter a oportunidade de ver e ouvir o sujeito-titular desse arquivo, através da entrevista gravada em vídeo, aproxima-nos daquele efeito de totalidade tão desejado pela formação do arquivista. O uso dessa materialidade justifica-se também, pois, há o interesse de compreender quem é o sujeito-titular, sobre o que fala, bem como de que forma esse sujeito fala e quais de suas identificações irão interferir em suas atividades e projetos profissionais. Romão (2010, p. 129) destaca que não é da ordem do arquivo o fato de tudo nele poder guardar e mais, é necessário levar-se em conta “a não-neutralidade do que é retido como efeito de verdade”.

Com Pêcheux (2014), compreendemos que o arquivo não pode tudo abranger, faz-se necessário levar em conta também aquilo que é silenciado, e, sobre isso, observa Romão (2010, p. 131), “o arquivo (...) põe em estado de exclusão uma série de campos de dizer relegados ao esquecimento, à interdição ou a outros movimentos de inscrição”. Essa relação, entre os relatos da gravação da entrevista e a documentação presente no Fundo Documental, exemplifica o que Hobbs (2016)

caracteriza como sendo um ato probatório e interacional, da mesma forma que o seu diferencial está centrado na observação do sujeito, que produz um gesto de interpretação daquilo que produz. Por isso, para a construção do quadro de arranjo, apoiamo-nos nas afirmações de Pollak (1989), quando afirma que esse tipo de material – a gravação da entrevista em vídeo – ainda é o melhor suporte para captar lembranças em objetos de memória.

Figura 21 – Frame II da gravação realizada pela equipe do Laboratório *Corpus* com a professora Aldema Menini Mckinney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney – FDAMM.

No frame da gravação realizada pela equipe do Laboratório *Corpus* com a referida professora, é possível observar essa relação do sujeito-titular com a sua documentação. Segundo Luz (2011), ao se constituir como um sujeito de seu dizer, “o sujeito submete-se à língua e, num movimento de interpelação ideológica, filia-se, ou melhor, faz uma tomada de posição que marca sua identificação” (LUZ, 2011, p. 29). A entrevista caracteriza-se como um processo de suma importância e muito constante na construção do quadro de arranjo do Fundo Documental, pois ela expõe questões

pertinentes à produção dos documentos enquanto unidade e relação destes enquanto conjunto documental.

Aliás, o sujeito-titular inicia seu percurso a partir de sua inserção na vida escolar, relatando que aprendeu a ler e escrever em sua fazenda na cidade de Alegrete – Rio Grande do Sul, quando seu pai provia, aos filhos mais velhos, uma professora particular para ensinar-lhes a ler e escrever. Quando, aos oito anos de idade, foi levada à cidade de Rosário do Sul, fronteira com a cidade de Alegrete, teve apenas um ano de escolaridade.

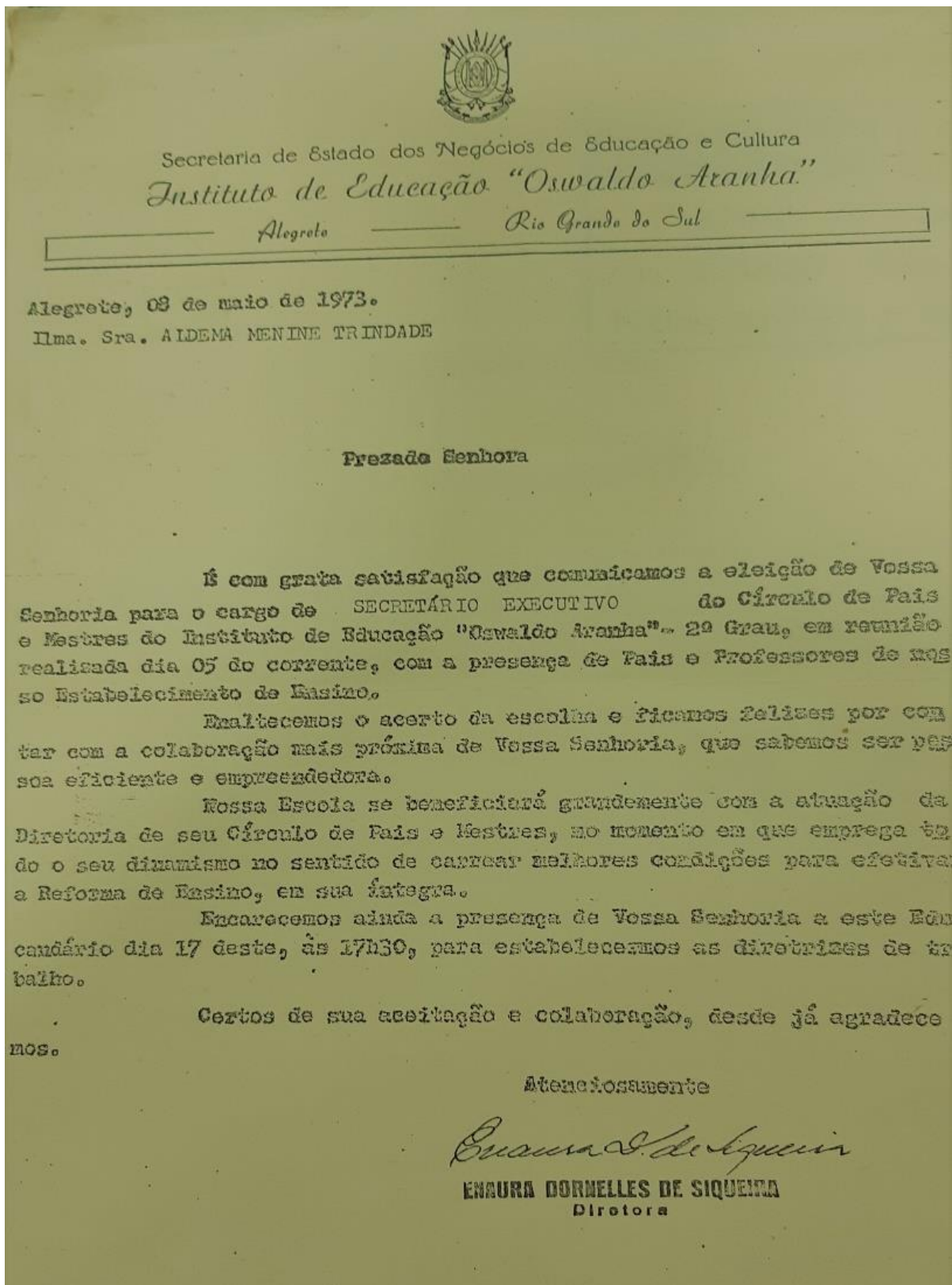
De volta para a cidade do Alegrete, Aldema descreve que teve a grande sorte de sua vida: aprendeu a aprender. Em posse de um livro do “curso de admissão”, ensinava a irmã mais nova a ler e a escrever. Sua vida acadêmica inicial, resume-se em apenas um ano de escolaridade, pois, sem frequentar a escola dos oito anos aos quatorze, foi aprovada no exame de admissão ao ginásio. Coursou o Magistério aos dezenove anos, na Escola Oswaldo Aranha, em Alegrete, onde também atuou profissionalmente, no ano de 1973.

Essas informações trazidas pela professora Aldema, durante a gravação, ressaltam principalmente a relação do sujeito-titular com a educação voltada para crianças oriundas do meio rural. Como a própria entrevistada observa, muitas crianças vindas desse meio acabavam abandonando a escola por não se sentirem parte daquele ambiente devido a não compreensão dos demais colegas, e até professores, quanto a seus trejeitos e limitações.

A Figura 22, na página a seguir, apresenta o documento de comprovação de atividades da professora Aldema Menini Mckinney, no Instituto de Educação Oswaldo Aranha, onde também cursou o magistério. No referido documento, temos uma comunicação de sua eleição, como secretário executivo, para o Círculo de Pais e Metres do referido Instituto, datado de 1973.



Figura 19 – Comunicação de sua eleição, como secretário executivo, para o Círculo de Pais e Metres do referido Instituto, documento datado de 1973



Após abandonar a faculdade de Pedagogia, que cursava na cidade de Uruguaiana, graduou-se em Letras e deu início aos estudos de Pós-Graduação no Mestrado em Linguística na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, sendo da segunda turma de mestrado dessa instituição, sob a orientação do professor Ir. Elvo Clemente. Em 1981, foi transferida de Alegrete para o Colégio Industrial da UFSM, em Santa Maria, e, ao chegar na UFSM, realizou concurso para o Centro de Educação, junto ao Departamento de Metodologia do Ensino.

Como professora desse Departamento, trabalhou com a disciplina de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa do 2º grau, sem dedicação exclusiva, atuando nas áreas de Língua e Literatura. Em sua empreitada, propôs modificar o “trajeto”, “muito sem graça”, segundo a própria Aldema, no qual a literatura era ensinada aos alunos começando com *A Carta de Pero Vaz de Caminha* e terminava com a escola/o período Modernista, que raramente podia ser finalizado.

A proposta da professora Aldema consistiu em traçar uma linha de tempo e dar início aos estudos literários pelo Modernismo, assim, os alunos de terceiro ano do 2º grau finalizariam o estudo da Literatura pela *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Uma experiência, segundo a professora, muito interessante e com bons resultados para seu primeiro ano de atuação em Santa Maria, pois aproximava a literatura à realidade dos alunos.

O trabalho com a disciplina Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa do 2º grau despertou, na professora Aldema, o interesse em desenvolver suas atividades na disciplina de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, para o 1º grau (de quinta à oitava série). Durante esse período, compreendeu que o “problema” dessas duas disciplinas, tanto a do 1º quanto a do 2º grau, estaria na formação de professores para educação básica. Assim, aventurou-se na área de alfabetização de 4ª e 5ª série e foi aí que se fixou no trabalho com a formação de professores para o meio rural.

Sendo oriunda do meio rural, a professora pensava em um programa de formação docente com uma carga fortemente alicerçada em Antropologia e Sociologia, além de um conhecimento básico de Sociolinguística, uma vez que observava que as crianças do meio rural, quando chegavam às escolas na cidade, não suportavam o peso da linguagem urbana. A temática da Educação em meio rural, na trajetória da professora Aldema, dentro da UFSM, foi de forma tão presente que, em 1996, ela foi designada, pelo Reitor Tabajara Gaúcho da Costa, para contribuir

como banca examinadora de dissertações do Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais (UFSM).

Entretanto, foi durante a década de 1980, que a professora Aldema recebeu um convite que, de acordo com a própria, mudou sua vida. Havia sido convidada para ministrar a disciplina de Metodologia de Ensino no Curso de Letras, em um projeto de extensão da UFSM, no Estado de Roraima. Projeto esse que continuou em suas atividades durante grande parte de sua atuação acadêmica. Podemos dizer que, a partir desse convite, a pesquisadora foi motivada a também abordar questões referentes à alfabetização e à educação indígena, tema que permeou grande parte de sua pesquisa acadêmica e de sua vida profissional. Convidada pela própria Secretária de Educação do Território (à época) de Roraima, realizou assessoramento técnico-pedagógico aos professores, em viagens por todo o território, e junto ao Núcleo de Educação Indígena, assessorou no sentido de adequar o currículo das Escolas de Área Indígena à realidade dos grupos indígenas de Roraima.

Nas palavras da própria titular do Fundo Documental, essas atividades foram inicialmente uma “amostra grátis” de seu trabalho, uma vez que acreditava que essa relação advinda de seminários, visitas a escolas rurais, palestras em reuniões de professores e assessorias propiciavam conhecer melhor a realidade e aprender continuamente sobre a história e a cultura local. O sujeito-titular define suas atividades como:

O embrião do meu trabalho com Educação Escolar Indígena, que se estendeu por profícuos 18 anos e acabou abrangendo outros Estados, como o Mato Grosso do Sul, onde fiz assessoria e consultoria para a UFMS e para a Secretaria Estadual de Educação durante cinco anos (MCKINNEY, 2016 – Arquivo pessoal da Arquivista).

Em uma das diversas atividades desenvolvidas pela professora Aldema, no quesito educação indígena, enquanto linguista que prestava assessoramento metodológico, foi quando realizou a produção de cartilhas (Figura 23). Contudo, mesmo enfrentando críticas pela escolha do método, sustentava que esse tipo de dinâmica havia sido escolhido pelos próprios alunos, pois era assim que eles haviam aprendido. Como podemos ver “trata-se da retomada de saberes já ditos em outro discurso, em outro lugar e cujo eco ressoa, no discurso do sujeito (INDURSKY, 2011, p. 69). Segundo Silva,

No Brasil, a cartilha foi, desde a segunda metade do século XIX, material didático fundamental para a iniciação dos brasileiros no mundo da escrita, para o acesso a determinadas estruturas e funcionamentos da língua portuguesa como língua nacional, para a construção de um imaginário sobre o que seja aprender a ler e a escrever (...) (SILVA, s/d. s/p)<sup>19</sup>.

Figura 20 – Parte uma cartilha produzida por alunos indígenas da professora Aldema Menini Mckinney



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney (Fotografia: Caroline Lopes Knackfuss).

Todos esses apontamentos, brotados daquilo que foi sinalizado quando de sua entrevista, são percursos que nos fizeram refletir sobre a organização desse Fundo Documental, mas de forma diferente. A construção do arquivo em si é tão importante quanto a construção dos seus dispositivos de análise, pois é a partir da constituição do arquivo que a pesquisa corporifica-se. Portanto, passamos a ver o arquivo, que pode ser formado por uma heterogeneidade de materialidades, como aspecto fundamental para auxiliar na “(re) configuração” do *corpus* quantas vezes forem necessárias, já que entendemos que, do nosso ponto de vista teórico da AD, essa é uma questão de fundamental importância.

O que realizamos até este momento de escrita foi uma abertura para os relatos gravados em vídeo pela titular do Fundo Documental, ressaltando que, ao dar conhecimento dessa gravação, ela se tornou uma parte importante do material de arquivo para a construção e elaboração do quadro de arranjo. Como salientamos, a

<sup>19</sup>SILVA, M. V. da. Cartilha. In: NUNES, J. H.; ORLANDI, E. **A Enciclopédia Discursiva da Cidade – ENDICI**. Projeto desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri). Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/projetos/verProjeto.lab?id=24>. Acesso em: jun. 2019.

titular do FDAMM trouxe, em sua fala, relevantes detalhes sobre cada documento que compõe o fundo, e uma maior visibilidade para o estabelecimento das divisões das séries documentais, como veremos a seguir.

## CAPÍTULO 5

### UMA POSSIBILIDADE PARA ANÁLISE

A construção desse instrumento de coleta é realizada pelo sujeito-arquivista, interagindo, conversando e relacionando-se com a construção de instrumentos de coleta de outros fundos documentais que se encontram no CDM atualmente. O *quadro de arranjo*, enquanto exercício de classificação, foi construído com e por interlocutores, sendo esses sujeitos historicamente interpelados pela ideologia, identificados com uma formação discursiva, “inscritos em lugares sociais, construídos ideologicamente” (INDURSKY, 2006, p. 69). Ou seja, para a construção de uma versão final do quadro de arranjo, foi necessário entendermos uma demanda estabelecida na própria relação com o conjunto documental e a política de implementação de Fundos Documentais pelo CDM. O que aprendemos é que não basta termos uma formulação pronta, tecnicamente estabelecida, se ela não “cabe” em uma política de memória institucional.

O que podemos propor, então, é que esse quadro de arranjo tenha sua significação estabelecida no intervalar do sujeito e das condições de produção (INDURSKY, 2006) que trouxemos anteriormente. Sua significação não está nem no possível arranjo, nem no sujeito, mas na relação entre os sujeitos históricos envolvidos na produção/interpretação do material que apresentaremos no quadro de arranjo, pois, como bem ressaltam Romão e Ferrarezi (2007), a documentação não pode deixar de vincular-se a uma rede de memória constituída no contexto de sua produção.

Enquanto sujeito-arquivista, o efeito de sentido proposto ao quadro de arranjo parecia ser o de completude, pois “os documentos de arquivo podem ser vistos como resultado de construções e de relações sócio-ideológicas” (ROMÃO; FERRAREZI, 2007, p. 157). Nesse momento, do processo da construção dos tópicos, as séries documentais fizeram-se importantes para conhecermos as condições de produção da organização funcional da instituição, no caso a Universidade Federal de Santa Maria, a qual o CDM está vinculado.

Para a constituição do *quadro de arranjo* que nos propusemos a projetar, foram elaboradas duas etapas que marcaram a leitura teórica sobre arquivo como aquela já apresentada até o momento. Sendo a primeira a que se constituiu, em grande parte, de consulta em bases bibliográficas arquivísticas, para estruturação de uma proposta

identificatória, e que se adequasse às possíveis necessidades de um espaço como o CDM, bem como pudesse produzir para o pesquisador um efeito de leitura possível. Para a organização do referido Fundo Documental, também, foi necessário uma observação e identificação dos materiais presentes no acervo. Levando em conta o que coloca Nunes (2008), o discurso documental pode ser compreendido como “um saber científico, que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber” (NUNES, 2008, p. 82).

A necessidade de direcionar um olhar para o discurso documental do arquivo está pautada na possibilidade de acesso à “produção do sujeito que está ‘guardada’ em diferentes materialidades que possa promover a anunciação/enunciação daquilo que já foi dito em outro momento e sob condições de produção outras” (SCHERER et al., 2013, p. 117). Portanto, para nós, o gesto de leitura dos documentos desse Fundo deveria conduzir à “explicitação dos gestos de interpretação que permeiam a sua elaboração, e não somente uma leitura que reconstrói uma história” (LUZ, 2011, p. 132).

A segunda etapa do trabalho de construção do quadro de arranjo, também focada no trabalho arquivístico e desenvolvida durante o projeto de extensão, visou especificamente à elaboração e à aplicação dos métodos arquivísticos para organização prática do Fundo Documental em questão. Além das atividades voltadas à conservação dos materiais encontrados, essa etapa constituiu-se pela análise dos dados obtidos na primeira etapa do trabalho em conformidade aos dados da literatura sobre a problemática, um instrumento de coleta mais adequado às políticas colocadas em jogo pelo CDM, sendo um *quadro de arranjo* documental, para fornecer acesso à documentação.

Arquivisticamente, o arranjo documental consiste em uma operação cognitiva e prática que propõe agrupar os tipos documentais que deverão ser preservados, possibilitando o acesso e a difusão das informações contidas neles. Descrito como “a ordenação dos documentos em fundos, a ordenação em séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries” (PAES, 2004, p. 122), o princípio elementar e aprendido em formação do arquivista, quase em geral, do arranjo, segundo Schellenberg (2006), é manter primeiramente o foco na ordenação dos grupos de documentos e na sua relação entre si, ou seja, sua organicidade, para, após, realizar o ordenamento das peças individuais. Portanto, define-se um quadro de arranjo como um “esquema estabelecido a partir do estudo das estruturas, funções e

atividades da entidade produtora ou pessoa e da análise do acervo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Nesse caso, considerou-se, enquanto estruturas e funções, a vida da titular do Fundo Documental.

Foi possível, através da documentação da professora Aldema Menini Mckinney, propor uma reflexão sobre um eixo temporal das atividades desenvolvidas por ela, desde seu início na UFSM até sua aposentadoria. E não somente em meio profissional, como também um grande roteiro de uma vida particular, em suas viagens pelo mundo, de forma a elucidar as diferentes facetas do sujeito-titular. Como bem pontuou Moura (2011) que olha um arquivo, de uma perspectiva arquivística, irá observar as formas e maneiras de guardar, selecionar, classificar, ordenar, mas também as formas de permitir o seu acesso. Encontraríamos, no imaginário daquele que consultaria esse tipo de arquivo, uma espécie de vida guardada. Contudo, do ponto de vista do processo discursivo, qual seria a formação imaginária dessa guarda, dessa seleção, dessa classificação? Uma pergunta importante para ser respondida também pelo sujeito-arquivista.

Como pontuamos, a elaboração de uma proposta de *quadro de arranjo* foi possível a partir da identificação do material que constitui o Fundo, mantendo-o de acordo com a organização e estruturação dos outros fundos documentais que constituem o CDM, e levando em consideração pelo menos dois critérios importantes: 1) adequar-se às políticas da Instituição ao qual o FDAMM faz parte; e, 2) respeitar as características próprias pertencentes a esse Fundo.

Por essa mirada, a escolha de um arranjo documental deu-se em virtude, principalmente, de dois aspectos. O primeiro apresentava a considerável dificuldade de consenso entre teóricos da Arquivística em definir um padrão para estrutura de um arquivo pessoal, pois, hoje, podemos afirmar, a partir de uma leitura discursiva, que cada sujeito-titular estabelece uma relação particular com a produção de seus documentos. O segundo aspecto, ponderando a partir de uma estrutura pensada para o CDM e a fim de manter uma semelhança na organização dos outros Fundos Documentais contidos nele, embasou-se na proposta elaborada anteriormente pela professora Rosani Pivetta da Silva e pela bolsista Carla Saldanha da Silva, quando da organização do Fundo Documental Neusa Carson, mas, ainda, respeitando as particularidades do FDAMM.

Nas bases arquivísticas tradicionais, destacou-se, para iniciar a estruturação de um *quadro de arranjo* para arquivos pessoais, três grandes áreas de atividades



comuns nesses arquivos. Samuels (1995), ao tratar sobre o trabalho com arquivos pessoais de cientistas, afirma que mesmo as atividades e funções, sem relação com o processo de pesquisa, são capazes de prover documentos que irão proporcionar o contexto de muitas atividades profissionais. A partir das três séries basilares estruturadas e pensadas que contemplem a singularidade de cada arquivo pessoal, a autora formula da seguinte maneira um quadro de arranjo:

Figura 21 – As três séries bases identificadas por Helen Samuel (1995)

### **1. ATIVIDADES PESSOAIS**

- Relacionamento pessoal
- Assuntos financeiros
- Atividades recreativas
- Atividades políticas
- Educação

### **2. ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

- Ensino e administração
- Consultoria e aconselhamento
- Afiliações profissionais

### **3. ATIVIDADES DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

- Administração de Pesquisa e Desenvolvimento
- Pesquisa e Desenvolvimento

5 | **Disseminação**

Fonte: SANTOS, P. E. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimento de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2012. p. 88.

Como bem ressalta Nedel (2013), incluir diferentes séries que agruparão diferentes documentos remeteriam a fazer significar um certo imaginário sobre o sujeito-titular. Como podemos entender, no caso exposto por Samuels (1995), os arquivos pessoais citados pela autora são de pesquisadores ligados à ciência, sendo

em sua maioria documentação relativa a suas pesquisas em laboratórios. Mas, para nós, concordando com Camargo (2007, p. 40):

Nos arquivos pessoais haveria sempre uma zona de penumbra, marcada pela presença de documentos que, a exemplo dos diários íntimos, não teriam a força probatória dos que decorrem de transações, e nessa medida ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas.

Dessa forma, após a verificação de eventuais semelhanças entre as atividades administrativas que o sujeito-titular exerceu, as consultorias e as orientações acadêmicas, um *quadro de arranjo* foi elaborado para permitir que os documentos, encontrados no Fundo, que constitui o FDAMM, possam identificar como a professora, em suas diferentes posições-sujeito, relacionava-se com sua documentação. Ou seja, como bem salientou Orlandi (2015), não é a visão empírica do sujeito-titular que pretendemos trazer, mas sim a posição discursiva produzida pelas formações imaginárias do sujeito-titular.

Para que fossem estabelecidas as séries documentais – sendo essas subdivisões do quadro de arranjo, que corresponde a uma sequência de documentos ou conjuntos documentais relativos a mesma função, atividade ou assunto – foi necessário compreender as condições de produção desse instrumento de pesquisa. Passamos, dessa forma a conferir-lhe o status de roteiro, não enquanto algo linear, mas como algo que “parte em inúmeras direções em múltiplos planos significantes” (ORLANDI, 2004, p. 12), com uma estrutura em tópicos, por exemplo, e uma rede de memória. Podemos então, deter-nos sobre o que significa ler esse roteiro, ler esse Fundo, estruturado dessa forma e não de outra.

A construção do Fundo Documental da professora e pesquisadora Aldema Menini Mckinney, como salientamos anteriormente, só veio a ser possível pelo esforço e o trabalho de um grupo de pesquisadores integrantes do Laboratório *Corpus*. Dessa maneira, entendemos que a busca pela produção de conhecimento acadêmico acerca dos estudos sobre a História das Ideias Linguísticas no Sul do País, a pesquisa e produção científicas, sobre a professora e linguista Neusa Martins Carson, e a construção do Centro de Documentação e Memória constituíram as condições de produção para projetar um *quadro de arranjo*.

Em nosso movimento de análise, o ponto inicial deu-se a partir da noção de que os sentidos não são dados, ou melhor, que a linguagem não é transparente, o

que nos aponta para a possibilidade de produzir um gesto de interpretação, pois, como pontua Pêcheux (1993), produzir um gesto de interpretação é um ato no nível simbólico, sobre aquele gesto atravessado pelo institucional, que contempla a organização do arquivo. Na leitura das séries que estabelecemos, podemos observar, como bem argumentou Barbosa Filho (2019), que esse efeito sequencial, de estruturação em séries documentais, poderia ser um possível desdobramento de um possível real, ou seja, como um gesto de interpretação nosso enquanto tomada de posição sujeito arquivista e analista.

Ao partirmos desse posicionamento, foi necessária a elaboração de *Séries Documentais* para contemplar, mais pontualmente, as atividades do sujeito-titular, sobretudo, ao que concerne às atividades de cunho profissional. Mas vale lembrar – sempre – que o arquivo não é um espaço de inscrição de um conteúdo ou de extração de informações “objetivas” e “fiéis” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 33). Dessa forma, a estrutura do *quadro de arranjo* foi elaborada em torno de onze séries, em que podemos verificar, confirmando o que nos ensina Mariani (2010, p. 84), que todo o gesto é um “esforço interno da arquivística no sentido de definir fronteiras, estabelecer critérios, um trabalho voltado para uma auto-organização” que produz o efeito de arquivo. As séries que estabelecemos são:

*Série 1: Pessoal*, com suas três subseqüentes subséries, arranjando documentações do sujeito-titular e de pessoas próximas a ele: a Subsérie 1.1 - Identificação Pessoal, a Subsérie 1.2 - Documentação pessoal e a Subsérie 1.3 - Documentação de terceiros. Na inclusão da subsérie 1.3, podemos verificar o que Roudinesco (2006, p. 9) chamou de “essa ideia louca segundo a qual podemos arquivar tudo”, trazendo a privação de que é possível deixar algo de fora desse arquivo, algo que atentamos para o que seria da ordem do “impossível”, devido ao encontro de documentações referentes à titular do Fundo Documental, por exemplo, em outros arquivos setoriais da UFSM. Para nós, “entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimento pessoais ou coletivos, mais do que como produtos “naturais” da trajetória (...), pode nos ajudar a avançar na tarefa de refletir sobre procedimentos que possam auxiliar no seu tratamento” (HEYMANN, 2013, p. 75).

Já a *Série 2: correspondências*, abriga, em sua maioria, correspondências recebidas pelo sujeito-titular no que concerne à sua vida pessoal, com bilhetes, cartões e cartas, enfatizando a questão da seleção que o conjunto documenta, que

não obedece a critérios específicos, porém, abrange as diferentes posições-sujeito desse sujeito-titular. Com a subsérie 2.1: *Correspondência Profissional*, abarcamos a produção e recebimento de correspondências de cunho profissional. A separação desse mesmo tipo documental reflete escolhas feitas a partir de normas e orientações de órgãos competentes da área arquivística, ou seja, o atravessamento ideológico do institucional em um gesto de controle e organização, mesmo em espaços como o do Centro de Documentação e Memória, pois como muito bem nos ensina Mariani (2010) “No funcionamento dos arquivos se encontram os efeitos dos processos ideológicos que, naturalizando alguns processos de significação pela repetição do mesmo sem permitir a historicização” (MARIANI, 2010, p. 86).

Na *Série 3, controle financeiro pessoal*, englobamos a documentação comprobatória das atividades de movimentação financeira do sujeito-titular. E a partir da *Série 4*, denominada como *atividade acadêmica*, bem como as subséries dela derivadas, agrupam a documentação referente às atividades de formação acadêmica do sujeito-titular. Ressaltamos que, para nós, “esses documentos formam momentos precisos/preciosos e podemos considera-los como um acontecimento” (SCHERER et. al., 2013, p. 126). O pesquisador frente ao arquivo, frente a essa possibilidade de busca na documentação, depara-se com um processo de direções, possibilidades de trajetos que a constituição desses arquivos terá apontado. Como apresenta Barbosa Filho (2019, p. 31, itálico do autor):

O acontecimento *já* significado, *já* textualizado no documento não se *mostra* em sua suposta imanência ou totalidade fenomenológica, mas é efeito de uma montagem que inscreve em um efeito de linearidade, um efeito de sequência que não é da ordem do real da história, mas um efeito imaginário, ideológico. Um *efeito de arquivo*.

Agrupando também a documentação que atestaria a participação do sujeito-titular em eventos, cursos e demais atividades acadêmicas, com finalidade de aperfeiçoamento profissional, deparamo-nos com algo da ordem de um vivido que não tem mais forma nas condições atuais de produção. Por exemplo, o tempo na sua formação no Mestrado, entre outras.

Faz-se necessário, para pensar o arquivo, segundo Scherer (2013), algumas considerações relevantes, como por exemplo, a relação existente do controle e do político, que determina o que pode ser lido e o que não pode, bem como a importância sobre um possível “retorno de fala do sujeito”, pois, para nós, “a organização do

arquivo em Fundo Documental anuncia esse retorno, passa a produzir sentidos novamente no discurso de outrem, resolvendo parcialmente o problema do silêncio das caixas fechadas, da aposentadoria (...)" (SCHERER et al., 2014, p. 119).

Em relação ao Fundo estudado, sabemos que, no político do fazer pesquisa, o presente é mais valorizado do que o passado, por isso, compreendemos que refletir sobre um fundo documental constituído a partir do "trabalho de um pesquisador que já não é mais presença constante e produtiva, é sair do lugar de conforto" (SCHERER et al., 2014, p. 117). Ao nosso, ver é também possibilitar que o pesquisador tenha fala novamente, pois ele ainda tem muito a dizer, como se fosse possível deixá-lo calado no interior do arquivo institucional.

A *Série 5: atividades profissionais* possui a subsérie relativa aos vínculos empregatícios, e, embora os documentos tenham sido estruturados seguindo uma cronologia, apresenta uma importante parte das experiências vividas pelo sujeito-titular até sua entrada na instituição de ensino superior, a UFSM. Vejamos:

- Aprovada em Concurso Público na prefeitura Municipal de Alegrete – Secretaria de Educação Municipal. Cargo: Professor de Ensino Primário, 1967.
- Aprovada em Concurso Público na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Cargo: Professor de Língua Portuguesa (área I), 1978.
- Aprovada em Concurso Público na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Cargo: Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (área II), 1978.
- Aprovada em Concurso Público na Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Metodologia do Ensino, 1985.

A *Série 6*, que condiciona as *atividades referentes a cargos administrativos*, está ligada às atividades de planejamento e gestão voltadas ao desenvolvimento do setor administrado pelo sujeito-titular. Essa série, ainda, engloba a *Subsérie 6.1: Atos Legais e Normativos*, que contém em sua maioria documentação referente às atividades designadas ao sujeito-titular e a implementação de políticas institucionais; e a *Subsérie 6.2: Atividades externas à UFSM*, contém contato com diferentes órgãos públicos da educação, visando à representação institucional, participação em grupos de trabalho, comitês, entre outras atividades desempenhadas pela referida professora.

A *Série 6*, juntamente com a série seguinte, contemplam as atividades voltadas em sua maioria para gestão administrativa exercida pelo sujeito-titular, pois as duas séries estão representando questões mais científico-acadêmicas, como, por exemplo, a orientação de dissertações. Em contraponto também abrigam portarias de nomeação e co-orientação em atividades de ensino, em redes de memória, no qual os processos discursivos podem remeter ao mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações ao longo do tempo.

A *Série 7: Atividade de assessoramento institucional*, traz como problemática a questão das formações imaginárias, determinando o lugar de onde o sujeito fala, a autoridade que o sujeito-titular exerce em suas relações profissionais; há nesse ponto uma ligação entre os enunciados que abrem para outra interpretação, pois “é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 2002, p. 54).

A *Série 8* refere-se às atividades relativas ao período em que o sujeito-titular desempenhou funções na Educação Indígena, sendo que, ao longo do processo de organização do acervo, destacaram-se inúmeras documentações sobre a temática “educação indígena”, levando à elaboração de uma série especial para agrupar essa documentação. Essa série engloba as cartilhas produzidas pelos alunos/professores que participavam da formação de professores em que o sujeito -titular foi convidado a ministrar.

Já a *Série 9*: refere-se às publicações na imprensa escrita e que tem o sujeito-titular como foco. Segundo os apontamentos de Martins (2013), o destaque na mídia impressa que circulava, na época dos recortes selecionados e arquivados pela professora Aldema, era relativo à elaboração das primeiras cartilhas no projeto de alfabetização indígena (conforme Figura 25, logo abaixo).

Figura 22 – Recorte de jornal impresso selecionado e arquivado pela professora Aldema Menini Mckinney

## RORAIMA TERÁ A PRIMEIRA CARTILHA EM LÍNGUA INDÍGENA

Tribos indígenas roraimenses dos troncos Macuxi e Wapixana poderão ter, dentro em breve, a sua primeira cartilha para o aprendizado de crianças nas escolas bilingües do Território. A iniciativa é da Secretaria de Educação e Cultura, através do seu Núcleo de Educação Indígena.

Para ministrar os cursos especiais aos professores das malocas indígenas de Roraima encontra-se em Boa Vista a professora e linguísta Aldema Menini Trindade, da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, dando continuidade a um projeto da SEC, fazendo a criação e o ajustamento de material de alfabetização para regiões indígenas. Esse trabalho foi iniciado pela professora Neusa Carson, pesquisadora da língua Macuxi há vários anos, e segundo Aldema a preocupação é que se faça um tipo de ensino criativo, produtivo e eficiente, que respeite e valorize a cultura indígena.

Para a linguísta gaúcha, é bom frisar a importância de buscarmos uma escola onde a criança indígena se sinta bem, cresça intelectualmente, sem entretanto perder a sua alegria, a espontaneidade e, sobretudo, a sua identidade.

Estão participando dos cursos, cujas aulas são ministradas pela manhã e à tarde no Palácio da Cultura, cerca de 25 professores das malocas indígenas do Território. Os cursos serão encerrados nesta sexta-feira, 20, e já está prevista uma nova etapa para o mês de julho, quando será avaliada a aplicação do material produzido, e das ações metodológicas que foram feitas durante esta etapa.



Na foto acima a professora Neusa, abaixo, Aldema Trindade



Fonte: Fundo Documental Aldema Menini Mckinney. (Fotografia: Caroline Lopes Knackfuss)

Por fim, as duas últimas séries, que contemplam respectivamente as *fotografias* e *livros*, os mais variados, como romances, crônicas e poesias do sujeito titular, não foram objeto de nossa análise, mas apenas a feitura de um catálogo para fins de acervo e para consulta. Compreendemos que se há, nos arquivos, aquele conjunto

documental que é mais comumente procurado para consulta e que produz uma espécie de memória coletiva, há também aqueles conjuntos documentais menos acessados e muito pouco lidos que são subjacentes, mas se tornam fundamentais para que seja produzido um novo e possível gesto de interpretação com a possibilidade de abertura para novas pesquisas, novas práticas e novos gestos de leitura desse Fundo.

Nunes (2008, p. 82), afirma que, ao tratar de arquivos documentais, o processo de leitura é fundamental pois,

Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada e mostrando seu processo de construção. As práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada.

A fim de encaminhar nossas reflexões e análises para um final, retomamos algumas questões que destacamos como necessárias. Portanto, colocando as questões sobre como partimos de um entendimento de Fundo Documental para um arquivo pessoal e como chegamos ao quadro de arranjo proposto.



## REFLEXÕES FINAIS PARA EFEITO DE CONCLUSÃO

### GUARDAR

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
Em cofre não se guarda coisa alguma.  
Em cofre perde-se a coisa de vista.  
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto  
é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.  
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela,  
isto é, velar por ela ou ser por ela.  
Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro, do que  
um pássaro sem voos.  
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,  
por isso se declara e declama um poema:  
Para guardá-lo:  
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:  
Guarda o que quer que guarda um poema:  
Por isso o lance do poema:  
Por guardar-se o que se quer guardar.*

(Antônio Cícero)

O poema de Antônio Cícero integra a coletânea de *Os cem melhores poemas brasileiros do século* (2000), organizado por Italo Moriconi, pela editora Objetiva. Ele nos proporcionou pensar acerca de tudo que nos propomos a guardar durante a escrita desta dissertação. Guardamos o arquivo em uma sala arejada no andar térreo de um prédio novo, construído recentemente e bem estruturado, mas ainda precisamos guardá-lo em nossa memória, a pessoal e coletiva. Precisamos, ainda, visualizar esse arquivo como possibilidade de nossas pesquisas acadêmicas futuras, com nossa vontade de (fazer) história.

Constituído como um lugar de pesquisa, de debates e de convivência científico-acadêmica, e também como um espaço de produção do conhecimento, o CDM, no Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM, envolve diferentes materialidades discursivas que estão em pleno funcionamento para a recuperação e preservação de uma memória institucional. Ao longo desses dois anos de escrita, pesquisa, orientações, eventos e disciplinas, os encontros com os arquivos pessoais foram incontornáveis. E posso afirmar que “*tudo isso desperta em mim lembranças que eu nem sabia que tinha*” (JOHNSON, 2006, apud COX, 2017, p. 259).

Considerando que iniciamos essa dissertação com um percurso até o arquivo, caberia, ao final dela, apresentar ao leitor o que mais foi produzido, para além das fronteiras acadêmicas e institucionais, ou seja, um outro arquivo foi percorrido e

despertou novos sentidos, para muito além da estabilidade preterida e projetada por todo o arquivista em formação. No entanto,

O arquivo não diz, possivelmente a verdade, mas ele diz *sobre* a verdade (...), ou seja, daquela maneira única que ele [o arquivo] tem de expor o *Falar* do outro, capturando entre as relações de poder e ele próprio, relações as quais ele não somente está submetido, mas que também concretiza ao verbaliza-las (FARGE, 2009, p. 35).

Para nós, o arquivo produz um efeito de condensar a história, mas produz, acima de tudo, um discurso *sobre*. Esse é o efeito que a organização arquivística deseja. Sabemos, também, que o arquivo não é transparente, “o arquivo não é um dado. Ele não se mostra. É preciso montá-lo” (BARBOSA FILHO, 2019, p. 31) e não serão encontradas verdades escondidas, prontas para serem “lidas”.

Ao nosso ver, quando se trata de fazer a leitura de um arquivo x, y ou z, é preciso que a mobilização nos processos de arquivamento, este é papel do sujeito-analista-arquivista, dê-nos a ver o processo pelo qual passou. Por exemplo, é importante entendermos como o arquivo foi produzido, constituído e organizado até ser transformando em material de consulta e de pesquisa. A partir desse gesto, conforme as ponderações de Nunes (2007, p. 374), sobre o material de arquivo, é preciso saber que ele “está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”.

A fim de apresentar uma finalização dessa dissertação, retomamos a nossa questão de pesquisa, que nos orientou durante a escrita e fez com que percorrêssemos certos caminhos e não outros. Sendo assim, ao questionarmos se é possível que este arquivo, o Fundo Documental Aldema Menini Mckinney, seja entendido como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 51) e compreendido como um recorte de uma certa documentação pessoal do sujeito-titular, uma parte disponível sobre ele, é preciso entendermos que os recortes foram feitos e já estão dados antes mesmo de começar a estudá-lo. Esse arquivo pode significar um sujeito, o sujeito-arquivado, nas e pelas suas práticas. Mas quais práticas, a do sujeito-titular ou do sujeito-arquivista?

A partir do quadro de arranjo desse conjunto documental, foi possível chegar a um roteiro de leitura do Fundo em questão. É, portanto, pelo olhar do sujeito-analista-arquivista que nos permitimos considerar, como primordial, os efeitos da interpelação

ideológica como efeito das relações de poder do institucional da formação arquivística. Ao contrário do que se possa imaginar, a construção desse quadro de arranjo para esse Fundo Documental não é de livre escolha do arquivista, ela está, de certa forma, atravessada por questões e delimitações institucionais que são necessárias e que estão determinadas, sempre *a priori*, pelo sujeito-titular, pelo sujeito-arquivista, pelo sujeito-pesquisador, enfim, por aquele que lê e que está atrelado a uma certa rede de memória, construído em lugares de memória

Sendo assim, a partir do aparato teórico-metodológico proposto pela Análise de Discurso, compreendemos o arquivo não como dado, pronto, fechado, mas como algo em construção, sempre em aberto, sempre lacunar. Portanto, é urgente colocar em discussão, principalmente, nos Cursos de Arquivologia, o quanto são necessárias muitas leituras e sempre muitos retornos ao arquivo para se traçar uma política de memória. O que aprendemos é que mesmo um quadro de arranjo (APÊNDICE A), que parece muito técnico, é sempre determinado anteriormente e quando colocado em prática, além de fazer eco à política institucional, encontramos aí o lugar de ler, descrever e interpretar, pois quem trabalha com e nele é sempre um sujeito. Lembrando Farge (2009), não existe a possibilidade de o arquivo apresentar sujeitos por inteiro e não existe arquivo por inteiro. É mister buscar o entendimento acadêmico de que sempre haverá um excesso ou uma falta, como ressalta Scherer (2012)<sup>20</sup>, pois estamos lidando entre o desejo de acesso ao todo e ao freio institucional (SCHERER, 2012, p. 12). Tudo dependerá do como entramos nele e nas políticas científicas, acadêmicas e de formação que o cercam e o constituem.

---

<sup>20</sup> Fazemos menção a fala da Profa. Dra. Amanda Eloina Scherer incluída no texto de ROMÃO, L. M. et al. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. R. **O discurso antiafricano na Bahia no século XIX**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 201-207, 1998.

BIAZUS, Camilla Baldicera; CEZNE, Graziela Oliveira Miolo. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 135-149. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1698>. Acesso em: mar. 2019.

BORGES, R. S.; MURGUIA, E. I. Aquisições de arquivos pessoais. In: SILVA, M. et al. (Orgs.). **Arquivos Pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. p. 87-102.

BRANCO, N. L. **Instrumentalização da língua espanhola do Uruguai: um estudo discursivo do *diccionario del español del Uruguay***. 2019. 198f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/525-resolucao-17>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, A. M. de A. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 28-39, jul./dez. 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 08 set. 2019.

\_\_\_\_\_; GOULART, S. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CERVO, L. M. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 196f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

CISCATO, M. F. et al. Arquivo Universitário: implantação de políticas de gestão documental no gabinete do vice-reitor da UFSM. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24110>>. Acesso em: 12 set. 2019.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COSTA, M. I. S. **A definição atribuída à designação “sintagma”**: deslocamento e efeito de sentido. 2012.106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise de discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

COX, R. J. Impulsos humanos e arquivos pessoais. In: COX, R. J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 213-250

DELA-SILVA, S. O arquivo da felicidade: apontamentos sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da mídia. In: VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 1983 – 2013 Michel Pêcheux: 20 anos de uma presença. 2013, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2013. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/6SEAD/SIMPOSIOS/OArquivoDaFelicidade.pdf> Acesso em: 18 out. 2019.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

\_\_\_\_\_. A memória e o valor do tempo: um enlace pelo discurso. In: SCHERER, A. et al. (Orgs.). **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

DOLAK, J. Cultura do patrimônio e sua conservação In: CARVALHO, C. et al. (Orgs.) **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. In: \_\_\_\_\_; INDURSKY, F. (Orgs.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FLORES, L. M. **A Militância da/ na produção do conhecimento científico**: Uma análise discursiva do Dicionário de Educação no campo. 2019.193f. Tese (Doutorado em...) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

FRAIZ, P. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060>. Acesso em: 17 jan. 2019.

GOMES, Â. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n. 21, p. 121-127, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069> Acesso em: 18 out. 2018.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. Efeitos do Arquivo. In.: \_\_\_\_\_. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chianetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 115-140.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>. Acesso em:12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I. ROUCHOU, J. HEYMANN, L. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 229-247.

HOBBS, C. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: ESTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 303-329.

INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S.M. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006. p. 33-80.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: \_\_\_\_\_. MITTMAN, S; FERREIRA, M.C.L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

LUZ, M. N. S. da. Sobre a constituição de um dispositivo analítico. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 31, p. 47-51, out./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11203>. Acesso em: 28 set. 2019.

MARIANI, B. Arquivo e língua nacional: percurso de pesquisa. In: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. (Orgs.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa - Homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres**. E-book. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010. p. 81-99.

\_\_\_\_\_. Nome próprio e constituição do sujeito. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 131-142, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14428>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MARTINS, T. S. A história disciplinar da linguística a partir da implementação de uma política de fundos documentais. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 37, p. 81-96, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11055>. Acesso em: 05 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Acervos literários e imaginação histórica: o trânsito entre saberes. In: \_\_\_\_\_. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 201-210.

MCKEMMISH, S. Provas de mim... Novas considerações. In: HEYMANN, L, Q.; ROUCHOU, J.; TRAVANCAS, I. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013. p.17-44.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 153-162

MORICONI, I. (Org.). **Os melhores poemas brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MORTATTI, M do R, L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XX, n. 51-52, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a04v2052.pdf>. Acesso em: 05. Jul. 2019.

MOURA, T. F. A noção de arquivo e a ciência linguística: Centro de estudos linguísticos Mattoso Câmara. In: V Seminário de Estudos em Análise do Discurso. O acontecimento do discurso: filiações e rupturas, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/TatianaFreire.pdf> Acesso em: 23 out. 2019.

NEDEL, L. B. Da sala de jantar a sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: HEYMANN, L, Q.; ROUCHOU, J.; TRAVANCAS, I. (Orgs.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013. p. 131-164.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 mar. 2018.

NUNES J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas; São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M, C, L.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380

\_\_\_\_\_. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **ALFA**, São Paulo, n. 52, v. 1, p. 81-100, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>. Acesso em: 10 set. 2019.

OLIVEIRA, L. M. V. A descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez., 2013. Disponível em: [https://brapci.inf.br/repositorio/2018/01/pdf\\_9fd55ca76e\\_0000029362.pdf](https://brapci.inf.br/repositorio/2018/01/pdf_9fd55ca76e_0000029362.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi: Entrevista. **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, p. 1-7, jan./dez. 2006 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623/17602>. Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e pratica. 3. ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-162.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-68.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-52.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-282.



\_\_\_\_\_; LÉON, J. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, [1982] 2014. p. 163-173.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PEDRAZZI, F. K. **O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX**. 2016. 420f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

PETRI, V. O Funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental da análise de discurso. In: \_\_\_\_\_; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 37-48.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 1, p. 3-15. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Tradução: Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROMÃO, L. M. S. **Arquivo em cena**: “im-pressões” de leitura sobre o tema. **Desenredo**, v. 6, n. 1, p. 123-134, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1377>. Acesso em: 14. Abr. 2019.

\_\_\_\_\_; FERRAREZI, L. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 24, p. 152-171, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p152>. Acesso em: 14 jun. 2018.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, M. C. L.; DELLA-SILVA, S. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAMUELS, H. W. **Apraising the records of modern science and tecnologia**. **Janus: revue archivistique**. Dordrecht, 1995.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHERER, A. E. A casa miticamente comum. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 247-261.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: VENTURINI, M. C. (Orgs.). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p.7-14.

\_\_\_\_\_; PETRI, V. A história e o político na produção científica sobre a linguística: um exemplo do fundo documental Neusa Carson. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 37, p. 13-25, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11049>. Acesso em: 15 Ago. 2018 .

\_\_\_\_\_; PETRI, V; OLIVEIRA, S. M; PAIM, Z. Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 34, p. 113-130, 1. sem. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32962>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, V. F. P. Por uma política de arquivo na contemporaneidade a partir de fundos documentais. In: PATTI, A. R. et al. (Orgs.). **Textecendo discursos na contemporaneidade**. 1. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. et al. O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p.13-28., jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14422>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SILVA, C. S.; SILVA, R. B. P. Arquivo pessoal: Fundo Documental Neusa Carson. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 37, p. 31-41, abr./jun, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11059/pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

SILVEIRA, N. **Imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SOUZA, M. de L. da C. **Apostilas do Curso de Organização e Administração de Arquivos**. Rio de Janeiro: Dasp, 1950.

TESSITORE, V. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2017.

TRAVANCAS, I. Entrando no arquivo do Drummond e lendo suas crônicas impressas. In: \_\_\_\_\_. ROUCHOU, J. HEYMANN, L. (Orgs.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 229-248.

VENTURINI, M, C. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória história e do corpo-memória/corpo-documento. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 221-231.

VOGAS, E. C. M. **Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro**. 2011. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.



## APÊNDICE A – QUADRO DE ARRANJO DO FUNDO DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Aldema Menine Trindade<sup>21</sup>

Filiação: Abrelino Abreu Menine e Amália Pinto Menine

Data de nascimento: 24 de julho de 1943

### SÉRIE 1: PESSOAL

#### Subsérie 1.1 - Identificação Pessoal

- Identidade escolar – Escola Normal “Horto” - Carteira de identidade da diretoria – União Rosariense dos Estudantes Secundários U.R.E.S (gestão 1962 – 1963);
- Cartão de fidelidade – Varig Smiles – Aldema Menine Trindade.

#### Subsérie 1.2: Documentação pessoal

- Cópia de Certidão de Casamento de José Ataidés Siqueira Trindade e Aldema Pinto Menine – Averbação no verso.

#### Subsérie 1.3: Documentação de terceiros

- Via original de Certidão de Casamento de Mario Conczviz e Antônia Constantina Menine (data: 1923).

### SÉRIE 2: CORRESPONDÊNCIA

Nesta série/subsérie toda a produção da titular que for referente a sua vida pessoal e o que produzia relacionado nas suas experiências em viagens (etc.):

- Correspondência entre Aldema e Júlio H. Petersen (7 de março de 1980);
- Correspondência entre Aldema e Júlio H. Petersen (18 de maio de 1980);
- Bilhetes pessoais (data 24/8/1990);
- Mala direta do Deputado Paulo Pimenta;
- Mala direta do Deputado Paulo Paim PT/RS;
- Cartas/bilhetes para a professora Aldema – Boa Vista (1997);

---

<sup>21</sup> A grafia do sobrenome *Menini* está posta no quadro de arranjo conforme consta na documentação presente no Fundo Documental Aldema Menini Mckinney.

- Correspondência de Euclides Aranha Netto.

### **Subsérie 2.1: Correspondência profissional**

- Correspondência do Professor Jucimar Pereira dos Santos – Diretoria Regional de Educação – Secretaria da Educação/ Governo Estadual da Bahia;
- Correspondência da Professora Maria Felisberta Baptista Trindade (Diretora da Faculdade de Educação) – Universidade Federal Fluminense;
- Correspondência de Ofelia Garcia – Long Island University;
- E-mail consduc – referente a portaria nº 255 de 20 de dezembro de 1990, organização de atividades;
- Circular nº2/93 – Loreta Emiri/ Departamento de Ensino – Núcleo de Educação Indígena. Governo de Roraima.

## **SÉRIE 3: CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL**

Dossiê de atividades de movimentação financeira:

- Uma via de extrato bancário;
- Nota comprovatória de vencimento básico;
- Prestação de contas;
- Passagens;
- Comprovante de rendimento de servidor aposentado;
- Autorização de débito de seguro de viagem;
- Conta de telefone;
- Comprovantes de pagamento de convênios;

## **SÉRIE 4: ATIVIDADE ACADÊMICA**

Esta série, bem como as subséries dela derivadas agrupam a documentação referente as atividades de formação acadêmica da titular. Estão agrupadas em formas de dossiê.

Dossiê de atividades acadêmicas

- Curriculum Vitae da professora Aldema Menine Trindade;
- Histórico Escolar: Mestrado em Letras na área de Linguística Aplicada;

- Síntese do Curriculum Vitae.

#### **Subsérie 4.1: Atividade formação e aperfeiçoamento acadêmico**

- Graduação em Letras – Licenciatura; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Alegrete (ano 1970 a 1974);
- Transferência para Santa Maria/RS no ano de 1981 (1982)  
*Pós-graduação:*
- Especialização: Linguística Aplicada - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ano 1976 a 1978)
- Mestrado: Linguística – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Instituto de Letras e Artes/ ano 1976 – 1977) – Documento: Histórico escolar do mestrado em Letras. Data de expedição: 11 de dezembro de 1979.

#### *Aposentadoria*

- Aposentadoria, voluntária, do cargo de Professora da Universidade Federal de Santa Maria, em dezembro de 1997.

#### **Subsérie 4.2: Participação em Cursos e Eventos**

Esta subsérie agrupa a documentação que comprova a participação da titular em eventos, cursos e demais atividades acadêmicas, com finalidade de aperfeiçoamento profissional.

- Dossiê de Atestados de Participação em eventos; modalidade ouvinte
- Dossiê de participação em eventos; modalidade palestrante
- Dossiê de Certificados
- Dossiê de atividades de divulgação acadêmica e científica
- Dossiê de programas pedagógicos

#### **SÉRIE 5: ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

#### *Vínculos empregatícios:*

- Aprovada em Concurso Público na prefeitura Municipal de Alegrete – Secretaria de Educação Municipal. Cargo: Professor de Ensino Primário, 1967;

- Aprovada em Concurso Público na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Cargo: Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (área II), 1978;  
Aprovada em Concurso Público na Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Cargo: Professor de Língua Portuguesa (área I), 1978.;
- Aprovada em Concurso Público na Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Metodologia do Ensino, 1985.

## **SÉRIE 6: ATIVIDADES REFERENTES A CARGOS ADMINISTRATIVOS**

- Portaria nº 04/84 – Resolução: nomeia como Sub-chefe do Departamento de Letras/Português e Inglês da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” (Diretora: Maria Aparecida Marques);
- Portaria nº 19.739/86 - Designação para exercer a função de pró-reitor de Assuntos Estudantis, código LT-DAS\_101.2 (vice-reitor: Olindo Antonio Toaldo, ano, 1986 – UFSM);
- Portaria nº 21.836/88 – Resolve: Designação para exercer a função de pró-reitor de extensão, código DAS-101.2 (Reitor: Gilberto Aquino Benetti, ano, 1988 - UFSM);
- Atestado de exercício profissional no Colégio Agrícola de Alegrete (Universidade Federal de Santa Maria) ministrando aulas de Redação e Expressão e exercendo cargo administrativo na Coordenadoria Pedagógica – Agosto de 1977;
- Atestado de desempenho de Função – Coordenadora de Disciplina de Educação Geral, da Direção do Instituto de Educação Oswaldo Aranha, durante o ano de 1976.

### **Subsérie 6.1: Atos Legais e Normativos**

- Portaria nº 18.246/85 (29/04/1985) – O reitor da Universidade Federal de Santa Maria, professor Armando Vallandro, autoriza a admissão sob regime de Legislação Trabalhistas, da candidata Aldema Menine Trindade, habilitada em concurso público, no emprego de professor assistente;

- Despacho do Reitor de 11/01/1996 – Autorização de afastamento do País. Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, no período de 22 a 25 de janeiro de 1996, para participar de Consultoria do Projeto de Educação em área de fronteira em Montevideo/ Uruguai;
- Despacho do Reitor de 19/09/1996 – Autorização de afastamento do País. Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, no período de 15 a 20 de setembro, para participar do Grupo ALFA-GEINS, em Buenos Aires/Argentina;
- Portaria nº 34.260, de 02/07/1996 – Autoria o afastamento do País, no período de 10 a 27 de julho de 1996, com a finalidade de participar do XI Congresso Internacional de *la Asociación de Linguística y Filología de la América Latina, em Las Palmas de Gran Canaria* – Espanha;
- Portaria nº 34.763;
- Portaria nº 37.020 de 11/12/1997 – Concessão de aposentadoria voluntária de Aldema Menine Trindade, professora assistente nível 4, em regime de dedicação exclusiva, lotada no Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação.

#### **Subsérie 6.2: Atividades externas a UFSM:**

- Professora Convidada do Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade da Republica do Uruguai – Montevideo
- Vice-diretora acadêmica na Associação Brasileira de Educação Familiar e Social em Salvador/BA (março de 2002).

#### **SÉRIE 7: ATIVIDADE DE ASSESSORAMENTO INSTITUCIONAL**

- Curso de alfabetização para professores de aldeias indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul - Prefeitura Municipal de Aquidauana – Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de coordenação pedagógica;
- Relatório – Curso de educação escolar indígena e introdução à pesquisa. Ministrantes: Prof. Gilson R. Martins; Profa Aldema M. Trindade. Boa Vista/RR, maio de 1993;



- Proposta de implantação do curso de habilitação ao magistério em nível de 2º grau para professores indígenas de Roraima. Governo do Estado de Roraima – Conselho Estadual de Educação. 1993;
- Relatório – Situação atual da educação indígena no Estado de Roraima. Secretaria de Educação, Cultura e Desportos. Departamento de Ensino – divisão de educação indígena. Agosto de 1995;
- Relatório – Realizado em quatro de novembro de 1996. Do primeiro documento produzido pelo Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Roraima. (3 cópias);
- Apresentação da proposta Formação de professores Índios - “APRENDENDO COM A NATUREZA” – Território Federal de Roraima. Secretaria de educação de cultura. Divisão de Ensino do Interior – Núcleo de educação Indígena. Ano: 1998;
- Proposta de sugestão para elaboração de um plano de Governo a ser executado pelo futuro governo da Prefeitura Municipal de Santa Maria, na secretaria Municipal de Educação (Vida Nova para Santa Maria) (ver ano);
- Termo aditivo nº 01 ao convênio 44/88 Celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e a Universidade Federal de Santa Maria, visando a execução do projeto de pesquisa: “O cotidiano das atividades linguísticas em escolas rurais fronteiriças (Brasil – Uruguai) (ver ano).

### **Subsérie 7.1 Assessoramento Técnico- pedagógico**

- Vera Lúcia Pires. Ideologia e discurso pedagógico: o papel do professor na produção de um discurso polêmico. (Dissertação de Mestrado) Orientador: Aldema Menine Trindade – Curso de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Santa Maria. Dezembro de 1992;
- Edmara Maria Cavalcanti Bezerra. O discurso sobre educação em Grupo diferencializado. (Dissertação de Mestrado) Orientador: Aldema Menine Trindade – Curso de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Santa Maria. Julho de 1994;
- Hugo Kochenborger da Rosa. Marlene e Emilinha Borga: a guerra dos fã-clubes (Monografia) Orientador: Aldema Menine Trindade – Comunicação Social

(radicalismo) - Faculdade de Artes e Comunicação/Universidade de Passo Fundo. Novembro de 1999.

### **SÉRIE 8: ATIVIDADES DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO**

- Projeto de Atividades desenvolvidas; Formação de professores – Escolas Indígenas do Município de Planalto, região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (RS). Aldeias participantes - M'baraka Miri, Sepá Tiaraju, N.Sr<sup>a</sup> do Guadalupe e N Sra. da Conceição. Ano: 1996 a 1997;
- Projeto “qualidade já” – Sindicato dos professores Municipais de Santa Maria;
- Alfabetização e Aquisição da linguagem;
- Proposta de Educação Indígena para Roraima;

#### *Projeto de Extensão:*

- Apoio à educação indígena do Mato Grosso do Sul - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Assessoramento) - Ano: 09/03/1992.

### **SÉRIE 9: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÕES EM COMISSÕES:**

- Lista de Sócios Fundadores da Abralin;
- Lista de participantes da comissão de estudos Pró-Incorporação do Ensino Superior em Cachoeira do Sul, (s/a);
- Ata de fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL;
- Ata de reunião realizada aos vinte e um dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e quatro, as 9h da manhã na Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP) – Brasília/ DF;
- Portaria nº 23.754/90 e3 19/06/1990 – Designação de servidores integrantes da comissão de Séries iniciais do Centro de Educação da Linha de pesquisa “Alfabetização e Linguagem” para compor a “Comissão Institucional de Alfabetização” (Reitor: Tabajara Gaúcho da Costa);

- Portaria nº 367/96 – designação de Aldema Menine Trindade para contribuir à Banca Examinador para a Prova de Dissertação de Mestrado perante o Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural/CCR – UFSM;
- Atestado de participação em Comissão Supervisora de Estágio na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Fundação Educacional de Alegrete – julho de 1982.

## **SÉRIE 10: ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INDIGENA**

## **SÉRIE 11: PUBLICAÇÕES**

Subsérie 11.1: Publicações Acadêmicas

Subsérie 11.2: Publicações na Imprensa

Subsérie 11.3: Publicação de Cartinhas

## **SÉRIE12: DOCUMENTAÇÃO ICONOGRAFICA, AUDIOVISUAL E SONORA**

Subsérie 12.1: Fotografias

FOTOGRAFIA 1 – FAMÍLIA MENINE
FOTOGRAFIA 2 – Supõe-se que seja Aldema, ainda criança, ajoelhada com uma flor plantada em uma lata de tinta
FOTOGRAFIA 3 - Supõe-se que seja Aldema, em um pátio, de pé, brincando com uma bola
FOTOGRAFIA 4 - Supõe-se que seja Aldema, em pé, ao lado de um rádio
FOTOGRAFIA 5 - Supõe-se que seja Aldema, em uma sala, com uma boneca
FOTOGRAFIA 6 - Menina sentada no chão, aparentemente em uma sala
FOTOGRAFIA 7 - Menina, em pé, enrolada em uma toalha de banho
FOTOGRAFIA 8 – Menina, em pé, em um pátio vestindo uma camiseta branca
FOTOGRAFIA 9 - Aparentemente já na adolescência, sentada, com vestido escuro e meias brancas
FOTOGRAFIA 10 - Aldema assinando o certificado do “IV Encontro Nacional de Administradores de Restaurantes Universitários”. Local: São Luis. Data: de 7 a 9 de Maio de 1997
FOTOGRAFIA 11 – Fotografia 3x4 de um homem, tirada em 6/1/1996
FOTOGRAFIA 12 - Segunda Geração de professores
FOTOGRAFIA 13 - festa na Maturuca

FOTOGRAFIA 14 - festa de chegada da professora Aldema na Maturuca
FOTOGRAFIA 15 - maloca do Cumacá - fazendo farinha. ETHIN - WAPICHANA (sequência)
FOTOGRAFIA 16 - professores "2ª geração"
FOTOGRAFIA 17 - professoras Macuxis
FOTOGRAFIA 18 - esposa e filhos do Sr. Ambrosio - cestos artesanalmente fabricados por ele
FOTOGRAFIA 19 - escola Tuxaua Evaristo-maloca Xumina-éthia: Macuxi.
FOTOGRAFIA 20 - crianças Macuxi
FOTOGRAFIA 21 - cocal Rondônia
FOTOGRAFIA 22 - Escola Sizenamdo Diniz - maloca Malocacheta - Etnia: wapichana
FOTOGRAFIA 21 - reunião na sala de aula - Ana Maria (representante da Funai)
FOTOGRAFIA 22 - descascando a mandioca para fazer a farinha maloca Cumacú - etnia: Wapichana
FOTOGRAFIA 23 – escola na Maturuca
FOTOGRAFIA 24 –Festa de aniversário da professora Aldema em cocal - Rondônia
FOTOGRAFIA 25 - Maturuca RR
FOTOGRAFIA 26 -RR professores Indígenas
FOTOGRAFIA 27 - Reunião no MS
FOTOGRAFIA 28 - posse do reitor Odilon/Adalberto
FOTOGRAFIA 29 - maloca Maturuca-etnia: Macuxi
FOTOGRAFIA 30 – “2ª geração” de professores
FOTOGRAFIA 31 - companheiros de trabalho
FOTOGRAFIA 32 – Fotografia de uma amiga da professora Aldema
FOTOGRAFIA 33 - esperando profa. Aldema - etnia: Macuxi
FOTOGRAFIA 34 - Escola Tuxaua Silvestre- maloca Barro- etnia: Macuxi

Subsérie 12.2: Fitas de vídeo - VHS

Subsérie 12.3: Fitas de Áudio K7

## APÊNDICE B – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO FUNDO DOCUMENTAL ALDEMA MENINI MCKINNEY

### A

- ANDRADE, C. D. de. **Antologia Poética**. 44ª triagem. Rio de Janeiro: Recorde, 1999.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática latina**: curso único e completo. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- **A Política Indigenista no Brasil** – Livro Xerox.
- ALMAS (animacion missioneira) Encro – Marzo 1997.

### B

- BARRAL I ALTET, X. **História da arte**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1994.
- BECKER, Í. I. B. **O índio kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed UNISINOS, 1995.
- BEHARES, L.E.; TRINDADE, A. M. (org). **Fronteiras, Educação, Integração**. Santa Maria Pallotti, 1996; TRABALHO, Fernando. A pesquisa Sociolinguística, São Paulo: Ática 1985.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe códigos e controle. v .4. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- BRITO, M. E. de. **Etno alfabetização Yanomami: da comunicação oral a escrita: relato de um processo construtista entre o povo da floresta**. 2 ed. São Paulo: ME. Beito, 1996.

### C

- CARVALLHO, S; LÊVIQUE Pe; TRINDADE, L. **A cobra e o Segredo**: pesquisa franco-brasileiras. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- CARVALHO, A. **Os índios do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1987.
- CARVALHO, S. (org). **Mitos e Prática Social**. São Paulo: Terceira Margem, 2011.
- CUNHA, M. C. de. **Histórias dos índios no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2993.

### D

- DIAS, Mario Ester B. **A didática do cotidiano**: trabalho social em conjunto habitacional. São Paulo: Cortes, 1988

**E**

- ECO, H. **Conceito de Texto** – São Paulo: T. A. Queiroz, Ed da Universidade de São Paulo, 1984.
- EMIRI, L. **Mulher entre três culturas**. São Paulo: Edicon, 1992.

**F**

- FERNANDES, J.; BATISTA, O. A. **Lendas terenas e Kadiwéu**. Ed. Presença. Rio de Janeiro, 1981.
- FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. 5 ed. Manaus – AM: Grafima, 1997.

**G**

- GALEANO, E. H., **Ser como és**. Rio de Janeiro – Rivan, 1993.
- GROSSI, G. **O luxo do Livro**: uma etnografia dos catadores de lixo. Salvador: Universidade Católica de Salvador – BA, 2003.

**H**

- HEINRICH A. W., B. **Estudos da Dialetologia no Rio Grande do Sul**: problemas, métodos, resultados. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1969.
- HOLANDA, C. B de. **Benjamim**. São Paulo: Companhia da Letras 1995.

**I**

- IBSEN, H. **O papo selvagem**. Rio de Janeiro: Globo 1984.

**K**

- KATO, M. **O Aprendizado da Leitura**. Martins Fontes: São Paulo 1995.
- KERN, A. A. **Antecedentes indígenas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
- KOCH, Ingedore Grunfed Villaça. **Coerência textual**. 8 ed. São Paulo: Contexto 1998.

**L**

- LEITE, L. C. M., FRANKL, Suzi. SPERBER, Valéria de Marco. **Língua e literatura**: O professor pede a palavra organização. São Paulo: Editora Cortez: APPL: SBPC, 1981.

**M**

- MANGOLIN, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: Viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, Literatura e escola**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARTINS, Maria Helena (org). **Questões de Linguagem**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- McLuHAN, T.C. **Pés nus sobre a terra sagrada**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: LXPM, 1986.
- MAGALHÃES, A. C. (org) **Sociedades indígenas e transformações ambientais**. Belém: UFPA, 1993.
- MAGALHÃES, D. de. **Roraima: informações históricas**. Rio de Janeiro, 1986.
- MARCON, T. **História e Cultura Kaingáns no sul do Brasil**. Coord. por Telmo Marcon. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.
- MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Ed. VOZES, 1986.
- MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7ª edição. São Paulo. HUCITEC, 1993

## N

- NÚCLEO DE CULTURA INDÍGENA.

## O

- OLIVEIRA, J. **Eremites de Guató: argonautas do pantanal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

## P

- PÊCHEUX, M., **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- POPRER, K. R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Ed. Itália São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1987 (TOMO 1, TOMO 2).
- POZENATO, J. C. **O regional e o universal na literatura gaúcha**. Porto Alegre: Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1974.
- PROENÇA C. M **Roteiro de Macunaína**. 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: Brasília 1974.

## Q

- QUEVEDO, J. **As missões: Crise e redefinição**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

## R

- RAMOS, A. R. **Memórias Sanumã**: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo: Editora Marco-zero; co-edição UnB, 1990.
- RAMOS, A. R. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, D. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o sabor, o azar e a beleza. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira**. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

## S

- SANTILLI, M. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- SCHADEN, E. **A mitologia heroica de tribos indígenas do Brasil**: ensaio étnico-sociológico. 3 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.
- SILVA, R. V. M e. **Sete estudos sobre português Kamayura**. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1988.
- SILVA, A. L. da.; GRUPIONI, L. D. B. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

## T

- TARALLO, Fernando. ALKMIN, Tânia: Falares. **Crioulos, línguas em contato**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

## V

- VEIGA, Juracildo. D'ANGELIS, Wilmar. **Leitura e escrita em escolas de educação indígena no 10º COLE- 1995**. (Org). São Paulo: Mercado das Letras, 1997.
- VISHNEVSKY, Victor **Memórias de um Cigano**. São Paulo: Duna Dueto Editora, 1999.

## W

- WAGNER, C.; AREATTA, H.; PEREIRA, A. **A Guerra dos Bugres**: a Saga da Nação Eaigongue no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Editora Tchê, 1986



- WAGLEY, C. **Lágrimas de boas-vindas**: os índios Tapiraré do Brasil Central. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.